

**COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE
SISTEMA ELETROBRÁS
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
GOVERNO FEDERAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008



1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo da unidade e sigla	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE
Natureza jurídica	Sociedade de Economia Mista
Vinculação ministerial	Ministério de Minas e Energia
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Lei Estadual nº 10.900 de 26 de dezembro de 1997. Compete à Companhia a geração térmica de energia elétrica. Manual de organização aprovado pela Resolução nº RES-192/04. Publicação no Diário Oficial em 27/08/1997
CNPJ	02.016.507/0001-69
Código da Unidade Gestora	919820
Endereço completo da sede	Rua 7 de setembro, 539, Centro, CEP 90010-190, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Telefones: (51) 32871500 – PABX; (51) 32871645 (fax)
Endereço da página institucional na internet	www.cgtee.gov.br
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	Energia
Tipo de atividade	Geração de energia

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2008 verificamos uma aceleração do crescimento da economia brasileira. O país vinha a passos largos para se tornar uma nação desenvolvida, com grandes investimentos no setor produtivo e o produto interno superando a média de crescimento dos últimos anos. A demanda interna ganhava novo impulso com a criação de novos empregos, expansão de crédito e aumento na renda do trabalhador. Abruptamente este ciclo foi interrompido com a crise financeira nos Estados Unidos da América, que corroeu metade do valor de mercado das bolsas do mundo. As crises são freqüentes, resultado da combinação entre ganância e esperteza de poucos e a irracionalidade e o desconhecimento de muitos.

A freada ocorrida brusca na economia mundial acabou interrompendo o rápido crescimento desenvolvido pelo País no final do terceiro trimestre. É consenso entre os economistas brasileiros que em 2009 o PIB não vai crescer como o esperado. Será mais modesto, porém não há motivo para pessimismo. O Brasil está sendo atingido pela crise internacional, mas nada que abale os sólidos alicerces da economia nacional, o que demonstra estabilidade e otimismo para o próximo ano.

A Região Sul caracteriza-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração, transmissão e distribuição de energia, além de desempenhar um papel de exportadora para as demais regiões integrantes do sistema interligado. A região caracteriza-se, também, como pólo de desenvolvimento industrial com elevado potencial de consumo. O Sistema Elétrico Sul convive com pontos de “estrangulamentos” nos principais sistemas de transmissão, os quais necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica, contribuindo para a diversificação na matriz energética, em virtude das elevadas reservas carboníferas existentes. As obras de expansão, além de atenderem às necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, representam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. O objetivo principal é atender às necessidades de energia elétrica da Região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do sistema interligado nacional.

Esse quadro de crescente expansão da geração, acompanhada de uma matriz energética favorável, abre espaços para a elevação da capacidade instalada e a inserção de novas fontes de energia alinhadas às características regionais do parque elétrico.

No caso das fontes térmicas, o carvão é, e continuará sendo por muito tempo, o combustível mais consumido no mundo, sendo que no Rio Grande do Sul existe a maior reserva do Brasil. Há cerca de quatro vezes mais reservas de carvão do que de petróleo e gás, e o seu preço é uma espécie de referência para o mercado.

A CGTEE está vinculada a dois programas governamentais: Energia na Região Sul e Infra-Estrutura com as seguintes denominações:

0295 - Energia na Região Sul

- Implantação de uma usina termelétrica a carvão mineral nacional, com potência instalada de 350 MW, visando ampliar a capacidade instalada da empresa;
- Manutenção do Sistema de Geração de Energia, com o objetivo de realizar manutenções a fim de conferir eficiência e confiabilidade ao sistema de geração;
- Revitalização da Usina Presidente Médici, com o objetivo de estender a vida útil do sistema de geração;
- Adequação Ambiental, visando adequar as plantas de geração aos padrões de emissões determinados pelo IBAMA;

0807 - Infra Estrutura

- Manutenção e adequação de bens imóveis;
- Manutenção e adequação de bens móveis, veículos e máquinas;
- Manutenção e adequação dos ativos de informática;

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

O desenvolvimento econômico da empresa depende da sua capacidade de realizar seus investimentos programados, da sua visão estratégica e do planejamento de suas ações. As rápidas mudanças no cenário nacional e internacional vêm exigindo das organizações uma postura proativa, sistêmica e inovativa, não só para agregar valor econômico, mas também visando a incorporação de práticas sociais combinadas com a preservação e qualidade do ecossistema. Dentro desse enfoque, a CGTEE vem desenvolvendo modelo de gestão voltado para a construção de um futuro sustentável, baseado na busca de uma performance de qualidade superior, tanto no aprofundamento das relações com seus *stakeholders*, como melhorias e inovações em seus sistemas, processos, competências e produto.

Nessa perspectiva, a Companhia tem adotado um conjunto de medidas para garantir sua sustentabilidade e cumprir seus objetivos estratégicos e obrigações com a sociedade. Tais ações vão desde a realização de investimentos economicamente viáveis e que possam garantir a expansão da empresa com responsabilidade sócioambiental, até as ações que visem à redução dos valores do seu custeio e a economicidade.

Em relação ao exercício de 2008, destacamos a seguir os seguintes objetivos estratégicos que foram almejados.

2.2.1 ALINHAMENTO DAS AÇÕES DE GESTÃO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMPRESA

O Planejamento Estratégico é entendido como um processo contínuo de aprendizagem e transformação organizacional. Em função disso, deve ser permanentemente acompanhado, avaliado e revisado para fazer frente às constantes variações do ambiente. Nessa perspectiva, atualizamos nossa missão, visão, valores, macro orientações e diretrizes estratégicas.

A alta gestão da empresa resolveu ampliar o horizonte temporal de 2007 para 2015, visando a melhor consecução de suas prioridades estratégicas, definidas nas seguintes diretrizes estratégicas:

- Viabilidade econômica com sustentabilidade socioambiental, agregando valor econômico, social e ambiental na cadeia produtiva, e, por consequência, gerando lucratividade, inserção e preservação do meio ambiente;
- Crescimento, expansão, diversificação, expandindo a atuação da empresa no segmento termoelétrico a carvão, fontes alternativas e renováveis realizando parcerias em novos investimentos;
- Referência térmica através da otimização das plantas atuais, com vistas ao aumento da confiabilidade e da eficiência energética, adotando tecnologias que permitam inovações no desenvolvimento de insumos, processos e produtos;
- Gestão estratégica compartilhada, implementando um processo de gestão flexível, proativo, participativo, sistêmico e inovativo, articulado com as dimensões socioambiental, econômica, tecnológica e humana;
- Desenvolvimento de capacidades essenciais, com formação e competências avançadas e multidisciplinares nas áreas de P&D+I, produção, gestão de pessoas, análise e prospecção de negócios, capacitação em tecnologias limpas para termelétricas a carvão e fontes alternativas.

Para completar o processo, propõe-se para 2009 a formulação dos objetivos estratégicos, implementação de planejamento e controle de projetos e o desenvolvimento de um sistema de acompanhamento avaliação e aprendizagem organizacional.

2.2.2 UGP - A Nova Unidade Geradora

A UTE Candiota III (Fase C), nova unidade geradora a carvão mineral com potência de 350 MW, está sendo instalada em área contígua à Usina Termelétrica Presidente Médici – Candiota II, no município de Candiota/RS, com investimento total estimado em mais de R\$ 1,3 bilhão.

O empreendimento está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal, cuja energia foi integralmente comercializada no 1º leilão de energia proveniente de novos empreendimentos, realizado em 16 de dezembro de 2005, segundo as regras do Novo Modelo Institucional do Setor Elétrico Brasileiro. A comercialização ocorreu pelo prazo de 15 anos, a contar de 01/01/2010.

Em 15 de dezembro de 2005, a CGTEE firmou o Contrato de EPC com a CITIC International Contracting Inc., sediada na República Popular da China, tendo por objeto a construção da UTE Candiota III (Fase C), em regime "*turn key*", cujo valor é da ordem de US\$ 474 milhões com prazo de conclusão da usina previsto para até 31 de dezembro de 2009. A Companhia terá outros investimentos com o Projeto, tais como: Fiscalização, Infra-estrutura, Compensação Ambiental, Pessoal Próprio, Seguros, entre outras, avaliadas em cerca de US\$ 100 milhões.

Para realizar o gerenciamento da obra, foi implantada pela CGTEE uma Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP, que trabalha apoiada pela estrutura organizacional da Companhia e em prestadores de serviços especializados.

Em 20 de abril de 2007 ocorreu a assinatura dos contratos de crédito no montante total de US\$ 430 milhões celebrados entre a ELETROBRÁS e o China Development Bank – CDB, ao abrigo do acordo firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre o fortalecimento da cooperação na área de implementação de infra-estrutura de construção, e respectivo contrato de repasse para a CGTEE. Os contratos entraram em eficácia apenas em maio de 2008, devido a modificações solicitadas pelas autoridades chinesas, sendo que os recursos foram disponibilizados somente em julho de 2008 para a quitação das pendências com a empresa contratada para o fornecimento da usina, apesar de todo o empenho da CGTEE, ELETROBRÁS, MME e Autoridades Governamentais Brasileiras.

O atraso ocorrido na disponibilização dos recursos do financiamento impactou negativamente na implementação do empreendimento, afetando inúmeras ações integrantes do processo construtivo.

As obras civis principais estão sendo executadas pelo subcontratado Consórcio Sul Energia (CSE), contratado em 21 de dezembro de 2007. Os serviços iniciais da construção civil foram prejudicados pelas dificuldades de mobilização da empreiteira e pelo atraso no processo de "tropicalização" do projeto de engenharia civil, a cargo da Contratada CITIC. O índice de realização física das obras civis atingiu, em 31 de dezembro de 2008, 20%. Atualmente o ritmo de obras ainda não atingiu o nível desejado devido, principalmente, às dificuldades de arregimentação de pessoal em quantidade e qualificação requeridas.

Estiveram em andamento durante o exercício de 2008, as seguintes atividades principais do empreendimento:

- Projeto executivo de engenharia pela subcontratada da CITIC, Instituto Noroeste de Engenharia - NWEPEDI, que atingiu uma realização de 98%;
- Adequação do projeto civil às normas brasileiras, denominado processo de "tropicalização", por "pool" de engenharia coordenada pela SENGER Engenharia, sub-contratada da CITIC, que atingiu uma realização de 97%;
- Atividades de construção de facilidades e obras de infraestrutura no "site", tais como alojamentos, portaria do canteiro de obras, armazéns e escritórios de campo;
- Execução das escavações para fundações da casa de máquinas, caldeira, chaminé, área de tratamento de gases, torre de resfriamento, área dos silos de cinza, área do tratamento de água e reservatórios, área de tratamento de esgotos e efluentes industriais e do sistema de manuseio de carvão;
- Execução das fundações da caldeira, casa de máquinas, chaminé, área de tratamento de gases, área dos silos de cinza, torre de resfriamento e sistema de manuseio de carvão;
- Seqüência da fabricação na China dos principais equipamentos da usina atingindo um avanço físico da ordem de 96%;
- Recebimento total no "Site", de quatro grandes lotes de componentes importados, totalizando cerca de 20.000 toneladas de equipamentos e estruturas, aproximadamente 75% do total, nas quais encontram-se os principais equipamentos da usina, tais como, a caldeira, precipitadores eletrostáticos, dessulfurizador, moinhos, motores elétricos, ventiladores, turbina, gerador elétrico, pré-aquecedores, entre outros, e ainda, por três grandes guindastes (importação temporária) que serão utilizados na montagem da usina.

Ressalta-se também que, em dezembro de 2008, foram iniciados os serviços de montagem da caldeira pela subcontratada IESA, Projetos, Equipamentos e Montagens S/A. A CITIC está concluindo o processo seletivo para a contratação da montagem da área de tratamento de gases, com previsão de início para março de 2009. As demais contratações da montagem continuam em negociação pela CITIC.

O avanço físico global acumulado do empreendimento em 31 de dezembro de 2008 foi de 52%, contra um previsto de 69%.

Várias ações vêm sendo realizadas pela CGTEE junto à Contratada CITIC e seus

subcontratados principais, buscando a aceleração das atividades construtivas, para mitigar o atraso hoje configurado.

2.2.3 Produção de Energia Elétrica

O Parque Gerador da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE é composto pela Usina Termelétrica Presidente Médici (Candiota II), Usina Termelétrica de São Jerônimo e Nova Usina Termelétrica de Porto Alegre - NUTEPA, totalizando 490 MW de potência instalada, de acordo com a Tabela 1. A fonte de combustível predominante é o carvão mineral.

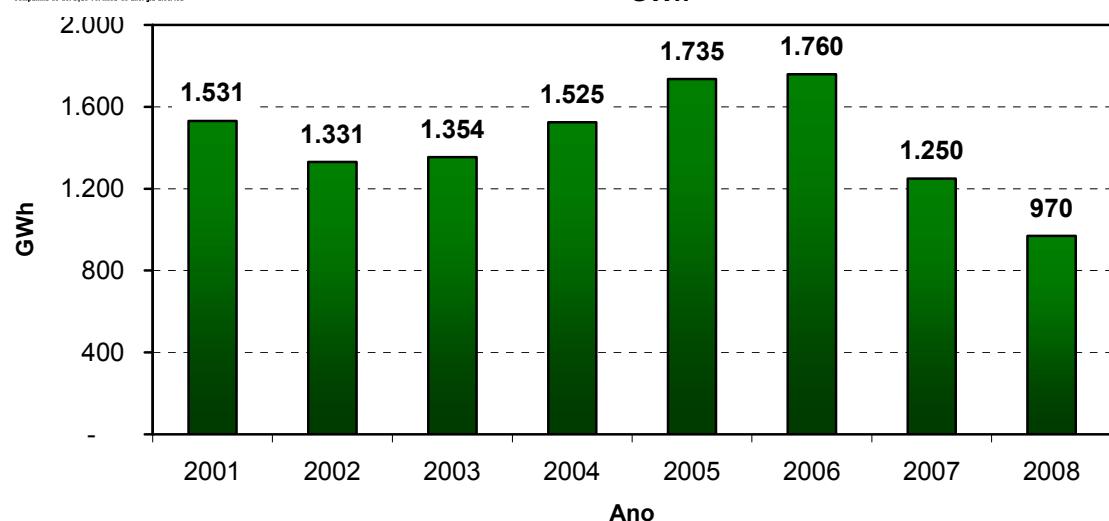
USINA	Nº DE UNIDADES	POTÊNCIA INSTALADA (MW)
PRESIDENTE MÉDICI	04	446
SÃO JERÔNIMO	03	20
NUTEPA	03	24
TOTAL	10	490

Tabela 1: Potência instalada nas usinas da CGTEE

A geração total de energia elétrica em 2008 foi de 970,123 GWh, sendo 926,08 GWh correspondentes à Usina Termelétrica Presidente Médici, 42,71 GWh correspondentes à Usina Termelétrica de São Jerônimo e 1,33 GWh correspondentes à UTE Nutepa.

A relação do consumo de energia dos sistemas auxiliares das usinas (bombas, moinhos, ventiladores, iluminação e outros periféricos), comparadas à produção total de energia, foi de 19,10% na Usina Termelétrica Presidente Médici e de 10,60% na Usina Termelétrica de São Jerônimo, mantendo-se dentro de padrões de consumo, considerando-se o nível de geração realizado no exercício.

**Departamento de Programação da Produção - DTP
EVOLUÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA NA CGTEE (2001 - 2008)-
GWh**



**Departamento de Programação da Produção - DTP
EVOLUÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA CGTEE (2001-2008)-
MWmed**

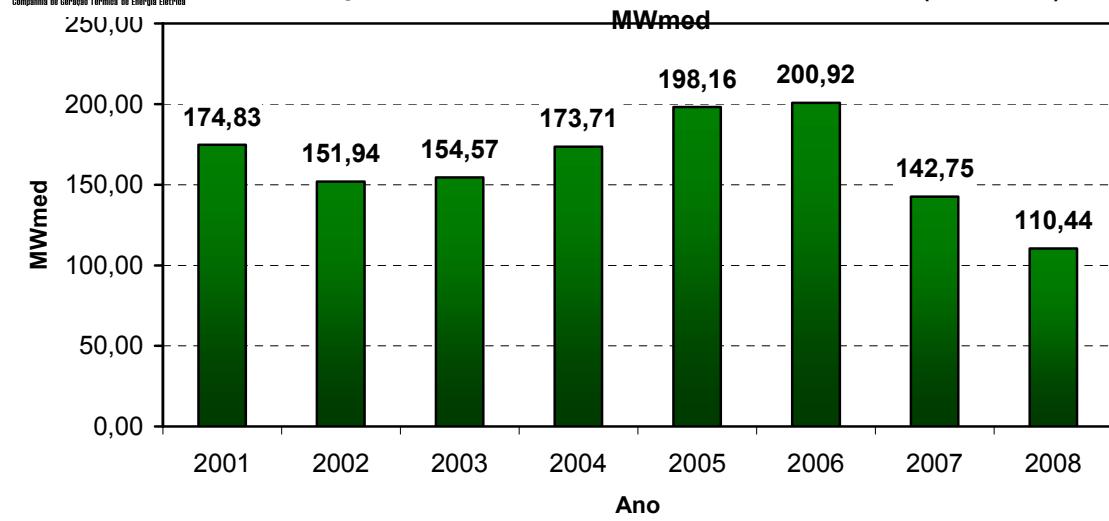


Gráfico 2 – Evolução da Energia Gerada na CGTEE

A geração foi otimizada em função do preço da energia do subsistema sul (definido semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) e das tendências do mercado de energia. A CGTEE também compatibilizou a energia contratada com o

despacho das suas unidades geradoras, considerando a sazonalização dos montantes contratados, visando a diminuição do impacto financeiro causado pela exposição da CGTEE ao mercado de energia. Porém, devido aos índices de disponibilidade apresentados no ano de 2008, as estratégias foram prejudicadas, causando uma exposição maior do que a programada inicialmente.

O Programa de Geração de Intercâmbio – PGI foi realizado de acordo com as inflexibilidades e disponibilidades das usinas, resultando num atendimento de 85,43% da geração programada.

A Disponibilidade Geral atingiu o índice de 28,42% na UPME, 63,26% na DTPJ e 96,96% na NUTEPA. Na CGTEE, o Índice de Disponibilidade Geral foi de 33,20%.

O Gráfico nº 3 apresenta as médias de disponibilidades nos últimos cinco anos, detalhando o ano de 2008.

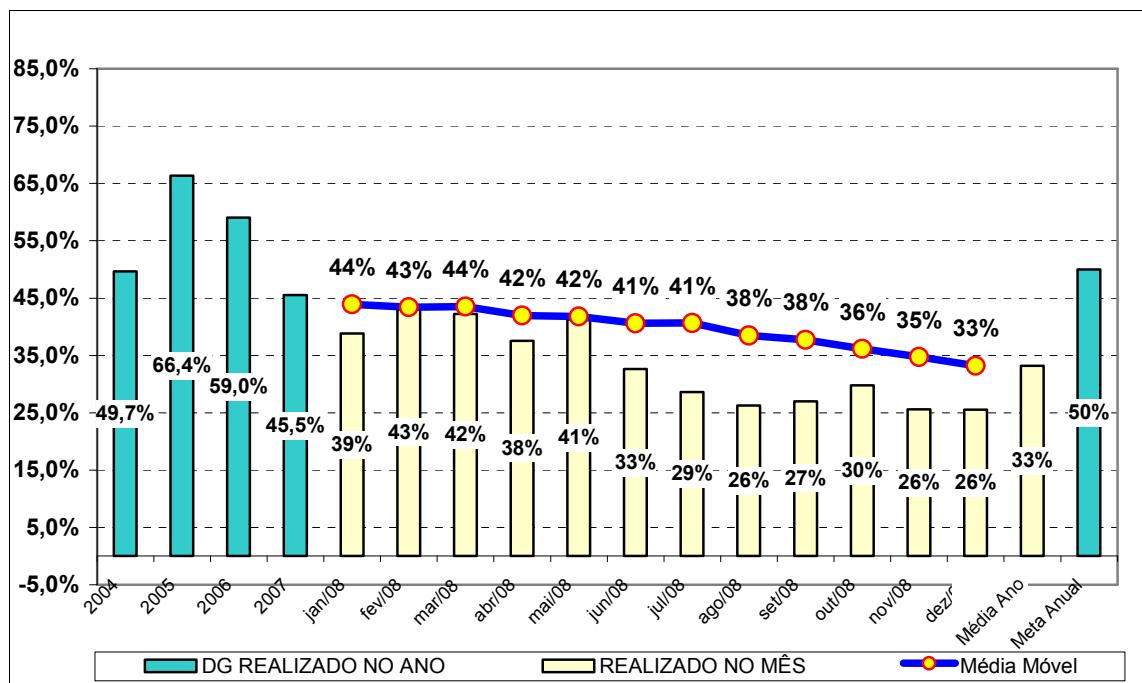


Gráfico 3 – Disponibilidade Geral da CGTEE – Período 2003 a 2008.

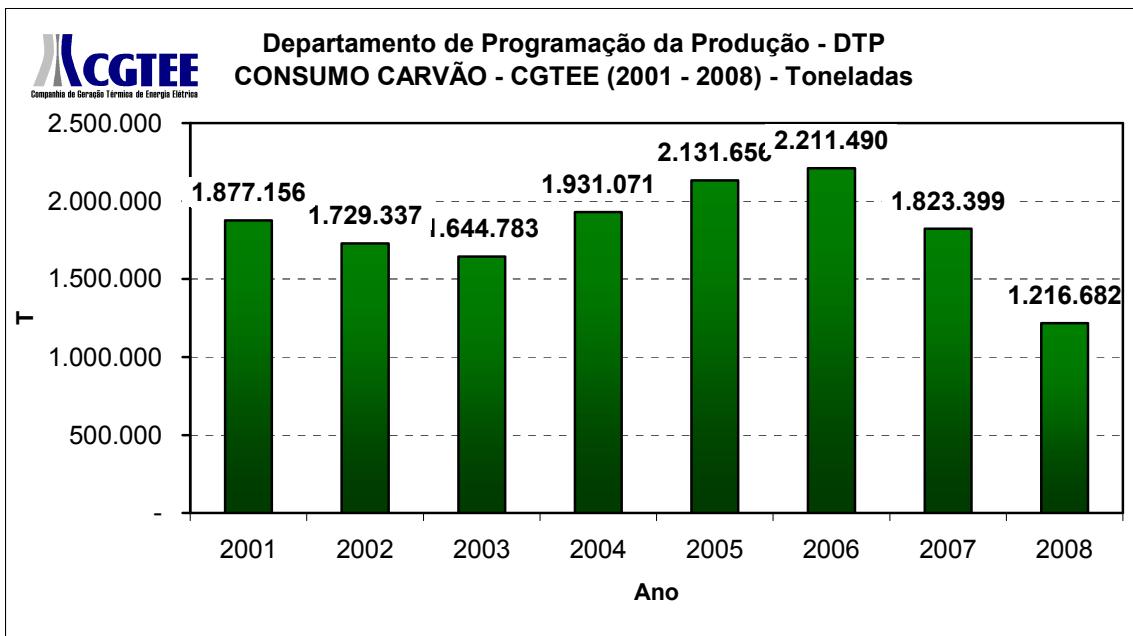


Gráfico 4 – Consumo de carvão na CGTEE no período de 2001 a 2008.

A CGTEE, ao longo do ano de 2008, exportou energia para o Uruguai e Argentina através da Usina Presidente Médici. A geração líquida destinada a exportação foi de 1.607,155 MWh, representando uma receita de R\$ 1.382.153,30 (hum milhão trezentos e oitenta e dois mil cento e cinquenta e três reais e trinta centavos).

2.2.4 Usina Termelétrica de São Jerônimo – USJE

No ano de 2008, a Usina de São Jerônimo apresentou uma disponibilidade de 63,26%, sendo a máquina 2 a unidade que apresentou o melhor índice: 94,44%. Os índices de disponibilidade das unidades 1 e 3 foram, respectivamente, 0,00% e 79,29%.

A unidade 1 ficou indisponível por todo o ano devido ao processo de recuperação do rotor do alternador, com substituição das capas de contenção das bobinas deste equipamento.

O consumo específico de carvão na Usina de São Jerônimo entre os anos de 1995 e 2008 continua dentro da média histórica, com valor aproximado de 1,90 t/MWh.

**Departamento de Programação da Produção - DTP
CONSUMO CARVÃO - USJE (2001 - 2008) - Toneladas**

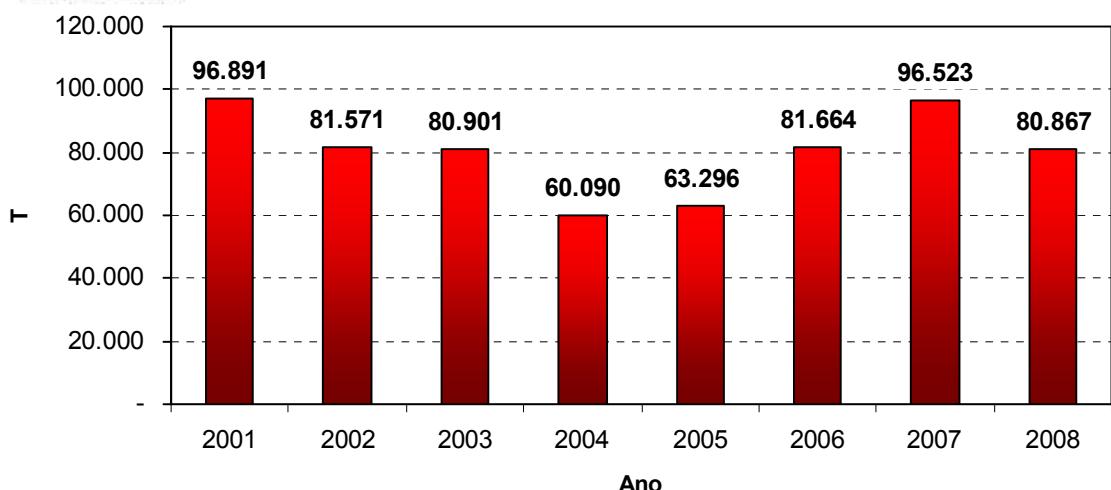


Gráfico 5 – Consumo de carvão na USJE.

**Departamento de Programação da Produção - DTP
CONSUMO ESPECÍFICO CARVÃO - USJE (2001 - 2008) - t / MWh**

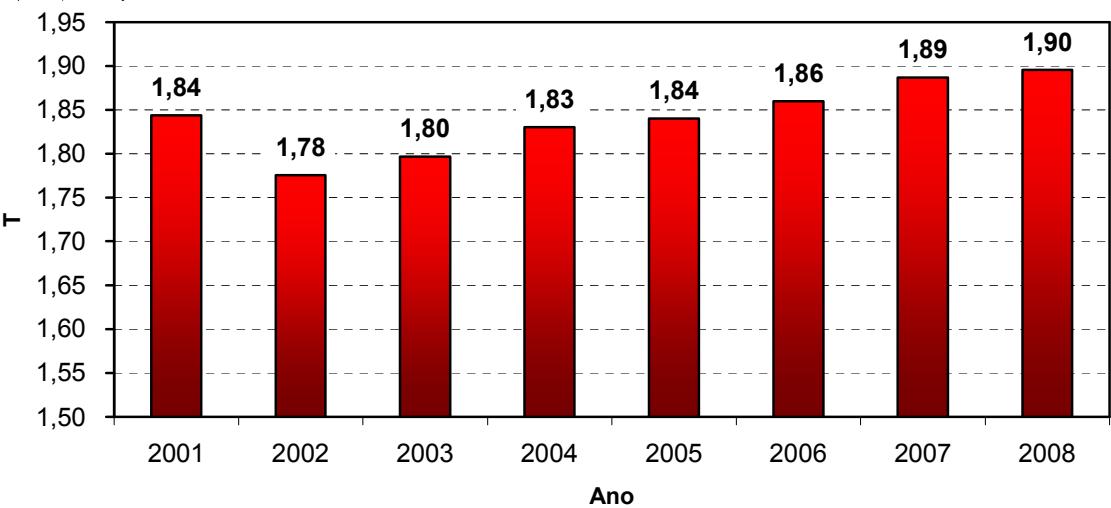


Gráfico 6 – Consumo específico de carvão na USJE.

A Geração Total da Usina no ano de 2008 foi de 42,71 GWh, correspondendo a uma geração de 4,86 MW médios. O consumo interno da Usina foi de 10,60% da totalidade da geração.

**Departamento de Programação da Produção - DTP
EVOLUÇÃO DA GERAÇÃO - USJE (2001 - 2008)- GWh**

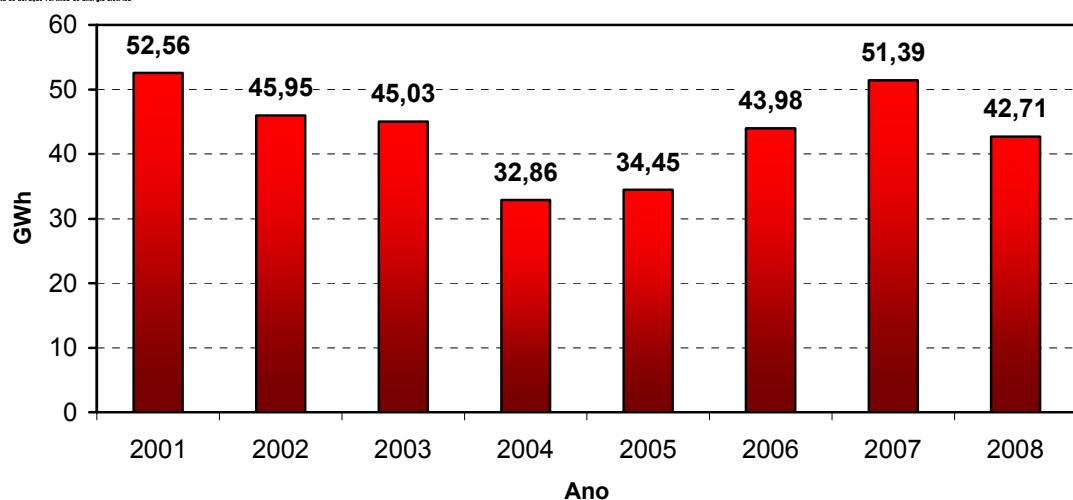


Gráfico 7 – Evolução da Energia Elétrica Gerada na USJE.

**Departamento de Programação da Produção - DTP
EVOLUÇÃO DA GERAÇÃO - USJE (2001 - 2008) - MWmed**

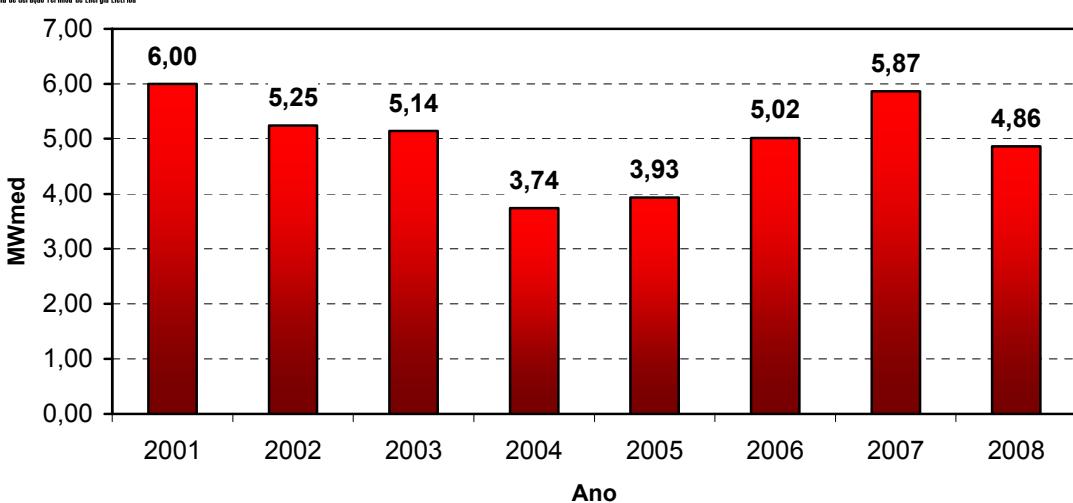


Gráfico 8 – Evolução da Energia Elétrica gerada na USJE.

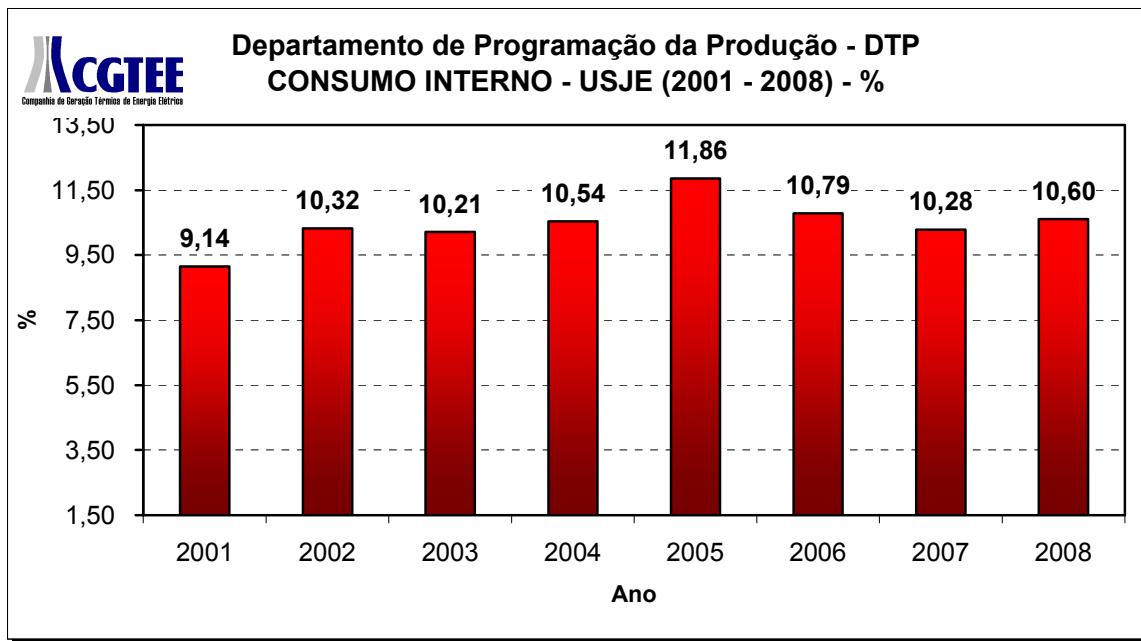


Gráfico 9 – Consumo Interno na USJE.

2.2.5 Nova Usina Termelétrica de Porto Alegre – NUTEPA (DTPP)

A DTTP permaneceu em reserva fria do Sistema Interligado Nacional durante praticamente todo o ano de 2008, sendo realizadas neste período somente atividades de conservação e manutenção nos equipamentos eletromecânicos das Unidades.

Em virtude de necessidades energéticas do Sistema Interligado Nacional – SIN – a Usina foi despachada pelo Operador Nacional do Sistema – ONS durante os meses de fevereiro, março e abril. Neste período, a geração total verificada foi de 1,33 GWh.

2.2.6 Oficina de São Leopoldo – DTML

A Oficina de São Leopoldo vem trabalhando dentro de seu potencial, atendendo às demandas das várias unidades da Empresa, com foco principal nos serviços solicitados pela Usina Presidente Médici.

Durante o ano de 2008 foi realizada uma série de serviços que são imprescindíveis para a Empresa e encontram poucos fornecedores no Estado e, portanto, são de difícil contratação em virtude da complexidade técnica.

No decorrer do ano de 2008 foram executados serviços complexos que há vários anos não se realizavam na Oficina, tais como fundição de mancais das turbinas da Fase A, empalhetamento e retirada de palhetas das várias unidades da UPME, etc.

2.2.7 Usina Termelétrica Presidente Médici

2.2.7.1 Síntese de produção de 2008

Durante o ano de 2008, a geração média da Usina Presidente Médici foi de 105,43 MW médios.

A maior geração mensal ocorreu em março, na ordem de 153,95 MW médios, sendo que a menor geração ocorreu em novembro, na ordem de 62,17 MW médios.

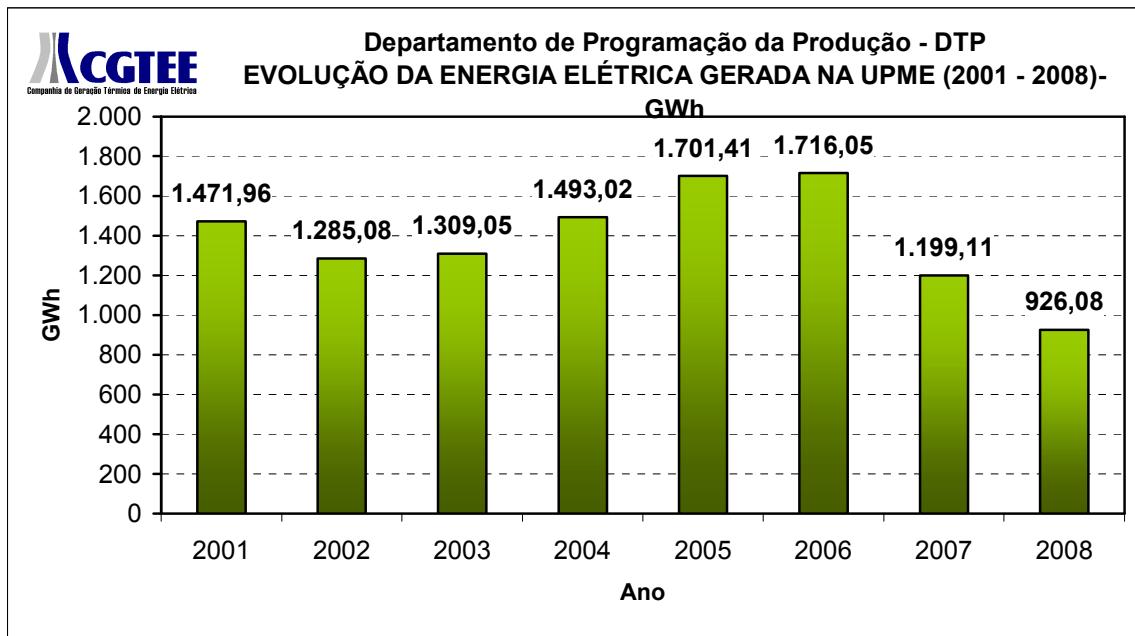


Gráfico 10 - Evolução da Energia Elétrica Gerada na UPME últimos oito anos.

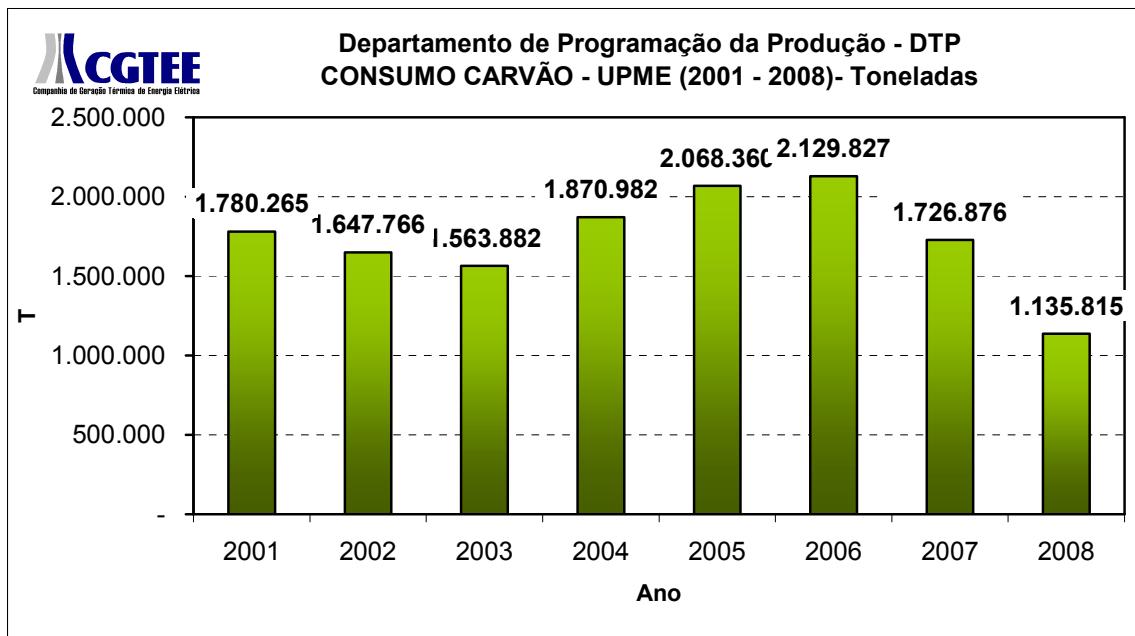


Gráfico 11 - consumo de carvão dos últimos oito anos.

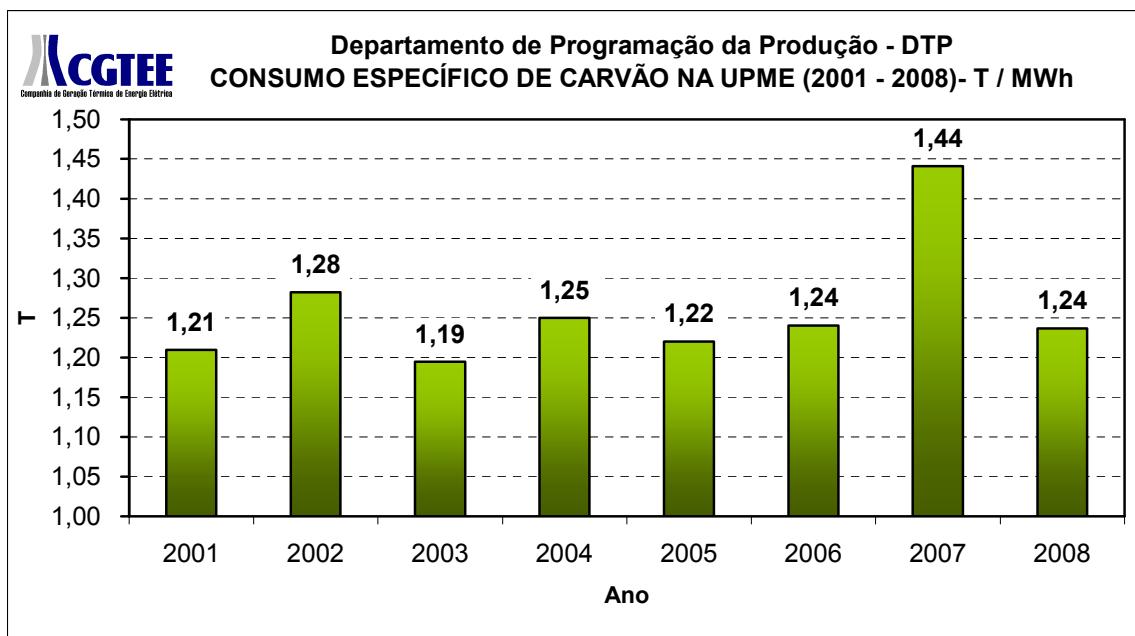


Gráfico 12 - Consumo específico de Carvão 2001-2008 na UPME.

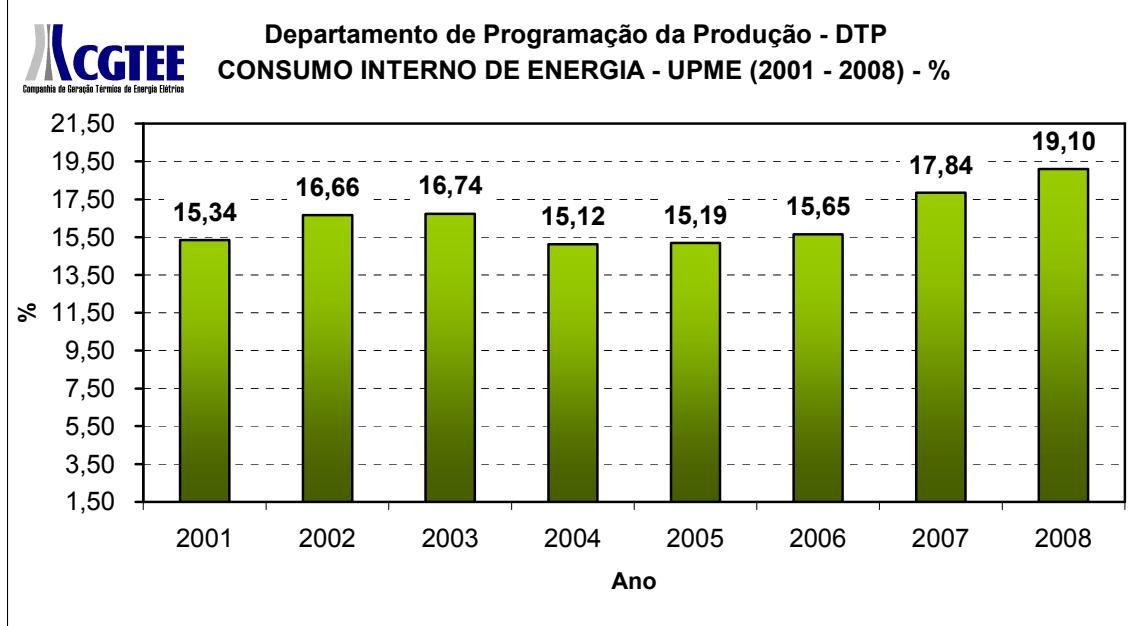


Gráfico 13 - Consumo Interno da UPME.

2.2.7.2 Relação dos principais serviços executados na UPME

Em meados de 2007 foi efetuada a revisão anual da Unidade IV e, ao final deste ano, a decisão de gestão foi no sentido de retomar o programa de revisões anuais já a partir de 2008. Iniciamos pela Fase A e, posteriormente, as Unidades IV e III, contemplando principalmente as intervenções corretivas em equipamentos e inspeções nas caldeiras e partes sob pressão, tendo como objetivos principais à integridade e disponibilidade. Com relação à disponibilidade, estas atividades constataram sérios problemas de corrosão interna nos tubos da parede espiral das caldeiras da Fase B, sendo mais crítico na Unidade IV, o que nos últimos dois anos tem se evidenciado pela ocorrência de furos, implicando em freqüentes paradas intempestivas das unidades, acarretando longos períodos com as unidades fora de operação. Este foi o principal fator da baixa geração da usina. Ressalta-se que para a retomada a patamares compatíveis de disponibilidade e confiabilidade das Unidades III e IV, será necessária a substituição das áreas comprometidas e a implantação de melhorias em diversos sistemas, indicando a demanda de investimentos de porte.

Diversos projetos estão em andamento, sendo que alguns já foram concluídos no sentido de melhorar o desempenho das Unidades ao longo do ano de 2009, assim como aprimorar as atividades de manutenção.

2.2.7.3 Projeto de Recirculação de Efluentes Líquidos

Com o objetivo de reduzir a vazão de lançamento de efluentes líquidos e, por consequência, a captação de água bruta do Arroio Candiota, foi desenvolvido o Projeto de Recirculação de Efluentes Líquidos, com as instalações concluídas e em fase de testes operacionais. Além do benefício direto através do retorno do efluente líquido das bacias, tornando o empreendimento ambientalmente mais sustentável, agregou-se como benefício econômico indireto a redução no consumo de energia decorrente da otimização da operação de bombeamento na planta industrial. O custo do projeto foi de aproximadamente R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais).

2.2.7.4 Conclusão da Cobertura do Pátio de armazenagem de carvão

Com uma área coberta de 10.400,00 m², além daquela relativa à drenagem e impermeabilização, que totaliza aproximadamente 20.250,00 m², no Departamento de Produção de Candiota – DTC, a construção da cobertura sobre o pátio de estocagem de carvão, bem como a execução de um sistema de drenagem eficiente, objetivou fornecer ao DTC as condições necessárias para operação adequada desta área.

Os benefícios ambientais advindos deste projeto têm como principais reflexos a redução na concentração de material particulado em suspensão no ambiente, melhora na qualidade do efluente líquido e a eliminação dos riscos relacionados à contaminação do solo, obtidos pela impermeabilização. Além destes, a cobertura atenua os efeitos extremamente danosos à operação do sistema de carvão, consequência da elevada umidade retida, em função da exposição do material estocado, quando esta área era descoberta. O custo do projeto foi de aproximadamente R\$ 5.860.000,00 (cinco milhões oitocentos e sessenta mil reais).

2.2.7.5 Construção do Prédio para a Lubrificação

A construção desta edificação se justificou pelo fato de que, até então, o Setor de Lubrificação não possuía uma área construída em conformidade legal às atividades de estocagem e manuseio destes produtos e suas embalagens, o que representava elevados riscos de acidente ambiental, tendo em vista que não havia a correta destinação dos óleos caso ocorresse algum vazamento durante a operação e manuseio. O projeto visou disponibilizar uma área física

destinada à coordenação do setor de lubrificação, local para estocagem e para operação de manuseio, sistema para condução de todos os efluentes para uma caixa separadora de óleo, incluído também no escopo a impermeabilização e drenagem do terreno compatível com um alto nível de segurança exigido. O custo do projeto foi de aproximadamente R\$ 229.000,00 (duzentos e vinte e nove mil reais).

2.2.7.6 Instalação do Sistema de Despoeiramento da Torre de Manuseio de Carvão

O despoeiramento tem por finalidade a captação de material particulado proveniente da emissão fugitiva decorrente do manuseio de. Esta iniciativa objetiva agregar ganhos significativos à condição de saúde ocupacional, bem como redução do desgaste de equipamentos, adequando-se às exigências do IBAMA. Trata-se de um projeto piloto, visto que as características do material a ser capturado são diferenciadas, servindo os resultados como base para projetos futuros. O custo do projeto foi de aproximadamente R\$ 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais).

2.2.7.7 Recomposição dos Pré-Aquecedores da Fase A

Foi contratada a recuperação, com fornecimento de material, do conjunto de Pré-Aquecedores de Alta Pressão (PAAP nº 4 e nº 5) das Unidades I e II da Fase A do DTC. Esta contratação visou restabelecer o projeto original, possibilitando o retorno à operação dos dois pré-aquecedores de alta pressão em cada unidade, recuperando a capacidade de geração e adequando os parâmetros operacionais, melhorando o desempenho geral das unidades da Fase A. Os equipamentos já foram entregues e estamos na etapa de programação e instalação dos mesmos. O custo do projeto foi de aproximadamente R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

2.2.7.8 Avaliação de integridade das Unidades da Usina termelétrica Presidente Médici

Conjunto de ações com vistas a garantir a segurança pessoal e patrimonial, assim como se adequar às normas e legislação vigentes, a partir da inspeção das regiões mais críticas das caldeiras e principais tubulações. O plano de avaliação de integridade também permite visualizar o panorama atual dos equipamentos. Também possibilita acompanhar a evolução das condições das caldeiras, através de inspeções periódicas, identificando a necessidade de reparos programados ou imediatos aos danos encontrados ou a coexistência dos mesmos,

gerando um banco de dados capaz de planejar as futuras ações e avaliações, bem como um planejamento destinado ao desenvolvimento de um plano de extensão de vida residual.

2.2.7.9 Substituição das tubulações do Economizador das Caldeiras

Em 2007 foram substituídos todos os tubos do Economizador da caldeira da Unidade IV e parcialmente os da caldeira da Unidade III. Esta atividade foi concluída na revisão de 2008 na Unidade III.

2.2.8 Informações Financeiras

Destaca-se que a empresa é pioneira na implementação do processo licitatório do tipo pregão, modalidade Registro de Preços, no Sistema Eletrobrás. Tem realizado, em média, 90% de suas aquisições através de pregão eletrônico, o que tem reduzido consideravelmente os montantes dispendidos. Além disso, a empresa possui mecanismos que garantem a não utilização de reajustes automáticos nos contratos, a partir de uma comissão que realiza a análise do equilíbrio financeiro dos montantes contratuais.

2.2.8.1 Valor Adicionado

As informações relativas ao valor adicionado da Companhia são integrantes das Demonstrações Contábeis, através da “Demonstração do Valor Adicionado”, conforme estabelecido na NBC T 15 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aprovada pela resolução CFC nº. 1.003/2004. A tabela a seguir apresenta os coeficientes de distribuição do valor adicionado em 2008 em relação ao ano de 2007.

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
2008		2007	
Colaboradores	63.367	Colaboradores	46.795
Governo	32.153	Governo	21.946
Agentes Financeiros	5.037	Agentes Financeiros	1.093
Acionistas	(292.202)	Acionistas	(69.149)

Tabela 2 – Valor Adicionado

2.2.8.2 Gestão Orçamentária

Os orçamentos de custeio e de investimento para o ano de 2008 foram aprovados, respectivamente, pelo Decreto nº 6.251, de 06 de novembro de 2007, e pela Lei nº 11.647, de 27 de março de 2008, sendo o custeio revisado pelo Decreto nº 6.646, de 18 de novembro de 2008 e o investimento revisado pela Lei nº 11.825, de 13 de novembro de 2008. Os desembolsos da CGTEE ficaram dentro dos tetos orçamentários aprovados.

2.2.8.3 Gestão Financeira

O Patrimônio Líquido da CGTEE, ao final do exercício de 2008, atingiu o montante de R\$ 350,0 milhões, enquanto que em 2007 havia sido apurado um valor de R\$ 642,2 milhões, conforme ilustra o gráfico a seguir.

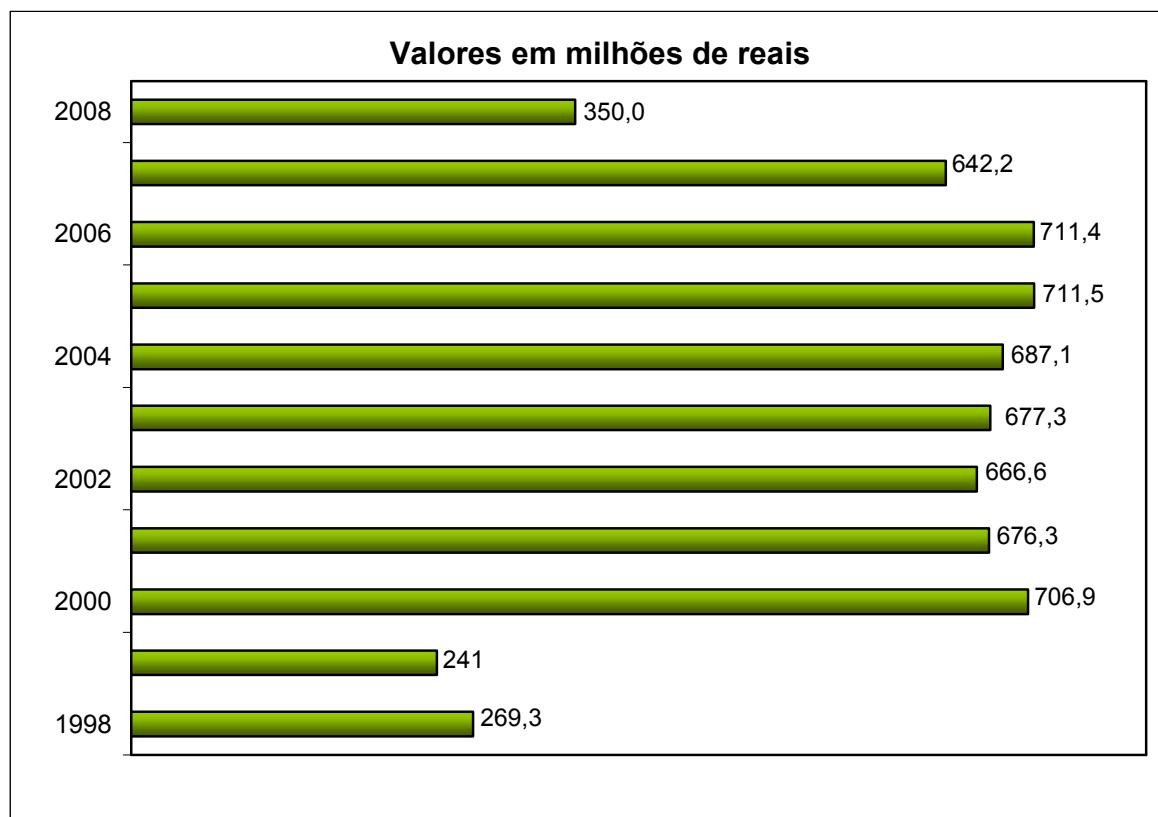


Gráfico 14 - Evolução do Patrimônio Líquido – Período 1998 – 2008

A Companhia, no Exercício de 2008, registrou um prejuízo na ordem de R\$ 292,2 milhões. Este prejuízo foi ocasionado pela Compra de energia de curto prazo em 2008 em valores próximos à

receita obtida com a energia vendida, além desta ainda se destaca as penalidades: por insuficiência de lastro, a partir de julho/08; e consumo da cota combustível.

No ano de 2008, a geração bruta total da Companhia foi de 970,123 GWh (1250 GWh em 2007), representando uma redução de 22,4% em relação ao igual período de 2007.

Tal condição foi devido aos seguintes fatores ocorridos na Usina Termelétrica Presidente Médici:

1. Indisponibilidade total da unidade 1 (63MW), durante todo o ano, devido à ruptura de palhetas da Turbina.
2. Geradores de vapor das unidades 3 e 4 (2x 160MW), com elevada freqüência de rupturas de tubos.

Estes fatores ocasionaram a elevação da indisponibilidade de geração das unidades da Usina Termelétrica Presidente Médici, repercutindo na exposição da Companhia aos preços da energia praticados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, que apresentou no 1º trimestre de 2008 preços por MWh muito superiores às médias históricas.

Em relação a unidade 1, a qual representa 14% da capacidade instalada daquela usina, a ruptura das palhetas teve por causa a fadiga do material, tendo sido contratado o fabricante para execução dos trabalhos de recuperação, os quais se estenderam durante todo o ano de 2008. Devido a imprevistos surgidos durante o processo, a conclusão dos trabalhos ocorreram em fevereiro de 2009, estando atualmente liberada para operação.

Quanto aos geradores de vapor 3 e 4, cujas unidades representam 72% da capacidade instalada daquela usina, os mesmos apresentam um intenso processo corrosivo na superfície interna dos tubos que compõem parte da parede espiral, ocasionando a ruptura dos tubos, implicando em freqüentes e longos períodos de parada dos equipamentos para reparo.

Ao longo de 2008 foi contratado o fabricante para avaliação técnica do problema bem como das unidades em geral, visando apresentar uma proposta técnico-comercial de recomposição geral destas unidades.

Como resultado destas avaliações o fabricante apresentará nova proposta detalhando outras ações com foco somente nos geradores de vapor, principal problema, devendo a mesma ser apresentada em março de 2009. Tal proposta contemplará alterações no projeto original dos geradores de vapor. Importante ressaltar que a CGTEE já tem contratado a aquisição de um sistema de monitoramento on-line do processo de água e vapor, cujas informações são essenciais para ação preventiva contra processo corrosivo. Sua instalação está prevista para 2009.

Em paralelo, estão sendo considerados a continuidade das trocas parciais dos tubos das caldeiras, nos setores que apresentam maior comprometimento com curto prazo de execução, e outras ações envolvendo manutenção destas unidades.

Em função do aumento dos contratos de energia, associado com a entrada em eficácia dos novos valores de garantia física, válidos a partir de janeiro de 2008, e os problemas técnicos descritos acima a CGTEE apresenta exposição à penalidades por insuficiência de lastro perante a CCEE. Tal condição está em processo de discussão com Eletrobrás na busca de “hedge” visando minimizar esta exposição.

Ao longo de 2008 todas as unidades sofreram revisão anual com paradas de 30 a 60 dias para intervenção de manutenção em diversos equipamentos e substituição de partes críticas, principalmente nos geradores de vapor 3 e 4 (tubos e serpentinas), buscando desta forma recompor a capacidade operativa das mesmas e melhoria de desempenho.

Diante destas ações a companhia espera a melhoria do desempenho já durante o exercício de 2009, e num processo de crescimento para os demais exercícios, em função do planejamento das ações em andamento, apresentadas de forma reduzida, permitindo maior eficiência do processo de geração.

O gráfico a seguir apresenta os resultados obtidos pela CGTEE nos últimos exercícios.

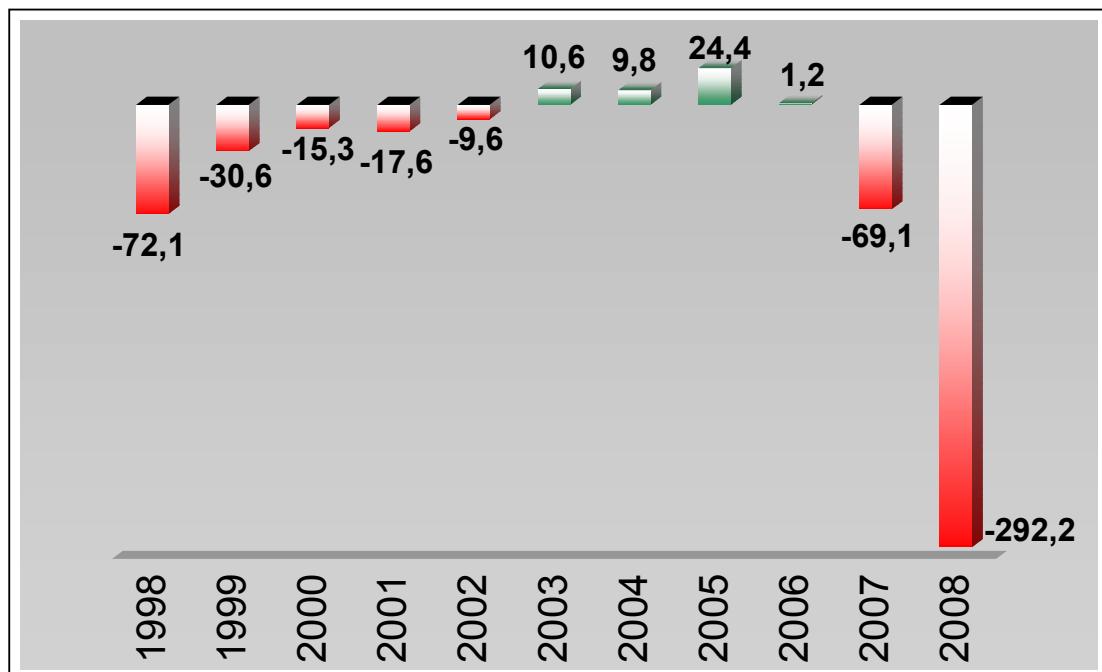


Gráfico 15 - Evolução do resultado – Período 1998 – 2008

Os contratos de suprimento firmados pela CGTEE com a AES-Sul e com a RGE tiveram as tarifas de energia e demanda reajustadas pela Resolução nº 448 da ANEEL, de 17/04/2007, com vigência de 19/04/2007 até 18/04/2008, e, a partir desta data, a Resolução nº 631 da ANEEL, de 15/04/2008, homologou as tarifas com vigência prevista até 18/04/2009. Da mesma forma, o contrato mantido com a CEEE foi reajustado pela Resolução nº 554 da ANEEL, de 23/10/2007, com vigência de 25/10/2007 até 24/10/2008, e, a partir desta data, a Resolução nº 714 da ANEEL, de 14/10/2008, homologou as tarifas deste contrato, com vigência prevista até 24/10/2009. Estes contratos estabelecem a descontratação em percentual de 10% ao ano, a partir de 2003.

Os ativos financeiros de curto prazo, no final de 2008, equivaliam a 0,90 vezes os compromissos de mesma natureza, o que demonstra a liquidez financeira da Companhia.

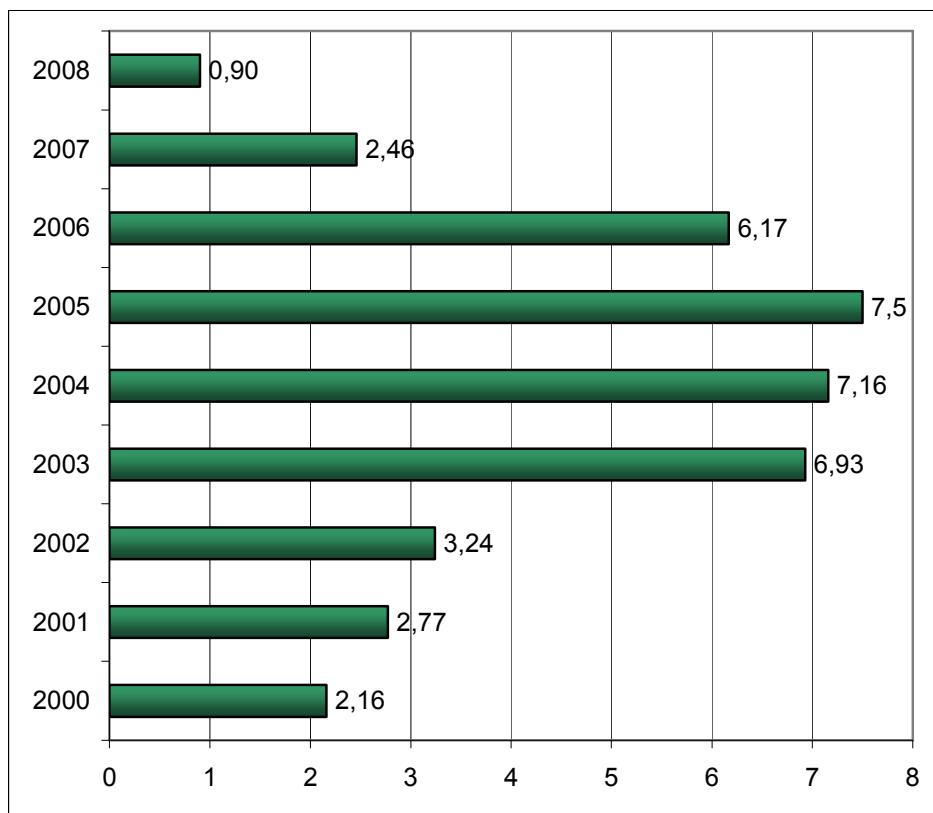


Gráfico 16 - Evolução do Índice de Liquidez Corrente – Período 2000 - 2008

A capacidade de geração interna de recursos decorrente das atividades operacionais da Companhia, que é exclusivamente a produção de energia elétrica a partir da termeletricidade, medida através do EBITDA (Earning Before Income Tax, Depreciation and Amortization), atingiu R\$ (221,95) milhões no exercício de 2008.

A geração negativa de caixa foi resultante dos problemas operacionais anteriormente relatados e pela aplicação dos recursos financeiros na Construção da Usina Candiota III – Fase C.

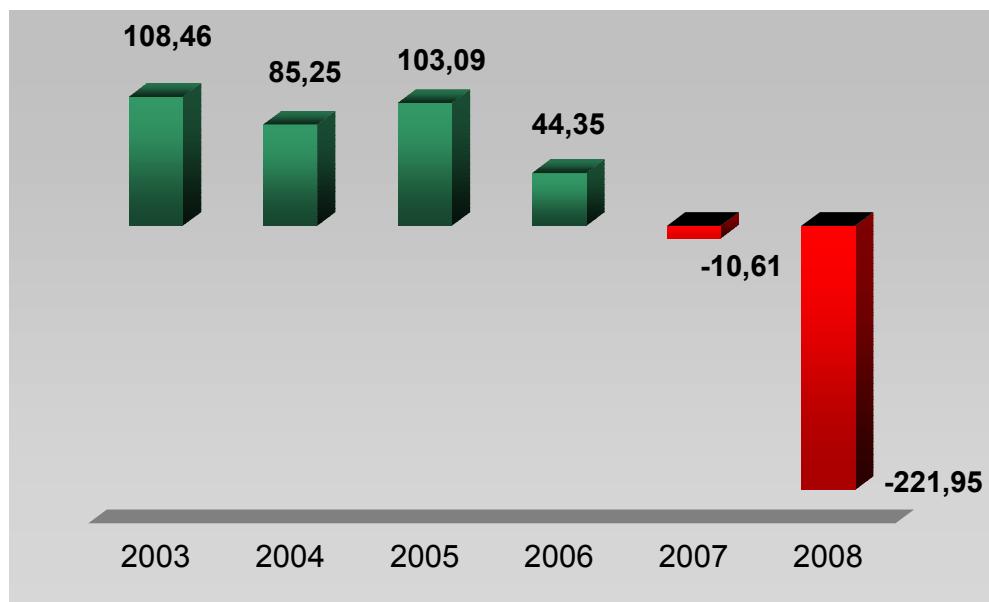


Gráfico 17 - Evolução do EBITDA – Período 2000 - 2008

2.2.8.4 Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços

Consolidamos em 2008 o Pregão Presencial e o Eletrônico com uma economia de 11,95% do valor orçado, o que correspondeu a um deságio de R\$ 4.650.762,05.

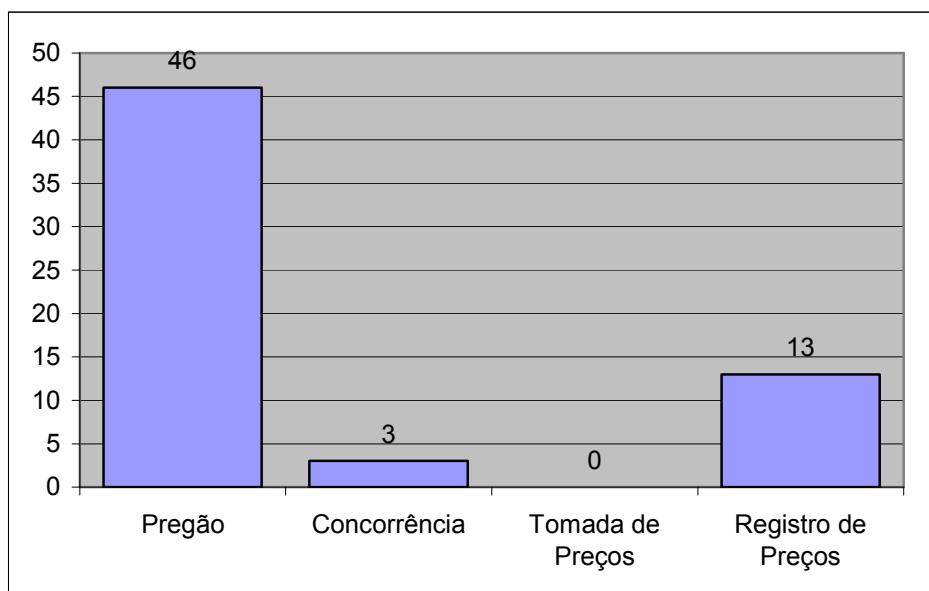


Gráfico 18 – Licitações efetivamente realizadas em 2008

2.2.8.5 Modernização da Empresa

2.2.8.5.1 Governança Corporativa

Visando propiciar condições para modernização da empresa com base na ética, transparência da informação, responsabilidade sócioambiental e valorização dos direitos humanos, a CGTEE, alinhada às diretrizes do Sistema Eletrobrás, aperfeiçoou seus processos, cujas premissas são a transparência, prestação de contas (accountability), sustentabilidade, responsabilidade sócioambiental e eqüidade.

Neste sentido, destacam-se a seguir as principais ações desenvolvidas.

2.2.8.5.2 Gestão da Ética

A Comissão de Ética tem como finalidade orientar e aconselhar sobre ética profissional os integrantes da CGTEE, quanto ao tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. Compete também à Comissão representar a Comissão de Ética Pública, supervisionando a observância da Alta Administração Federal, bem como promovendo a adoção de normas de conduta éticas específicas para os integrantes da CGTEE.

Submete-se ao Código de Ética, no que couber, todo aquele que, por força da lei, contrato ou qualquer ato jurídico, preste serviço de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente à CGTEE.

Destacamos as principais ações desenvolvidas em 2008: disponibilização do Código de Ética na página eletrônica da Empresa e na *intranet*, bem como link de acesso à Comissão de Ética, revisão do Manual de Procedimentos para a adequação aos compromissos de sustentabilidade sócioambiental, destinação de espaço físico às reuniões, audiências e guarda de documentos da Comissão de Ética.

2.2.8.5.3 Ouvidoria Geral

A Ouvidoria Geral tem a finalidade de estabelecer um canal permanente de comunicação rápido e eficiente entre a direção da empresa e o público interno e externo, colaborando para o alcance da eficiência na prestação dos serviços, da transparência, da ética no planejamento e na excelência da gestão administrativa.

Em 2008 com o objetivo de fortalecer a Ouvidoria, várias medidas foram adotadas: campanhas preventivas aos assédios moral e sexual, desenvolvida conjuntamente com o Comitê de Gênero, postagem de atalho na página eletrônica da empresa, divulgação do funcionamento nos boletins informativos, relatório anual disponível ao público interno e externo na página eletrônica, instalação de urnas e participação em fóruns.

2.2.8.5.4 Portal da Transparência

Tem como objetivo disponibilizar informações no site da empresa sobre execução orçamentária e financeira, licitações, contratações, convênios, instrumentos congêneres, diárias e passagens.

2.2.8.5.5 Comitê de Sustentabilidade

Em 2008 a CGTEE apresentou o seu relatório Sócioambiental em conformidade com o que estabelece a ANEEL. Também consolidou indicadores para a apresentação do relatório de sustentabilidade da GRI (Global Report Initiative), que terá sua primeira edição publicada em 2009.

2.2.8.6 Gestão Patrimonial

2.2.8.6.1 Apólice de Seguros

Em 2008, com a continuidade das ações do plano de ação para atendimento das recomendações do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB, manteve-se em queda o custo da apólice de risco operacional da unidade de Candiota, bem como sua taxa de risco, o que resultou numa economia de mais de R\$ 352.000,00 (trezentos e cinquenta e dois mil reais) mantendo inalterado o valor em risco e o limite máximo de indenização – LMI.

Além de reduzir os custos de prêmios seguros com as coberturas para instalações prediais e industriais, e manter no mesmo nível os custos de seguro da frota, foram contratadas coberturas para equipamentos e sistemas de informática, na modalidade RD-Equipamentos a fim de proteger os investimentos na área de Tecnologia da Informação.

2.2.8.6.2 Regularização Fundiária

A Comissão designada pela Diretoria Executiva iniciou em 2008 a venda dos imóveis em Candiota. Foram vendidos no total quinze imóveis, sendo que outros setenta e três estão em fase de aquisição por interessados.

2.2.8.6.3 Gestão de Pessoal

Em 2008, ressaltamos o trabalho realizado em conjunto com a Eletrobrás devido ao processo de Transformação do Sistema, mais especificamente o trabalho de unificação das políticas e práticas de Recursos Humanos, através da participação no trabalho de formatação e desenvolvimento do Plano de Cargos e Remuneração unificado.

Em função deste processo, foi realizada a “harmonização salarial”, com base na média dos salários por cargos, visando iniciar o processo de redução de impacto financeiro, tendo em vista a implantação do PCR – Plano de Carreira e Remuneração Unificado do Sistema Eletrobrás.

Além deste importante trabalho, a CGTEE deu continuidade a sua política de Gestão de Pessoal, dentre as quais destacamos:

- Trabalho de verificação das parametrizações da folha de pagamento, identificando pagamentos a maior no valor de R\$ 821.182,70, sendo que foram recuperados imediatamente R\$ 48.446,96 em créditos. Está prevista a recuperação do valor restante no decorrer de 2009.
- Aprovação do novo quadro quali-quantitativo, aumentando em 176 (cento e setenta e seis) o número de vagas, totalizando o quadro em 723 (setecentos e vinte e três) vagas. Foi finalizado processo licitatório para contratação de empresa para realizar Concurso Público, visando o provimento dos cargos necessários para a operação da Usina de Candiota III.
- Contratação de empresa para realizar a pesquisa de cultura e clima organizacional, que será aplicada em 2009. No que tange a Formação e Qualificação Profissional, foram realizadas uma série de atividades de apoio às áreas da empresa, com ênfase na área de segurança e meio ambiente.
- Na área de Segurança foram realizados treinamentos em Cursos de NR10 – Norma

Reguladora nº 10, NR 33 – Espaço Confinado e treinamento de Utilização de EPI's, incluindo os trabalhadores das empresas contratadas para prestação de serviços permanentes na unidade de Candiota. Na área de Meio Ambiente, a Divisão de Formação e Qualificação Profissional deu suporte técnico ao Programa de Educação Ambiental, que tem no escopo principal a formação de multiplicadores ambientais.

Outra ação importante para a qualificação profissional foi o incentivo à graduação, que contemplou 35 (trinta e cinco) empregados. Em 2008 também ocorreu a conclusão do curso MBA de Gestão e Liderança para o Setor Elétrico, ministrado pela FGV-RJ, contemplando 15 (quinze) empregados.

Cabe ressaltar que não há valores pendentes de ressarcimento no que se refere ao quantitativo de pessoal cedido. Além disso, a CGTEE está em dia com o registro dos atos de admissão e desligamento, conforme o art. 8º da IN/TCU nº 44/2002.

2.2.8.6.5 Certificação de Operadores de Usina

O processo de certificação de operadores de usina irá certificar 138 (cento e trinta e oito) operadores, sendo 115 (cento e quinze) da Unidade de Candiota e 23 (vinte e três) da Unidade de São Jerônimo. Os operadores de São Jerônimo tiveram o processo de certificação concluído em 2007, faltando apenas a emissão dos Certificados. Na Unidade de Candiota, no período de 16 de novembro a 18 de dezembro de 2008, foi concluída a aplicação das provas, faltando somente 03 (três) operadores que estão em licença saúde.

O processo de certificação exige que os operadores também sejam considerados aptos nos exames psicossociais. Neste quesito, faltam apenas 11 (onze) operadores da unidade de Candiota concluírem seus exames.

Em 2009 as provas serão corrigidas e os exames psicossociais faltantes concluídos, sendo que nossa expectativa é de que o processo de Certificação se encerrá até Junho/09 devendo ser renovado somente em 2012, conforme determina a legislação.

2.2.8.6.6 Pesquisa e Desenvolvimento

A CGTEE vem investindo em pesquisa para desenvolvimento tecnológico e inovação. Estes investimentos têm como consequência uma permanente busca de soluções científicas privilegiando o conhecimento acadêmico nacional, proporcionando, com isso, além de um

processo de aprimoramento das suas atividades, uma qualificação significativa junto aos pesquisadores e estudantes universitários. Estes investimentos são feito através de Projetos do Programa de P&D ANEEL e de Projetos Estratégicos.

Nossos projetos de P&D são executados por equipes de pesquisa, compostas por professores e bolsistas ligados às universidades e fundações públicas de pesquisa, sem fins lucrativos. Estes projetos são demandados pela CGTEE ou apresentados pelas instituições pesquisadoras, com o objetivo de desenvolver novas técnicas e processos tecnológicos com maior eficiência produtiva, menor impacto ambiental associado à geração de energia elétrica a partir do carvão mineral, bem como novas abordagens de pesquisa aplicada aos diferentes sistemas existentes em nossas usinas termelétricas.

2.2.8.6.7 P&D ANEEL

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D ANEEL) da CGTEE conta com 05 Ciclos concluídos e aprovados pela ANEEL (Ciclo 2000/2001, Ciclo 2001/2002, Ciclo 2002/2003 , Ciclo 2003/2004 e 2004/2005), 01 Ciclo em execução (Ciclo 2005/2006), 01 Ciclo com projetos em aprovação pela ANEEL (Ciclo 2006/2007).

A Tabela abaixo demonstra os valores aplicados pela CGTEE em Pesquisa e Desenvolvimento, conforme Leis nº. 9.991 de 24/07/2000 e nº. 10.848 de 15/03/2004.

CICLO	P&D (R\$)	FNDCT* (R\$)	EPE** (R\$)
2000/2001	706.000,00	685.821,36	-
2001/2002	840.036,00	780.078,50	-
2002/2003	795.446,00	728.929,21	-
2003/2004	764.364,00	697.033,64	348.516,82
2004/2005	889.224,00	888.229,27	444.114,64
2005/2006	702.760,47	702.760,47	351.380,00
2006/2007	624.789,00	624.789,00	312.394,50

* Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Ministério de Ciência e Tecnologia)

** Empresa de Pesquisas Energéticas (Ministério de Minas e Energia)

Para o ano de 2009, a CGTEE estará reformulando o programa de P&D, atendendo as novas exigências da ANEEL e, com isso, apresentando ao conjunto de funcionários e à comunidade científica um novo manual de procedimentos para prospecção e avaliação dos projetos,

buscando cada vez mais transparência e acessibilidade aos recursos provenientes do seu programa de P&D.

2.3 PROGRAMAS

2.3.1. Programa 0295 – Energia na Região Sul

Dados gerais do programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Implantar infra-estrutura eficiente e integradora no território nacional.
Objetivos Específicos	Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do sistema interligado nacional
Gerente do Programa	Josias Matos de Araújo
Gerente Executivo	Josias Matos de Araújo
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Sereno Chaise
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Disponibilidade geral, Razão operacional
Público-Alvo (Beneficiários)	Consumidores de energia elétrica da Região Sul.

2.3.2 Principais ações do programa

2.3.2.1 Ação 1127: Implantação da Usina Termoelétrica Candiota III – Fase C

Dados gerais:

Tipo	Finalística
Finalidade	Implantação da Usina Termelétrica Candiota III – Fase C, que terá uma potência instalada de 350 MW, a carvão mineral.
Descrição	Essa ação refere-se a construção de uma usina termelétrica a carvão mineral nacional de 350MW que elevará a potencia instalada da CGTEE para 840 MW. Este empreendimento é integrante do PAC do Governo Federal
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP)
Coordenador nacional da ação	Josias Matos de Araújo
Unidade Executora	Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP).
Área (dentro da UJ) responsável por gerenciamento ou execução	Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP)
Principais atividades para consecução da ação	Importação de equipamentos, contratação de obras civis, concurso público,
Fontes de Financiamento	CITIC GROUP e a controladora ELETROBRÁS

Características

A Usina Termelétrica Candiota III, também denominada comumente de Fase C de Candiota, está projetada com uma potência de 350 MW, em uma única unidade geradora, tendo como combustível principal o carvão mineral nacional, com localização em área contígua à Usina Termelétrica Presidente Médici, no município de Candiota/RS, com previsão de entrada em operação comercial até 31/12/2009.

Aspectos situacionais

Decorrente de acordos governamentais Brasil/China, foi assinado em 15 de dezembro de 2005, entre a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE e o CITIC GROUP, representado por sua subsidiária CITIC International Contracting Inc., contrato na modalidade “turn key” para a construção da usina e a entrega em operação comercial. O valor do Contrato de EPC (Engineering Procurement and Construction Agreement) é de US\$ 377.136.557,00. Adicionalmente, o contrato prevê uma soma provisional de US\$ 96.924.840,00, destinada à cobertura dos impostos de importação referentes aos equipamentos que serão fabricados no exterior e possíveis variações do contrato.

Um montante de US\$ 430 milhões foi captado através da controladora ELETROBRÁS, junto aos Bancos China Development Bank – CDB e BNP Paribas, com posterior repasse à CGTEE, para o qual foram obtidas as autorizações governamentais necessárias. Os contratos de financiamento foram assinados em 20 de abril de 2007, mas sua eficácia ficou condicionada à autorização do Governo Chinês, o que impediu a utilização dos recursos até o dia 08 de maio de 2008, quando a situação foi resolvida por meio da assinatura de aditamentos aos referidos contratos de financiamento. Depois disso, os recursos foram liberados e a situação atual é de absoluta normalidade no ritmo dos pagamentos. No entanto, é importante registrar que o atraso na liberação dos recursos decorrente da demora da autorização do Governo Chinês impactou negativamente no cronograma da obra. Resta ainda a necessidade de serem viabilizados recursos da ordem de US\$ 115 milhões complementares ao valor financiado, para atender a integralidade das necessidades do projeto. Esse montante complementar necessário para cobrir o valor total do empreendimento será viabilizado pela ELETROBRÁS.

Em 16 de dezembro de 2005, a energia da usina foi ofertada no Primeiro Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos promovido pela ANEEL, Edital nº 002/2005, sagrando-se vencedora no produto 2010 – T15, com os seguintes parâmetros:

- Lotes comercializados: 292 MW médios;
- Receita Fixa: R\$ 331.250.624,00/ano, equivalente a R\$129,50/MWh;
- Data de início da entrega do produto: 01/janeiro/2010;
- Prazo de fornecimento: 15 anos a partir de 01/janeiro/2010;
- Inflexibilidade operacional da usina: 60%;
- Custo variável para operação acima da inflexibilidade: R\$ 10,07/MWh.

O exercício de 2008 representou um ano importante para as obras civis, para o avanço da fabricação dos equipamentos e também para a contratação e início da montagem eletromecânica da caldeira. Foram desenvolvidas as etapas de projeto de engenharia, terraplenagens, escavações, fundações e reaterro para os principais equipamentos e sistemas da usina, tais como casa de máquinas, caldeira, chaminé, torre de resfriamento, sistemas de tratamento de água, transporte de carvão e silos de cinza e reagentes, além da área de tratamento dos gases, as quais foram incrementadas ao longo do segundo semestre, porém, encontram-se ainda em ritmo aquém das exigências do cronograma do empreendimento. O estágio de fabricação dos equipamentos da usina teve grande progresso durante o exercício de 2008, prevendo-se que no primeiro trimestre de 2009 todos os equipamentos estejam entregues no local da obra. Esta etapa de fabricação dos equipamentos está praticamente concluída (90%).

Durante o exercício 2008, quatro carregamentos de equipamentos chegaram ao canteiro de obras, na ordem de 20.000 toneladas, provenientes da China. No mês de novembro de 2008, foi obtido o parecer de acesso correspondente à conexão da usina à Rede Básica de Transmissão, emitido pelo ONS. A montagem eletromecânica foi iniciada no mês de dezembro de 2008 e a montagem das demais instalações ainda está em fase de contratação. O processo de contratação da equipe que irá prestar os serviços de operação e manutenção da usina prevê a publicação do edital de concurso público para o mês de janeiro/2009, com realização das provas no mês março/2009. A CGTEE detém todas as licenças e autorizações requeridas para o processo de implantação do empreendimento, destacando-se a Licença de Instalação (LI), outorga para uso de recursos hídricos e Ato Autorizativo do Poder Concedente.

Análise do grau de consecução das metas físico-financeiras

O valor do orçamento aprovado para 2008 foi de R\$ 719.185.185,00 (setecentos e dezenove milhões, cento e oitenta e cinco mil e cento e oitenta e cinco reais), tendo sido realizado em 2008 o valor de R\$ 389.587.446,00 (trezentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais), perfazendo um total de 54,2%. Destaca-se que montante significativo do valor realizado corresponde a máquinas, equipamentos e obras civis. A realização física do empreendimento atingida no final do exercício 2008 é da ordem de 52%, contra um previsto de 69%, representando um atraso na ordem de 5 (cinco) meses na obra. A CGTEE, juntamente com seu Contratado para o EPC (Engineering Procurement and Construction Agreement) da usina, está envidando todos os esforços para a redução do atraso hoje configurado no empreendimento. Justifica-se a realização orçamentária inferior ao projetado em 2008 pelos seguintes motivos: atraso na subcontratação do empreiteiro civil pela EPC Contratada, fazendo com que os dispêndios correspondentes apenas iniciassem no final do mês de abril/2008 e em montantes inferiores ao projetado; o atraso na contratação do empreiteiro civil trouxe como consequência o deslocamento no tempo das atividades de montagem eletromecânica, que teve início em dezembro de 2008, com a consequente protelação dos pagamentos correspondentes; ocorreu pequeno deslocamento no cronograma de chegada dos equipamentos importados, resultando na postergação de alguns eventos de pagamento comparativamente ao inicialmente previsto.

Atualmente, depois de superado o obstáculo da autorização do Governo Chinês e a consequente liberação dos recursos financiados pelos Bancos, a implantação da Usina está em fase de encadeamento entre as obras civis e início da montagem eletromecânica. O principal desafio que vem sendo enfrentado com bastante afinco nesse momento é a busca de alternativas para recuperação do atraso existente no cronograma da obra, visando o atendimento da data prevista para a entrada em operação comercial da Usina.

São destacadas a seguir as principais realizações no ano de 2008:

- Processo licitatório para contratação da reforma do prédio que abrigará a equipe que será treinada para operar e manutencionar a usina.
- Continuidade das obras civis: o CITIC contratou o Consórcio Sul Energia - CSE para a execução das obras civis, cujo início efetivo dos serviços ocorreu em abril 2008. Ritmo ainda aquém do necessário para atender o Cronograma da Obra. A CGTEE, o CITIC e o

CSE têm se reunido freqüentemente para encontrar alternativas que acelerem os trabalhos e recuperem o atraso. Obra civil atingiu realização acumulada de 20%.

- Início e continuidade da montagem eletromecânica da usina: o CITIC procedeu a contratação da empresa IESA Projetos, Equipamentos e Montagens para a montagem da caldeira, cuja mobilização ocorreu a partir de dezembro/2008. Continua em negociação pela CITIC a contratação do montador para a área do tratamento de gases, cujo início dos serviços está previsto para abril de 2009.
- Continuidade do recebimento dos equipamentos importados totalizando cerca de 20.000 toneladas. Até o final de março de 2009 espera-se ter todos os equipamentos no canteiro de obras.
- Elaboração do programa de treinamento para as equipes de manutenção e operação da nova usina, com previsão de conclusão até março/2009.
- Elaboração e aplicação de programas sócioambientais, como, por exemplo, o programa ECOPAMPA, destinado à formação de educadores ambientais; programa de integração comunitária através do programa de quintais orgânicos de frutas, em parceria com a Embrapa; programa de formação de mão de obra – Escola de Fábrica, que já formou mais de 1600 (mil e seiscentos) jovens oriundos de famílias de baixa renda nos três primeiros módulos. Encontra-se em desenvolvimento o quarto módulo, cobrindo 17 (dezessete) municípios da região.
- Atendimento do Termo de Compromisso referente à Compensação Ambiental, com um total de R\$ 4.194.250,00 (quatro milhões cento e noventa e quatro mil duzentos e cinquenta reais) a serem aplicados na Estação Ecológica do Taim. Foram realizados R\$ 573.488,88 (quininhentos e setenta e três mil quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos) na aquisição de veículos, equipamentos de informática, geradores, barcos, carretas e equipamentos de fiscalização, os quais já foram entregues à Unidade de Conservação Federal. O Termo de Compromisso venceu em 01/02/2008 e encontra-se em processo de renovação junto ao Instituto Chico Mendes, sucessor do IBAMA na administração das unidades de conservação federais.
- O Termo de Compromisso com a Secretaria de Meio ambiente do Estado – SEMA/RS, para a Reserva Biológica Mato Grande, o qual não teve ainda nenhuma realização efetivada em

razão de inexistência de demanda pela SEMA/RS. O referido termo foi renovado em 23/12/2008, por mais dois anos.

A CGTEE vem desenvolvendo desde 2007 intensas tratativas e ações que buscam reduzir os impostos correspondentes aos equipamentos importados para a Usina de Candiota III, primeiro no âmbito dos impostos federais (solicitação do regime especial “Ex-tarifário” por não fabricação nacional), e o segundo no âmbito estadual (desoneração de ICMS por não fabricação no estado do Rio Grande do Sul).

O primeiro processo encontra-se em curso, porém em sua fase final, e o segundo está concluído. Os significativos resultados já obtidos originaram/originarão uma redução total de impostos da ordem de US\$ 20 milhões, fato altamente favorável à Companhia.

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Física	69%	52%	
Financeira	R\$ 719.185.185,00	R\$ 389.587.446,00	54,2%

2.3.2.2 Ação 4493: Manutenção do sistema de geração de energia elétrica

Dados gerais:

Tipo	Finalística
Finalidade	Disponibilizar maior confiabilidade operacional aos sistemas instalados nas plantas, através de manutenções nos diversos equipamentos, de tal forma que a geração de energia possa ser efetivamente garantida.
Descrição	Realização de todas as manutenções preventivas, preditivas e corretivas, programadas ou de emergência bem como eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos

	diversos processos operacionais existentes em plantas de geração térmica de energia elétrica. Inclui-se também neste programa todos os melhoramentos pretendidos a serem realizados nas oficinas de manutenção de equipamentos industriais de grande porte.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Técnico de Engenharia (DTE)
Coordenador Nacional da Ação	Josias Matos de Araujo
Unidades Executoras	Departamento Técnico de Engenharia (DTE)
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento Técnico de Engenharia (DTE)
Principais atividades para consecução da ação	As principais atividades desenvolvidas em 2008 (PAT 2008) foram: aquisição de transformador elevador trifásico 82,5 MVA para a Fase A, recuperação da torre úmida (em andamento), serviços de engenharia para recuperação do sistema de pulverizado de carvão com aplicação de revestimento antiabrasivo, pré-aquecedores de alta pressão para Fase A, aquisição de peças e componentes para as turbinas 3 e 4 da Fase B, aquisição de dois conjuntos de caixa redutora completa para os moinhos da Fase A, aquisição de dois compressores para montagem de uma central única de ar comprimido.
Fontes de Financiamento	Lei Orçamentária Anual – Investimento das Estatais.

Características

Este projeto prevê a realização de manutenções preventivas, preditivas e corretivas, bem como eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes nas plantas de geração térmica de energia elétrica. Tem por objetivo disponibilizar maior confiabilidade operacional aos sistemas instalados nas plantas através de manutenções nos diversos equipamentos, de tal forma que a geração de energia possa ser efetivamente garantida.

Aspectos Situacionais

Os processos que tiveram a maior realização foram os referentes ao transformador elevador trifásico 82,5 MVA, a torre úmida de resfriamento de água da fase A da UPME, os pré-aquecedores de alta e baixa pressão das unidades 1 e 2 da fase A, as turbinas dos grupos turbogeradores das unidades 3 e 4, o sistema de ar comprimido e dois conjuntos de caixa redutora completa para os moinhos da fase A da UPME.

Análise do Grau de Consecução das Metas Físico-Financeiras

O valor do orçamento aprovado para 2008 foi de R\$25.690.000,00 (vinte cinco milhões, seiscentos e noventa mil reais), tendo sido realizado o valor de R\$20.633.609,00 (vinte milhões, seiscentos e trinta e três mil, seiscentos e nove reais), perfazendo um total de 80,3%.

Os desvios entre os valores dotados e os efetivamente realizados, devem-se ao andamento de processos licitatórios como a aquisição de Válvulas de By-Pass do Turbogeradores das Unidades 3 e 4, que foi contratado somente em novembro. Ocorreu fracasso no processo licitatório de recuperação do Rotor do Alternador do grupo Turbogenerator da Unidade 2 da UTE São Jerônimo. Consideramos, também, o andamento de processos de aquisição/fornecimento com valores significativos como: Pré-Aquecedores de Alta Pressão e Baixa Pressão Unidades 1 e 2 da Fase A da UPME, entregues em novembro, e os dois conjuntos de Caixa Redutora completa para os Moinhos das Unidades 1 e 2 da Fase A da UPME, que foram entregues em dezembro de 2008. O resultado na demora do andamento dos processos licitatórios e, em alguns casos, no fracasso da licitação, se dá pela necessidade de prazos maiores para a finalização das obras e/ou serviços, os quais possuem características peculiares e dificuldades na obtenção de orçamentos.

Entretanto, não podemos deixar de destacar que os processos de aquisição e/ou reforma de equipamentos e contratação de serviços necessários visando à extensão da vida útil da UPME, UTSJ e NUTEPA tem forte relação com o índice de disponibilidade geral das usinas de geração da CGTEE. Entretanto, a finalização de um processo ou outro, não necessariamente significa que haverá um aumento nesse índice. A sua não realização em tempo hábil pode sim ocasionar uma diminuição significativa do índice de disponibilidade da usina por falha nesses sistemas. Falar em confiabilidade não é somente falar em reforma ou substituição de equipamentos. É necessário todo um planejamento de execução de um plano de operação, inspeção e manutenção e sua efetiva execução.

O estado atual das usinas e a demanda de energia elétrica apontam a necessidade de continuar expandido o parque de geração da CGTEE além do que já está sendo realizado com a construção da Fase C. É dentro deste contexto que a CGTEE pretende abrir uma nova atividade - "Expansão do Parque Gerador da CGTEE" - para realizar o estudo de viabilidade de nova unidade de geração térmica e estudos ambientais para obtenção da Licença Prévia (LP) para sua construção.

Meta	Previsão	Realização	Execução/Previsão%
Física	100%	80,3%	
Financeira	R\$ 25.690.000,00	R\$ 20.633.609,00	80,3%

Obs: Esta ação é uma atividade permanente não sendo possível realizar apuração da execução física.

2.3.2.3 Ação 3372: Revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici em Candiota

Dados gerais:

Tipo	Finalística
Finalidade	Disponibilizar maior confiabilidade operacional aos sistemas instalados, através de manutenções corretivas em diversos equipamentos, de tal forma que a geração de energia possa ser efetivamente garantida.

Descrição	Realizar reforma e eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes na planta de geração térmica de energia elétrica da Usina Termelétrica Presidente Médici - Fases A e B.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Técnico de Engenharia (DTE)
Coordenador Nacional da Ação	Josias Matos de Araújo
Unidades Executoras	Departamento Técnico de Engenharia (DTE)
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento Técnico de Engenharia (DTE)
Principais atividades para consecução da ação	As principais atividades desenvolvidas em 2008 foram: aquisição de componentes para os moinhos da fase A, recuperação de quatro aquecedores de ar regenerativos da fase A e quatro da fase B e a execução de serviços de diagnóstico e estudo de viabilidade e preparação de proposta técnica comercial, para o restabelecimento do desempenho e extensão de vida útil da UTE Presidente Médici - fase B, pelo fabricante.
Fontes de Financiamento	Lei Orçamentária Anual – Investimento das Estatais

Características

Este projeto prevê a realização da reforma e eventuais adequações nos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes na planta de geração térmica de energia elétrica da Usina Termelétrica Presidente Médici (UPME).

Inclui-se também neste projeto os melhoramentos pretendidos a serem realizados nos equipamentos industriais de grande porte.

Aspectos Situacionais

Os projetos que tiveram a maior realização foram os processos referentes à manipulação de combustível sólido da fase A da UPME, a recuperação de quatro pré-aquecedores de ar regenerativo (“Ljungström”) da fase A e quatro da fase B, bem como realização do diagnóstico e estudo de viabilidade e extensão de vida útil da fase B da UTE Presidente Médici.

Análise do Grau de Consecução das Metas Físico-Financeiras

O valor do orçamento aprovado para 2008 foi de R\$17.200.000,00 (dezessete milhões e duzentos mil reais), tendo sido realizado o valor de R\$ 7.555.023,00 (sete milhões, quinhentos e cinqüenta e cinco mil, vinte e três reais), perfazendo um total de 43,9%.

Os desvios entre os valores dotados e os efetivamente realizados, devem-se ao andamento de processos administrativos e licitatórios. Destaca-se que o processo licitatório de substituição dos anéis de contenção (capas) do alternador do conjunto Turbogerador 1 da Fase A da UPME teve seu contrato assinado em dezembro/2008. Dois processos referentes ao sistema de manipulação de combustível sólido foram contratados e estão em realização, com previsão de conclusão para 2009.

Na "Revitalização da UPME", as principais atividades desenvolvidas em 2008 para consecução da ação foram: aquisição de componentes para os moinhos da Fase A, recuperação de quatro aquecedores de ar regenerativos da Fase A e quatro da Fase B e a execução de serviços de diagnóstico e estudo de viabilidade e preparação de proposta técnica comercial para o restabelecimento do desempenho e extensão de vida útil da UTE Presidente Médici - Fase B, pelo fabricante.

Meta	Previsão	Realização	Execução/Previsão%
Física	100%	43,9%	
Financeira	R\$ 17.200.000,00	R\$ 7.555.023,00	43,9%

Obs: Esta ação é uma atividade permanente não sendo possível realizar apuração da execução física.

2.3.2.4 Ação 3380: Adequação ambiental da usina termelétrica Presidente Médici, fase A e B.

Dados gerais

Tipo	Finalística
Finalidade	Adequação ambiental das fases A e B da usina Presidente Médici visando atender as determinações do IBAMA
Descrição	Adequação ambiental das unidades das fases A e B da usina Presidente Médici aos padrões de emissões atmosféricas determinadas pelo órgão licenciador ambiental (IBAMA).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DTA – Departamento Técnico de Meio Ambiente
Coordenador Nacional da Ação	Josias Matos de Araujo
Unidades Executoras	DTA – Departamento Técnico de Meio Ambiente
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	DTA – Departamento Técnico de Meio Ambiente e Departamento de Engenharia
Principais atividades para consecução da ação	O macro projeto “Adequação Ambiental da UPME”, é constituído por uma série de projetos, cujo objetivo principal se faz pela melhoria dos padrões de emissão dos nossos efluentes. Apresentamos os principais projetos e seu respectivo status, Sistema de Dessulfurização, Implantação da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar, Recirculação de efluentes e Cobertura do pátio de carvão.

Fontes de Financiamento	Lei Orçamentária Anual – Investimento das Estatais
-------------------------	--

Características

O programa tem como característica a função de adequar as unidades da Fase A e B da Usina Presidente Médici (UPME) aos padrões de emissões atmosféricas determinados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), através da LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO nº 057/99, emitida em 22 de novembro de 1999, cuja validade foi prorrogada por 2 (dois) anos através do Termo de Compromisso firmado entre a CGTEE e o IBAMA em 10/05/2006, que visa a adequação ambiental da UPME. A CGTEE solicitou junto ao órgão licenciador em 01/06/2008, aditamento do referido Termo de Compromisso. Neste sentido, deveremos atender todas as exigências deliberadas e instalar equipamentos de abatimento e controle dos gases e particulados emitidos pela UPME.

Aspectos Situacionais

Os aspectos situacionais se caracterizam pelos principais projetos e seus respectivos status relacionados a seguir:

- Implantação do sistema de dessulfurização: tem por objetivo atender os padrões de emissão definidos IBAMA quanto aos óxidos de enxofre e material particulado. O lançamento do edital deste sistema aguarda manifestação do IBAMA quanto ao pedido de aditamento do Termo de Compromisso firmado em 10/05/2006.
- Implantação da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar: visa a melhoria das estações de monitoramento da qualidade do ar existentes e a implantação de duas novas estações na região de influência da Usina Presidente Médici. O edital será lançado no primeiro semestre de 2009.
- Recirculação de efluentes: visa permitir o reuso do efluente líquido tratado nas bacias de sedimentação. Encontra-se em estágio avançado de execução.
- Cobertura do pátio de carvão: esta obra iniciou-se em novembro de 2006 e foi concluída em janeiro de 2008.

Análise do Grau de Consecução das Metas Físico-Financeiras

O valor do orçamento aprovado para 2008 foi de R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais), tendo sido realizado o valor de R\$ 3.999.877,00 (três milhões, novecentos e noventa e nove mil, oitocentos e setenta e sete reais), perfazendo um total de 12,9%.

Considerando que dois dos sete grandes projetos que fazem parte da adequação ambiental da UPME/2008, dessulfurização da Fase B e modernização da rede de monitoramento da qualidade do ar, representam aproximadamente 85% da dotação orçamentária. A não realização destes projetos resultou na baixa realização orçamentária para o ano de 2008.

O projeto de dessulfurização da fase B encontra-se a espera de um posicionamento do IBAMA quanto ao pedido de aditamento do termo de compromisso firmado em 2006. Após será redefinido o cronograma físico-financeiro de implantação do sistema e posterior lançamento de licitação para contratação.

O projeto de aquisição da nova rede de monitoramento da qualidade do ar sofreu um atraso significativo no lançamento do seu edital, de modo a inviabilizar a contratação dos serviços ainda no ano de 2008.

Justificam-se os desvios entre os valores dotados e os efetivamente realizados, devido principalmente a não contratação do sistema de dessulfurização, cujo lançamento do edital aguarda manifestação do IBAMA quanto ao pedido de aditamento do Termo de Compromisso firmado em 10/05/2006. Cabe ressaltar que o projeto de dessulfurização da Fase B da Usina Presidente Médici representa aproximadamente 75% do orçamento do Projeto de Adequação Ambiental aprovado para o ano de 2008.

O principal desvio verificado é com relação à realização do projeto de dessulfurização, tendo como causa inicialmente as dificuldades na elaboração de orçamentos, em razão do número reduzido de fornecedores capacitados para realizarem os serviços propostos. Atualmente aguarda-se manifestação do IBAMA quanto ao pedido de aditamento do Termo de Compromisso firmado em 2006, para a definição de um cronograma físico-financeiro para a implantação do projeto. Embora ainda não tenhamos adequado as nossas emissões de SO_x, podemos garantir que os padrões de qualidade do ar para este poluente não são ultrapassados.

Próximo desvio a ser demonstrado é a adequação das instalações de manuseio e transporte de cinzas. Tendo como causa o fato de o projeto de adequação das instalações das cinzas não ter sido implantado em virtude dos custos elevados e da necessidade de investimento em outras áreas da planta industrial, a obrigação assumida no termo de compromisso firmado com o IBAMA em 2006 acabou não sendo atendida.

Por último, a aquisição de uma rede automática de monitoramento da qualidade do ar, tendo como causa a demora na tramitação interna para lançamento do edital de licitação. A nova rede será adquirida em 2009 e serão controladas cinco estações.

No ano de 2008 foram realizadas as obras de finalização da cobertura do pátio de carvão, finalização do projeto de recirculação de efluentes líquidos, bem como o encaminhamento para o início de 2009 do processo licitatório da nova rede de monitoramento da qualidade do ar.

Destaca-se, ainda, que no ano de 2008 finalizamos uma série de projetos importantes do ponto de vista ambiental, que representam um grande avanço em direção a consolidação das nossas estratégias para viabilizar a sustentabilidade do empreendimento.

Meta	Previsão	Realização	Execução/Previsão%
Física	100%	12,9%	
Financeira	R\$ 31.000.000,00	R\$ 3.999.877,00	12,9%

2.3.2.5 Programa 0807 – Infra – Estrutura

Dados Gerais

Tipo de Programa	Ação padronizada
Objetivo Geral	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte a área operacional.
Objetivos Específicos	Atualização, ampliação, aquisição e manutenção de bens móveis, ativos de informática e teleprocessamento.

Gerente do Programa	Não aplicável
Gerente Executivo	Rosangela Machado Zoares Mathias
Responsável pelo Programa no Âmbito da CGTEE	Rosangela Machado Zoares Mathias
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Sereno Chaise
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Razão operacional
Público-Alvo (Beneficiários)	Todos os empregados

2.3.2.4.1 Principais ações do programa

2.3.2.4.1.1 Ação 4101: Manutenção e adequação de bens imóveis

Dados gerais:

Tipo	Apoio (ação padronizada)
Finalidade	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.
Descrição	Manutenção das instalações existentes e construção de novas edificações, visando proporcionar melhores condições de trabalho e segurança aos seus empregados.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Administrativa
Unidades Executoras	Departamento Administrativo
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria Administrativa
Principais atividades para consecução da ação	Projeto e construção da pista de treinamento de combate à incêndio, contrato de permuta de área e outras avenças entre CGTEEE e CEEE e construção de vestiários da sala de bombas
Fontes de Financiamento	Lei Orçamentária Anual – Investimento das Estatais

Características

O programa tem como característica a manutenção e adequação de bens imóveis com a finalidade de realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Aspectos Situacionais

A partir de uma análise econômica e financeira da Companhia para o ano de 2008, foram estabelecidas diretrizes de ajuste e adaptação orçamentária, priorizando ações que atendam a manutenção e a geração de energia ou que visem a continuidade de atividades essenciais como limpeza, manutenção predial, segurança de pessoas e instalações, entre outros.

Para tanto, as ações inicialmente planejadas sofreram um processo de análise crítica e de priorização, com o objetivo de adequar a realização do orçamento com a capacidade financeira da Companhia.

Neste sentido, buscou-se a otimização de espaços e um melhor aproveitamento das áreas existentes, a alienação de bens imóveis e a devolução de imóveis locados, assim como a priorização na manutenção dos imóveis existentes.

Análise do Grau de Consecução das Metas Físico-Financeiras

O valor do orçamento aprovado para 2008 foi de R\$ 368.300,00 (trezentos e sessenta e oito mil e trezentos reais), cujos ajustes permitiram uma realização de R\$ 31.353,00 (Trinta e um mil, trezentos e cinqüenta e três reais), representando 8,5% do total previsto no orçamento.

Justificam-se os desvios em função das prioridades que foram estabelecidas devido a situação econômico-financeira da empresa. Nossa avaliação é de o projeto cumpriu com o planejado e que os problemas originados pelo adiamento das obras foram administrados de forma a não causarem danos maiores à empresa.

Meta	Previsão	Realização	Execução/Previsão%
Física	100%	8,5%	
Financeira	R\$ 368.300,00	R\$ 31.353,00	8,5%

2.3.2.4.1.2 Ação 4103: Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento

Dados gerais:

Tipo	Apoio (ação padronizada)
Finalidade	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte a área operacional.
Descrição	Este projeto prevê a atualização e ampliação das ferramentas de gestão da informação adequando as necessidades dos serviços e as

	adequando as necessidades dos serviços e as evoluções tecnológicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Presidência
Unidades Executoras	Assessoria de Tecnologia da Informação
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Presidência
Principais atividades para consecução da ação	Ações programadas para 2008, foram priorizadas quanto as suas necessidades e urgências, ocorrendo uma adequação, postergando-se o máximo possível, mesmo aquelas consideradas importantes como a migração de versão do Sistema de Gestão, aquisição de microcomputadores para substituir os equipamento com mais de oito anos de uso e completamente obsoletos e de impressoras, onde o índice de manutenção está acima do aceitável, para um segundo momento, onde as condições de equilíbrio financeiro da Companhia permitam a sua plena realização.
Fontes de Financiamento	Lei Orçamentária Anual – Investimento das Estatais

Características

Ação que proporciona a manutenção e adequação de ativos de informática, informação e

teleprocessamento. A finalidade dessa atividade é realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento capazes de prolongar a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionar melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Aspectos Situacionais

A partir de uma análise econômica e financeira da Companhia para o ano de 2008 até 2010, ocorrida em Fevereiro de 2008, foram estabelecidas diretrizes de ajuste e adaptação da CGTEE, priorizando ações, tanto no custeio como no investimento, que atendam a manutenção e a geração de energia ou que visem a continuidade de atividades essenciais como limpeza, manutenção predial, segurança de pessoas e instalações, entre outros.

Para tanto, as ações inicialmente planejadas sofreram um processo de análise crítica e de priorização, com o objetivo de adequar a realização do orçamento com a capacidade financeira da Companhia.

Neste sentido, optou-se pelo adiamento da maioria dos investimentos previstos. Ações programadas para 2008 foram priorizadas quanto as suas necessidades e urgências, ocorrendo uma adequação, postergando-se o máximo possível, mesmo aquelas consideradas importantes, como a migração de versão do Sistema de Gestão, aquisição de microcomputadores para substituir os equipamentos com mais de oito anos de uso e completamente obsoletos e de impressoras, onde o índice de manutenção está acima do aceitável, para o futuro, quando as condições de equilíbrio financeiro da Companhia permitirem a sua plena realização.

Análise do Grau de Consecução das Metas Físico-Financeiras

O valor do orçamento aprovado para 2008 foi de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), cujas reduções levaram a realização de R\$ 118.849,00 (cento e dezoito mil oitocentos e quarenta e nove reais), representando 13,2% do total previsto no orçamento. Esse percentual se dá pelos ajustes que colaboraram, desta forma, com a busca de equilíbrio de caixa, buscando não prejudicar as condições de trabalho já existentes e a constante busca de melhoria dos serviços de tecnologia da informação.

Justificam-se os desvios devido à redução significativa do orçamento para se adaptar a situação econômico-financeira da empresa. Como consequência, adiamos projetos importantes como:

migração de versão do sistema de gestão (SAP R3), renovação de impressoras e computadores obsoletos, atualizações de licenças. Este adiamento poderá ocasionar aumento do custo de manutenção e indisponibilidade dos equipamentos.

Os investimentos realizados foram a aquisição de vinte e quatro microcomputadores para atender convênio com a Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo assim condicionante exigido pelo IBAMA, aquisição de impressora de grande porte para a Divisão de Engenharia, seis equipamentos de datashows, seis impressoras e seis scanners de mesa.

Em função das prioridades que foram estabelecidas devido à situação econômico-financeira da empresa, nossa avaliação é de que o projeto cumpriu com o planejado e que os problemas originados pelo adiamento das obras foram administrados de forma a não causarem danos maiores à empresa.

Abordagem das despesas com viagens e diárias:

Previstas	Realizadas	Realização	Observações
R\$ 251,81	R\$ 251,81	100%	Viagem para Candiota, levantamento para Projeto da Câmera de monitoração da Fase C
R\$ 1.279,19	R\$ 1.279,19	100%	Viagem para ELETROBRÁS Projeto SOX

Meta	Previsão	Realização	Execução/Previsão%
Física	100%	13,2%	
Financeira	R\$ 900.000,00	R\$ 118.849,00	13,2%

2.3.2.4.1.2 Ação 4102: Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos.

Dados gerais:

Tipo	Apoio (ação padronizada)
Finalidade	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.
Descrição	Aquisição de móveis necessários a atender a estruturação administrativa bem como sua padronização, renovação da frota e aquisição de máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços ao usuário
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Administrativa
Unidades Executoras	Departamento Administrativo
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria Administrativa
Principais atividades para consecução da ação	A racionalização do uso da frota, aliada a uma análise criteriosa de manutenção individualizada dos veículos e de seu estado de conservação, permitiu a redução da frota da Companhia, possibilitando, inclusive, a venda de veículos em condições precárias e com alto custo de manutenção.
Fontes de Financiamento	Lei Orçamentária Anual – Investimento das Estatais

Características

Esta ação estabelece a manutenção de móveis, veículos, máquinas e equipamentos e tem a finalidade de realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens, proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Aspectos Situacionais

A partir de uma análise econômica e financeira da Companhia para o ano de 2008 até 2010, ocorrida em Fevereiro de 2008, foram estabelecidas diretrizes de ajuste e adaptação da CGTEE, priorizando ações, tanto no custeio como no investimento, que atendam a manutenção e a geração de energia ou que visem a continuidade de atividades essenciais como limpeza, manutenção predial, segurança de pessoas e instalações, entre outros.

Para tanto, as ações inicialmente planejadas sofreram um processo de análise crítica e de priorização, com o objetivo de adequar a realização do orçamento com a capacidade financeira da Companhia.

Neste sentido, optou-se pelo adiamento da maioria dos investimentos previstos, ações programadas para 2008, foram priorizadas quanto as suas necessidades e urgências, ocorrendo uma adequação, postergando-se o máximo possível, mesmo aquelas consideradas importantes como a migração de versão do Sistema de Gestão.

Análise do Grau de Consecução das Metas Físico-Financeiras

O valor do orçamento aprovado para 2008 foi de R\$ 598.000,00 (quinhentos e noventa e oito mil reais), cujas ações levaram a realização de R\$ 174.629,00 (Cento e setenta e quatro mil, seiscentos e vinte e nove reais), representando 29,2% do total previsto no orçamento.

Meta	Previsão	Realização	Execução/Previsão%
Física	100%	29,2%	
Financeira	R\$ 598.000,00	R\$ 174.629,00	29,2%

Justificam-se os desvios devido à redução significativa do orçamento para se adaptar a situação econômico-financeira da empresa. Como consequência, adiamos projetos importantes como: renovação da frota, aquisição de máquinas e equipamentos e aquisição de móveis e utensílios.

Em função das prioridades que foram estabelecidas devido à situação econômico-financeira da empresa, nossa avaliação é de que o projeto cumpriu com o planejado e que os problemas originados pelo adiamento das obras foram administrados de forma a não causarem danos maiores à empresa.

2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Os indicadores de desempenho contribuem para avaliar a performance da empresa para superação dos problemas estruturais e medição da qualidade de manutenção e expansão das unidades. Os índices das metas de 2008 dos indicadores foram repactuados a partir da revisão do orçamento PDG – Plano de Dispêndio Global.

2.4.1. Taxa de Frequência de Acidentes de Trabalho

Meta 2008	Índice obtido	Situação	Tipo
5,22%	5,14%	Meta atingida	Eficiência

Providências
Treinamento interno de segurança e medicina do trabalho; Aquisição de equipamentos de proteção individual e coletiva, bem como uniformes para todas as unidades da empresa; Higienização de uniformes; Divulgação de ações de segurança e saúde ocupacional através da <i>intranet</i> e do jornal interno da CGTEE; Aquisição de equipamentos para a detecção de possíveis riscos à saúde, permitindo corrigir estes fatores; Realização de exames médicos mais abrangentes para todos os empregados; Elaboração de procedimentos de segurança visando normatizar procedimentos de trabalho seguro, minimizando a probabilidade de ocorrência de acidente; Campanha de propaganda interna de saúde do trabalhador e prevenção de acidentes.

Objetivo: Visa aferir os níveis de segurança no trabalho, bem como medir o tempo não trabalhado em função da inatividade decorrente de acidentes de trabalho. O departamento de segurança e medicina do trabalho (DAS) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do cálculo: $\frac{\text{Nº Acidentes} \times 1.000.000}{\text{Horas/homem trabalhadas}}$

2.4.2. Despesa de Pessoal

Meta 2008	Índice obtido	Situação	Tipo
31,69%	36,66%	Meta não atingida	Eficiência e economicidade

Disfunções

Mudança na sistemática de contabilização dos valores referentes a PLR que passaram a ser contabilizados como despesa de pessoal.

Providências

Para o próximo ano será aplicada a nova metodologia na meta o que deverá corrigir o problema.

Objetivo: O acompanhamento do indicador despesa de pessoal em Relação à Receita Total (%), visa permitir o gerenciamento das despesas com a rubrica de pessoal. Quanto menor o valor desse percentual melhor o resultado obtido. O Departamento de Recursos Humanos (DAH) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do Cálculo: $\frac{\text{Despesa com Pessoal} \times 100}{\text{Receita Total(R$)}}$

Despesa de Pessoal: salário nominal + encargos sociais + vantagens + benefícios previdenciários e de saúde + vale refeição + periculosidade + insalubridade + horas extras + sobreaviso.

Receita Total: receita operacional + receita financeira + receita não operacional.

2.4.3. Geração Bruta por Empregado em MWH/Empregado

Meta 2008	Índice obtido	Situação	Tipo
> 2.320,05	1.816,52	Meta não atingida	Eficiência e economicidade

Disfunções
Decorrência da grande incidência de rupturas de tubos nos geradores de vapor da Fase B da UTE Presidente Médici e também em função da indisponibilidade durante todo ano de 2008 da Turbina 1 devido a necessidade de contratação do fabricante para dar suporte técnico a realização do serviço de recuperação.

Providências
<p>Implementação de um plano emergencial de recuperação das caldeiras das máquinas 3 e 4 da UPME, com o objetivo de elevar a disponibilidade geral da seguinte forma:</p> <p>1) Foi realizada manutenção em todas as unidades da UPME, por intermédio da retomada em 2008 das revisões anuais das unidades, visou-se buscar disponibilidade da usina próximo aos 55% (após a intervenção das revisões anuais), até a efetiva viabilização para execução de uma intervenção de grande porte, cuja meta é um a disponibilidade de 85%.</p> <p>2) Retrofit com extensão de vida útil e com garantia de performance, revitalizar e atualizar as unidades geradoras da UPME para aumentar a vida útil dos equipamentos, através da incorporação de modernas tecnologias e materiais de qualidade avançada, para a reconquista da disponibilidade e confiabilidade das unidades.</p> <p>3) Aquisição dos tubos para recuperação das paredes d'água.</p> <p>4) Recuperação do rotor do gerador 1 da Usina de São Jerônimo, com a finalidade de melhorar a disponibilidade geral da usina.</p>

Objetivo: Visa demonstrar a produção média de energia gerada por empregado. O Departamento de Recursos Humanos (DAH) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do Cálculo: Geração Bruta MW/anual
Efetivo Médio

2.4.4. Absenteísmo

Meta 2008	Índice obtido	Situação	Tipo
0,058%	0,073%	Meta não atingida	Eficiência e economicidade

Disfunção
Aumento da idade média dos empregados.

Providências
Manutenção do Programa Qualidade de Vida e incentivo para uma maior participação no número de empregados em todas as esferas do programa; Busca constante na melhoria dos ambientes de trabalhos (condições físicas, mobiliário, etc); Identificação e tabulamento através de relatórios dos motivos para faltas e atrasos; Pesquisar junto às demais empresas do Sistema Eletrobrás programas e ações para diminuição do absenteísmo; Elaboração e implementação de um regulamento para faltas; Comprometer os gerentes para diminuir o índice, atrelando o mesmo a PLR e efetiva utilização do Banco de Horas.

Objetivo: Visa demonstrar a assiduidade dos empregados ao trabalho. O Departamento de Recursos Humanos (DAH) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do Cálculo: Nº de ausências : Média de dias úteis
Média de empregados

2.4.5. Disponibilidade Geral

Meta 2008	Índice obtido	Situação	Tipo
50%	33,2%	Meta não atingida	Eficiência e eficácia

Disfunções
Decorrência da grande incidência de rupturas de tubos nos geradores de vapor da Fase B da UTE Presidente Médici e também em função da indisponibilidade durante todo ano de 2008 da Turbina 1, devido a necessidade de contratação do fabricante para dar suporte técnico a realização do serviço de recuperação.

Providências
Implementação de um plano emergencial de recuperação das Caldeiras das Máquinas 3 e 4 da UPME, com o objetivo de elevar a disponibilidade geral da seguinte forma: 1) Foi realizada manutenção em todas as unidades da UPME por intermédio da retomada em 2008 das revisões anuais das Unidades. O objetivo foi buscar disponibilidade da usina próximo aos 55% (após a intervenção das Revisões Anuais), até a efetiva viabilização para execução de uma intervenção de grande porte, cuja meta é uma disponibilidade de 85%. 2) Retrofit com extensão de vida útil e com garantia de performance, revitalizar e atualizar as Unidades Geradoras da UPME para aumentar a vida útil dos equipamentos, através da incorporação de modernas tecnologias e materiais de qualidade avançada, para a reconquista da disponibilidade e confiabilidade das unidades. 3) Aquisição dos tubos para recuperação das paredes d'água. 4) Retorno da máquina 3 para melhorar a disponibilidade geral da CGTEE. 5) Recuperação do rotor do gerador 1 da Usina de São Jerônimo, com a finalidade de melhorar a disponibilidade geral da Usina.

Objetivo: O acompanhamento do indicador “Disponibilidade Geral” visa demonstrar a disponibilidade operacional das unidades para geração de energia elétrica. Quanto maior o percentual de disponibilidade, melhor o resultado obtido. As metas são estabelecidas a partir da

projeção dos tempos equivalentes de desligamentos forçados, de desligamentos por falha de partida e de desligamentos programados. O Departamento de Programação da Produção e Comercialização de Energia (DTP) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do Cálculo: $(1-(DF+DFP+DP/\text{Tempo Total Período}))*100$

DF = Representa o somatório do tempo equivalente de desligamentos forçados;

DFP = Representa o somatório de tempo dos desligamentos por falha na partida;

DP = Representa o somatório de tempo equivalente de desligamentos programados.

2.4.6. Razão Operacional

Meta 2008	Índice obtido	Situação	Tipo
2,17	2,15	Meta atingida	Eficiência e economicidade

Objetivo: O acompanhamento do indicador Razão Operacional visa demonstrar o quanto da receita operacional está comprometido com as despesas operacionais. Trata-se de um indicador de eficiência e economicidade, cujo órgão responsável é o Departamento de Contabilidade. Quanto menor o valor da razão operacional, melhor o resultado obtido.

Definição:

Fórmula do Cálculo: $\frac{\text{Despesa Operacional (R\$)}}{\text{Receita Operacional Líquida (R\$)}}$

Despesa Operacional = pessoal + materiais + serviços de terceiros + combustíveis + depreciação + amortização + energia para revenda + energia de uso + outras despesas;

Receita Operacional Líquida = suprimento de energia elétrica + conta de consumo de combustível (CCC) + conta de desenvolvimento energético (CDE) + outras receitas – impostos e contribuições sobre a receita – quota para reserva global de reversão.

2.4.7. Razão Operacional sem Depreciação

Meta 2008	Índice obtido	Situação	Tipo
1,91	1,89	Meta atingida	Eficiência e economicidade

Objetivo: Indica a relação quantitativa entre a despesa operacional sem depreciação e amortização e a receita operacional líquida, visando demonstrar o quanto da receita operacional está comprometida com a despesa operacional sem depreciação e amortização. É um indicador de eficiência e economicidade. Quanto menor o valor da razão operacional sem depreciação melhor o resultado obtido. O Departamento de Contabilidade (DFC) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do Cálculo: $\frac{\text{Despesas operacionais(R\$)}}{\text{Receita Operacional Líquida(R\$)}}$

Despesas Operacionais = pessoal + materiais + serviços de terceiros + combustíveis + amortização + energia para revenda + energia de uso + outras despesas;

Receita Operacional Líquida = suprimento de energia elétrica + outras receitas - impostos e contribuições sobre a receita - quota para reserva global de reversão.

2.4.8. Grau de Endividamento sem Obrigações Especiais

Meta 2008	Índice obtido	Situação	Tipo
67,6%	40,8%	Meta atingida	Economicidade

Objetivo: procura retratar a posição relativa do capital de terceiros com relação ao capital próprio. Quanto menor o valor do indicador, melhor o resultado obtido. O Departamento de Contabilidade (DFC) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do Cálculo: $\frac{\text{PT} - \text{PL}}{\text{PT}} \times 100$

PT – Passivo Total (R\$)

PL – Patrimônio Líquido (R\$)

2.4.9 Despesa de Serviço de Terceiros

Meta 2008	Índice obtido	Situação	Tipo
21,12%	19,06%	Meta atingida	Economicidade e eficácia

Objetivo: visa demonstrar o grau de comprometimento da receita operacional com serviços de terceiros. Quanto menor o valor percentual melhor o resultado obtido. O Departamento de Contabilidade (DFC) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do Cálculo:
$$\frac{\text{Serviços de Terceiros}}{\text{Receita Operacional Líquida}}$$

2.4.10. EBITDA

Meta 2008	Índice obtido	Situação	Tipo
(138,4)	(221,9)	Meta não atingida	Eficácia

Disfunções

O índice obtido teve como fatores que influenciaram a indisponibilidade total da unidade 1, devido a ruptura de palhetas da turbina e os geradores de vapor das unidades 3 e 4, com elevada frequência de furos nos tubos.

Esses elementos repercutiram na exposição da Companhia aos preços da energia praticados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que apresentou no 1º trimestre de 2008 preços por MWh muito superiores às médias históricas, impactando negativamente no resultado no exercício.

O aumento dos contratos de energia, associado com a entrada em eficácia dos novos valores de garantia física, válidos a partir de janeiro de 2008, e os problemas técnicos descritos acima a CGTEE apresentou exposição a penalidades por insuficiência de lastro perante a CCEE. A compra de energia para contratos e penalidade daí decorrentes provocaram altos valores dispendidos, que foram equivalentes a receita prevista de energia obtidas nesse exercício.

Providências

Contratos de Energia: Recomposição do Lastro físico da CGTEE mediante a contratação de Energia no Sistema Eletrobrás, no montante de 199 MWmédios, recuperação Inadiável do Parque Gerador já em estudos com a controladora, aporte de recursos da Eletrobrás, conclusão da UTE Candiota III fase C.

Objetivo: O acompanhamento do indicador EBITDA visa demonstrar o valor monetário correspondente aos recursos disponibilizados pela Companhia para o pagamento do serviço da sua dívida, remuneração dos seus acionistas e implementação do seu plano de investimentos. O Departamento de Contabilidade (DFC) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do Cálculo: EBITDA (Milhões de R\$) = lucro líquido + despesas financeiras + depreciação + amortização + tributos.

2.4.11 Evolução dos gastos gerais

(Em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	TOTAL		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	721	425	260
2. DIÁRIAS E OUTRAS DESPESAS DE VIAGEM	574	541	372
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	27.514	27.554	32.965
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	16.930	18.800	20.843
3.3. Tecnologia da informação	319	543	460
3.4. Outras Terceirizações	10.265	8.211	11.662
3.5. Suprimento de fundos	-	-	-
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-	-	-
TOTAIS	28.819	28.520	33.597

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não aplicável à natureza jurídica da U.J.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Não aplicável à natureza jurídica da U.J.

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

TIPO	Código Siafi/Siag	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação DOU	Valor total pactuado	Valor transferido no exercício (2008)	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N ?)
CONVÉNIO CGTEE/SEDE/026/2008	Não Aplicável	6/5/2008	Inclusão social de crianças e adolescentes, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por meio da prática de esportes. Socio ambiental-compra de uma máquina de gelo para armazenamento dos pescados.	7/5/2008	R\$ 29.530,00	R\$ 29.530,00		Clube De Mães E Pais De Santa Catarina CNPJ 05.338.770/001-06	Em andamento. Objetivos e metas sendo alcançados. Aguardando Prestação de Contas. TCE Não.
CONVENIO CGTEE/SEDE/041/2008	Não Aplicável	5/8/2008	Agroecológico/Geração de Trabalho e Renda - Implantação de quintais de frutas orgânicas em acentamentos, comunidades quilombolas e indígenas, escolas e pequenos agricultores, visando a segurança alimentar e a geração de trabalho e renda	8/8/2008	R\$730.000,00	R\$350.000,00	R\$180.000,00	EMBRAPA - FAPEG	Em andamento. Objetivo e metas sendo alcançadas. Prestação de contas sendo analisada. TCE não
CGTEE/SEDE/067/2008	Não Aplicável	20/8/2008	Realização de cursos profissionalizantes de caldeireiro, eletricista, monadador, soldador e	22/8/2008	R\$831.700,00	R\$311.887,50		FUNCEFET CNPJ 02.321.624/0001-36	Em andamento. Objetivos e metas alcançados, relatórios sendo apresentados periodicamente conforme plano

			instalador hidraulico.						de trabalho- TCE não
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/232/2006	Não Aplicável	10/2/2007	Sócio Ambiental - Compra de uma máquina de gelo para armazenamento dos pescados.	23/2/2007	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 70.545,00	CECOV-Centro Comunitário de Pescadores e Pequenos Agricultores da Varzea CNPJ 01.860.064/0001-25	Encerrado. Objetivo e metas alcançadas.Prestação de contas concluída e aprovada com formulário de encerramento. TCE não.
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/0115/2007	Não Aplicável	5/9/2007	Educação - Curso de capacitação para o ENEM, para estudantes oriundos de escola pública	24/07/2007*	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 110.000,00	FULBRA- Fundação da Universidade Luterana do Brasil CNPJ 03.286.299/0001-80	Encerrado. Objetivos e metas alcançados. Prestação de contas concluída e aprovada. Efetuada uma devolução de R\$ 2.200,00 pela FULBRA para atender o previsto no plano de trabalho. Com formulário de encerramento TCE não.
CONVÊNIO/CGTEE/SEDE/130/2007	Não Aplicável	5/10/2007	Inclusão Social - Preparar jovens em PSC para o mercado de trabalho, além promover o resgate de sua cidadania e auto-estima.	7/8/2007*	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	Capacidade Instalada	FAURGS - Fundação de Apoio da Universidade Federal do RGS	Encerrado. Metas alcançadas, feita a devolução pela FAURGS R\$ 260,39 adequando ao plano de trabalho. Prestação de contas concluída e aprovada com formulário encerramento.TCE não
CONVÊNIO/CGTEE/SEDE/120/2007	Não Aplicável	13/7/2007	Sócio Ambiental - Construção de dez cisternas, com o objetivo de desenvolver tecnologias de segurança hídrica para o público beneficiado no Projeto Quintais de Frutas Organicas.	7/8/2007*	R\$ 41.137,90	R\$ 41.128,15	Capacidade Instalada	IPEP - Instituto de Permacultura e Ecovilas da Pampa CNPJ 03.950.117/0001-24	Encerrado. Objetivos e metas alcançados. Prestação de contas concluída e aprovada. Com formulário de encerramento.TCE não
CONVÊNIO/CGTEE/SEDE/031/2007	Não Aplicável	28/5/2007	Inclusão Social - Este projeto visa a geração de trabalho e	15/5/2007*	R\$ 20.000,00	R\$ 18.000,00	Capacidade Instalada	Conselho da Comunidade na	Encerrado. Objetivos e metas alcançados. Prestação de

	Aplicável		renda para os apenados, através da construção de materiais para a construção civil, através da compra de uma máquina para construção de blocos de cimento, além de propiciar o desenvolvimento da cidade de Santana do Livramento.				Instalada	execução penal da Comarca de Santana do Livramento- CNPJ 07.172.532/0001-55	contas concluída e aprovada. Com formulário de encerramento.TCE não
CONVÊNIO/CGTEE/SEDE/07 1/2007	Não Aplicável	17/5/2007	Saúde - O projeto objetivou a reforma e compra de equipamentos para o Hospital de Candiota, visando qualificar o atendimento da população local.	15/05/2007*	R\$ 74.000,00	R\$ 74.000,00	Capacidade Instalada	Fundação Assistencial e Beneficente Maria Anunciação Gomes de Godoy CNPJ 07.685.994/0001-76	Encerrado.Objetivos e metas alcançados. Prestação de contas concluída e aprovada. Com formulário de encerramento.TCE não
CONVÊNIO/CGTEE/SEDE/23 7/2005	Não Aplicável	21/3/2006	Esporte - Inclusão social pelo esporte, de alunos da rede pública de ensino e que se encontram em situação de vulnerabilidade social.	13/2/2006*	R\$ 14.000,00	R\$ 4.000,00	Capacidade Instalada	Viva Futsal - Prefeitura Municipal de Três Cachoeiras CNPJ 91.103127/0001-91	Encerrado. Objetivos e metas alcançados. Prestação de contas concluída e aprovada. Com formulário de encerramento.TCE não
CONVÊNIO/CGTEE/SEDE/15 2/2006	Não Aplicável	4/9/2006	Assessoria Jurídica - Propiciar a garantia dos direitos da criança e adolescente em situação de vulnerabilidade social.	15/08/2006*	R\$ 29.499,38	R\$ 14.827,40	Capacidade Instalada	IARGS - Instituto de Advogados do RGS CNPJ 92.986.348/0001-18	Encerrado objetivos e metas alcançados. Prestação de contas concluída e aprovada. Com formulário de encerramento.TCE não
CONVÊNIO/CGTEE/SEDE/17 8/2006	Não Aplicável	17/8/2006	Sócio Ambiental - Trabalha a formação de enxadristas c/ consciência ambiental de alunos da rede pública de ensino, além de fortalecer as famílias através do processo	16/08/2006*	R\$ 46.080,00	R\$ 15.360,00	Capacidade Instalada	EMBRIÃO-XADREZ NAS ESCOLAS - CNPJ 05.123.131/0001-80	Encerrado Objetivos e metas alcançados. Prestação de contas concluída e aprovada. Com formulário de encerramento.TCE não

			de aprendizagem.						
CONVÊNIO/CGTEE/SEDE/15 0/2006	Não Aplicável	24/8/2006	Segurança - Adquirir equipamentos de segurança para trabalhadores cooperativados.	17/07/2006*	R\$ 12.933,32	R\$ 6.466,66	Capacidade Instalada	UNICOOS - União Cooperativa de Serviços CNPJ 061.29682/0001-13	Encerrado. objetivos e metas alcançados. Prestação de contas concluída e aprovada. Com formulário de encerramento.TCE não
CONVÊNIO/CGTEE/SEDE/09 8/2006	Não Aplicável	7/6/2006	Sócio Ambiental - Incentivo a sustentabilidade, capacitação e formação agroecológica dos moradores de Candiota, visando geração de trabalho e renda.	15/06/2006*	R\$ 26.734,94	R\$ 11.674,65	Capacidade Instalada	Parceria Solidária e Agroecológica CNPJ 07.683.575/0001-03	Encerrado. Objetivos e metas alcançadas. Feita a devolução do valor R\$ 7.556,65. Mantido o contrato de direito real de uso do imóvel até junho de 2010. TCE não
CONVÊNIO/CGTEE/SEDE/13 5/2006	Não Aplicável	19/7/2006	Líderes Comunitários - Incidir sobre o impacto da violência sexual contra mulheres e meninas, construindo uma política de atenção às vítimas, que aglutine diversos setores da sociedade, governamentais e não-governamentais visando a prevenção de DST/AIDS em caso de violência sexual.	04/07/2006*	R\$ 72.590,00	R\$ 52.240,00	Capacidade Instalada	THEMIS - Líderes Comunitários CNPJ 97002406/0001-45	Encerrado. Objetivos e metas alcançados. Prestação de contas concluída e aprovada. Com formulário de encerramento.TCE não
CONVÊNIO/CGTEE/SEDE/01 04/2007	Não Aplicável	14/7/2007	Agroecológica/Geração de Trabalho e Renda - Implantação de quintais de frutas orgânicas em assentamentos, comunidades quilombololas e indígenas, escolas e pequenos agricultores, visando a segurança alimentar e a geração de trabalho e renda.	28/5/2007	R\$ 483.080,00	R\$ 483.080,00	R\$ 150.000,00	EMBRAPA - FAPEG CNPJ 03.438169/0001-16	Encerrado. Objetivos e metas alcançados. Prestação de contas concluída e aprovada. Com formulário de encerramento.TCE não

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Com relação ao controle das entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, a CGTEE mantém um convênio de adesão com a Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE (CNPJ 90.884.412/0001-24), cujo demonstrativo anual é detalhado a seguir:

Período	Folha de Pagamento dos Empregados Participantes	Contribuições pagas pelos Empregados Participantes	Contribuições pagas pela Patrocinadora	Outros Recursos Repassados pela Patrocinadora
Jan/08	3.092.561,97	225.285,48	364.630,05	107.045,24
Fev/08	2.453.812,77	197.819,55	323.269,68	102.072,58
Mar/08	1.562.603,86	151.059,59	250.186,19	101.854,13
Abr/08	1.625.498,79	149.058,57	255.075,85	102.375,34
Mai/08	1.506.234,97	135.607,86	237.359,10	98.771,31
Jun/08	1.480.964,98	128.615,41	226.553,67	97.121,32
Jul/08	2.707.112,92	182.363,13	307.449,37	100.238,78
Ago/08	1.716.972,28	159.123,50	280.378,79	93.714,91
Set/08	1.655.395,58	149.415,34	261.462,68	88.203,44
Out/08	1.676.846,20	145.363,73	255.703,02	92.739,93
Nov/08	1.617.946,37	146.598,05	259.630,21	95.274,03
Dez/08	1.678.091,17	305.526,67	539.898,15	95.994,52
Total	22.774.041,86	2.075.836,88	3.561.596,76	1.175.405,53

A diferença entre a Contribuição da Patrocinadora e a Contribuição paga pelos empregados refere-se a Reserva a Amortizar e a Contribuição de Assistidos.

A Reserva a Amortizar é um compromisso assumido quando da cisão da CEEE e da constituição da CGTEE, quando esta última assumiu os compromissos com a Fundação relativos aos empregados sub-rogados. Estes compromissos são referentes a cobertura de serviços passados dos participantes fundadores, que quando da instituição do plano apresentavam proximidade maior a aposentadoria, o que gerou um compromisso inicial cuja cobertura foi assumida pela CEEE como incentivo a adesão dos empregados. Este compromisso foi assumido antes da Emenda Constitucional nº 20.

O valor referente a Outros Recursos Repassados pela Patrocinadora refere-se a Seguros e Empréstimos descontados em folha dos participantes.

A Fundação CEEE apresentou os documentos conforme a Lei 109/2001, que determina que os Fundos de Pensão apresentem o Balanço Consolidado e os Pareceres dos Conselhos Fiscal e Conselho Deliberativo e da Auditoria Independente. A SPC não se manifestou com relação às demonstrações contábeis.

Abaixo discriminamos o valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal administrados pela Fundação CEEE de Seguridade Social:

FUNDO GARANTIDOR

FUNDO GARANTIDOR dez-08	R\$ 1.000	Part.
RENDAS FIXA	2.561.544,6	72,3%
Fundos de Renda Fixa	2.159.691,9	60,9%
Carteira Própria de Renda Fixa	401.852,8	11,3%
Títulos Públicos	287.509,3	8,1%
Debêntures	20.762,8	0,6%
FIDC	60.648,3	1,7%
C R I	32.932,4	0,9%
RENDAS VARIÁVEL	604.633,6	17,1%
Fundos de Renda Variável	166.749,1	4,7%
Carteira Própria de Ações	430.645,6	12,1%
Carteira de Participações	7.238,9	0,2%
EMPR. A PARTICIPANTES	43.421,5	1,2%
IMÓVEIS	51.424,9	1,5%
Próprios	17.477,9	0,5%
Alienados	33.947,0	1,0%
OPER. PATROCINADORAS	282.571,1	8,0%
CEEE - D	152.627,3	4,3%
CEEE - GT	104.754,3	3,0%
RGE	12.594,7	0,4%
AES SUL	12.594,7	0,4%
Conta Corrente	1.142,6	0,0%
TOTAL	3.544.738,3	100,0%

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS dez-08	R\$ 1.000	Part.	Limites Legais
RENDAS FIXA	2.561.544,6	78,5%	100%
Fundos de Renda Fixa	2.159.691,9	66,2%	
Carteira Própria de Renda Fixa	401.852,8	12,3%	
Títulos Públicos	287.509,3	8,8%	100%
Debêntures	20.762,8	0,6%	80%
FIDC	60.648,3	1,9%	10%
C R I	32.932,4	1,0%	80%
RENDAS VARIÁVEL	604.633,6	18,5%	50%
Fundos de Renda Variável	166.749,1	5,1%	
Carteira Própria de Ações	430.645,6	13,2%	
Carteira de Participações	7.238,9	0,2%	20%
EMPR. A PARTICIPANTES	43.421,5	1,3%	15%
IMÓVEIS	51.424,9	1,6%	11%
Próprios	17.477,9	0,5%	
Alienados	33.947,0	1,0%	
OPER. PATROCINADORAS	0,0	0,0%	
CEEE - D	0,0	0,0%	
CEEE - GT	0,0	0,0%	
RGE	0,0	0,0%	
AES SUL	0,0	0,0%	
Conta Corrente	1.142,6	0,0%	
TOTAL	3.262.167,2	100,0%	

Não existe descumprimento dos limites fixados em lei para repasse de recursos pela patrocinadora, nem recursos humanos ou patrimoniais cedidos à patrocinada e nem dívidas entre a patrocinadora e a patrocinada.

Os limites legais acima são determinados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3456/07.

Destacamos que a CGTEE efetua a supervisão sistemática das atividades da entidade pelo acompanhamento de relatórios.

Recentemente a ELETROCEEE teve seu balanço patrimonial auditado, cujo parecer dos Auditores Independentes foi o seguinte:

(1) Examinamos o Balanço Patrimonial Consolidado da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas Demonstrações de Resultados do Exercício Consolidado e dos Fluxos Financeiros Consolidado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis.

(2) Nosso exame foi conduzido de acordo com as Normas de Auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas, Contábil e de Controles Internos, da Fundação; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Fundação, bem como da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis, referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições, patrimonial e financeira da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, em 31 de dezembro de 2008, o Resultado de suas Operações e os seus Fluxos Financeiros, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(4) As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por auditores independentes, cujo parecer emitido em 22 de fevereiro de 2008, continha a seguinte ressalva: Em atendimento ao artigo 2.3 do regulamento anexo à resolução do conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC nº18, de 28 de março de 2006, que possibilita a implementação gradual da tábua AT-83 até 31 de dezembro de 2008, a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE adotou a nova tábua GAM-83 em 2006, 50% da diferença entre a GAM-83 e a AT-83 na avaliação de fechamento em 2007. Em dezembro de 2008 será adotada a tábua de mortalidade geral correspondente a 100% da AT-83, e a tábua de mortalidade de inválidos correspondente a 100% da AT-49 para todos os planos de benefícios (nota explicativa nº12.3 e 13.2). Caso os custos de implantação da tábua AT-83 fossem reconhecidos imediata e integralmente pelo regime de competência, o resultado do exercício, as provisões matemáticas e os resultados realizados, incluiriam a parcela ainda não apropriada. Considerando o disposto na resolução CGPC n º18, de 28 de março de 2006, e com base em estudo atuarial efetuado internamente pela entidade, na data de 31 de agosto de 2007 (não atualizado até 31 de dezembro de 2007), o aumento dos custos nas provisões matemáticas a serem apropriadas em 2008 foi estimado em R\$91 milhões. Continha também, o seguinte parágrafo de ênfase: Até a data da emissão do parecer dos auditores independentes, sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, o DRAA – Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial, da patrocinadora AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A, não assinado pelos seus representantes legais. (RUSSEL BEDFORD BRASIL)

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não aplicável à natureza jurídica da U.J.

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não aplicável à natureza jurídica da U.J.

9. DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não aplicável à natureza jurídica da U.J.

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS (DFI)

Por força de normas do Conselho Monetário Nacional, expressas pelo Banco Central do Brasil na Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, a Companhia deve manter 100% das suas disponibilidades financeiras aplicadas em cotas de fundos, exclusivamente administrados pelo Banco do Brasil ou instituições integrantes de seu conglomerado. Assim, a Companhia mantém suas aplicações em fundo de investimento de longo prazo administrado pelo BB Administração de Ativos DTVM S.A., com liquidez diária, denominado “BB Extramercado Exclusivo 4 Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo”, cuja carteira de investimentos deve ser constituída por no mínimo 75% de Títulos do Tesouro Nacional e o restante por CDB/RDB de emissão de instituições do conglomerado Banco do Brasil ou por operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional, cabendo à BB DTVM a gestão da carteira de ativos, a custódia dos mesmos e a responsabilidade sobre a performance do Fundo.

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Não aplicável à natureza jurídica da U.J.

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Constatação	Recomendação	Área	Providência do Gestor e Prazo	Situação	PRA
1-Manutenção imotivada de contrato de trabalho para provimento de cargo em comissão tendo em vista que a empregada contratada foi cedida a outro órgão, com ônus para a CGTEE.	1.1- Recomendamos que a CGTEE adote providências no sentido de reverter a situação constatada, ou promovendo a dispensa da empregada contratada ou fazendo com que a mesma retorne à Companhia para exercer as atribuições do cargo comissionado para o qual foi contratada.	DA	1.3 - O posicionamento é de concordância em relação à recomendação, para que seja atendida conforme as alternativas determinadas. O prazo para implementar a recomendação e a alternativa a ser decidida pelo gestor, dentre as sugeridas pela CGU, deverá ser até 31.12.2008. Prazo limite de implementação: 31/12/2008.	Recomendação atendida em 03/11/2008 com o encerramento do contrato de trabalho.	A
2 - Concessão de reajustes salariais acima do percentual pactuado em Acordo Coletivo para empregados ocupantes de cargos comissionados sem a devida análise e aprovação prévia do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.	2.1 - Recomendamos aos gestores que, doravante, só venham a efetivar atos que dependam de uma análise e consentimento de órgãos superiores, especialmente os que representem concessão de vantagens salariais a empregados, após a manifestação conclusiva desses órgãos.	DA	2.3 – Efetivar atos de gestão previstos no Decreto 3.735/2001 somente após a manifestação do órgão superior. Prazo Limite de implementação: Imediato	Recomendação implementada, comprovada pela não concessão de reajustes além dos previstos nos Acordos coletivos de Trabalho.	A
3 – Ausência de normatização sobre os cargos em comissão e funções de confiança existentes na CGTEE.	3.1 – Recomendamos que os gestores evidem esforços no sentido de aprovar o mais	DA	3.3 - Etapa 1: Elaboração de Minuta do Plano de Cargos Gerencial e da Nota Técnica. Etapa 2: Análise e Deliberação da Diretoria Executiva.	Em 28/08/2008, através da Carta n° CT/DA-023/2008, a CGTEE solicitou orientações à Eletrobrás, quanto aos procedimentos a serem adotados, pois a mesma	EI

	existentes na CGTEE. de aprovar o mais breve possível um novo Plano de Cargos e Salários, contendo regras e procedimentos em relação aos cargos em comissão e funções de confiança da CGTEE. Uma vez definido e aprovado o documento no âmbito da Companhia, o mesmo deverá ser encaminhado para análise e aprovação do DEST.		da Diretoria Executiva. Etapa 3: Análise e Deliberação do Conselho de Administração. Etapa 4: Envio para aprovação dos órgãos superiores. Prazo limite de implementação da etapa 1: 15/09/2008 Prazo limite de implementação da etapa 2: 30/09/2008 Prazo limite de implementação da etapa 3: 30/10/2008 Prazo limite de implementação da etapa 4: 05/11/2008	havia aprovado a criação do Grupo de Trabalho Remuneração, cujo objeto é o desenvolvimento e implantação do Plano de Carreira e Remuneração único para o Sistema Eletrobrás. Em 16/09/2008, através do Fax nº DA-00806/2008, a ELETROBRÁS orientou que todos os esforços fossem canalizados para implementação do PCR deliberado pelo CIASE – Comitê de Integração das Áreas de Administração da Eletrobrás. Devido ao acima exposto nosso entendimento é de a orientação da CGU será efetivada quando da Implementação do Plano de Carreira e Remuneração da Eletrobrás, cuja previsão de implementação é até Dez/09.	
4 – Realização de pagamentos à títulos de contribuição associativa, sem respaldo contratual.	4.1 – Recomendamos que os gestores evidem esforços no sentido de aperfeiçoar seus controles internos relativos ao acompanhamento da execução de contratos, de modo a minimizar a ocorrência de falhas análogas à constatação apontada. Recomendamos, ainda, que a CGTEE não efetue mais pagamentos	DT	4.3 - A) Com o objetivo de aperfeiçoar a gestão sobre os contratos da CGTEE, promoveremos a devida revisão da Norma de Gestão de Contratos, assim como, a sua devida divulgação junto aos gestores (PRG). B) O contrato CGTEE/SEDE/057/2007, que dá respaldo, aos pagamentos a título de contribuição associativa já esta regularizado, sendo sua vigência de 04/05/2005 até 03/05/2010 (DT). Prazo limite de implementação: A) Dezembro de 2008 B) Imediato	Recomendação implementada. Contrato CGTEE/SEDE/057/2007 com vigência até 03/05/2010.	A

	a título de contribuição associativa ao CEPEL, até que sejam solucionadas as pendências e formalizado um novo contrato.				
5 – Falha formal caracterizada pela indicação em contrato emergencial de prazo de vigência acima de 180 dias, contrariando o disposto no inciso IV do art. 24 a Lei nº 8.666/93.	5.1 – Recomendamos que a CGTEE envide esforços no sentido de aperfeiçoar seus processos e rotinas, especialmente as relacionadas à elaboração de contratos, de modo a minimizar a ocorrência de falhas análogas à constatação apontada.	DF	5.2 - No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique: Conforme já explicitado em manifestação anterior, não houve qualquer infringência ao disposto no inciso IV do art. 24, de vez que este comando legal aplica-se “para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos” Conforme já informado, os serviços foram executados e entregues em 120 dias, não havendo qualquer falha a ser apontada. Note-se que o comando legal não determina o prazo de vigência do contrato, mas sim o prazo para a conclusão das obras e/ou serviços e, quanto a este, o prazo foi rigorosamente cumprido. 5.3 - Prejudicado. Prazo limite de implementação da etapa 1: Prejudicado.	Na emissão de contratos novos está sendo observado o prazo máximo tanto para execução como para vigência.	A
6 - Contratação direta de bens e serviços, por dispensa de licitação indevida, caracterizando fracionamento de despesas, tendo em vista a similitude dos bens e	6.1 - Recomendamos aos gestores que atentem para a similitude de bens e serviços a serem	DF	6.2 - O administrador deve observar, para contratação de serviços de instrutória e afins, o procedimento previsto no Edital nº 01/2007, selecionando profissional ou instituição credenciados,	Acatamos a recomendação	EI

<p>serviços contratados e o período de contratação em comum.</p> <p>a) <i>DL07300523 (contratação de vagas em Curso de Excel Avançado, no valor de R\$ 15.900,00, requisitada em 31/08/2007) e DL07300524(contratação de vagas em Curso de Excel Básico, no valor de R\$10.450,00, requisitada em 31/08/2007). Valor total: R\$ 26.350,00;</i></p> <p><i>6.3 b) DL07300518 (aquisição de 15 monitores LCD 19 Polegadas, no valor total de R\$ 11.505,00, requisitada em 24/08/2007) e DL07300519(aquisição de 09 impressoras laser, no valor total de R\$ 8.910,00,requisitada em 24/08/2007). Valor total: R\$ 20.415,00.”</i></p>	<p>contratados, abstendo-se de realizar contratações diretas quando a soma desses bens ou serviços de natureza similar ultrapassar o limite previsto nos incisos I e II c/c parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.666/93, promovendo a instauração de procedimento licitatório adequado.</p>		<p>observando os valores constantes do anexo VIII do referido Edital e certificando-se de que os preços praticados encontram-se compatíveis com os de mercado.</p> <p>Prazo limite de implementação da etapa 1: Imediato.</p> <p>6.4 - Aprimorar o controle no processamento das dispensas de licitação de modo a evitar a aquisição de bens e serviços de um mesmo grupo de forma fracionada, ainda que involuntariamente.</p> <p>Prazo limite de implementação: Imediato.</p>		
<p>7 – Ausência de consulta prévia ao ato da contratação, no que tange a verificação da regularidade fiscal da empresa contratada.</p>	<p>7.1 – Recomendamos que os gestores atentem para a exigência prevista no art. 195, § 3º da CF, fazendo com que, nos processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, as consultas de regularidade fiscal referentes às empresas a serem contratadas sejam realizadas previamente à</p>	<p>DF</p>	<p>7.3 – Aprimorar o controle no processamento das contratações, de modo a garantir a consulta prévia da regularidade fiscal das empresas.</p> <p>Prazo limite de implementação: Imediato.</p>	<p>Acatamos a recomendação.</p>	<p>A</p>

	efetivação da contratação.				
8 – Execução anti – econômica de despesa tendo em vista a não utilização integral de vagas contratadas em cursos de informática.	8.1 – Recomenda – mos que os gestores, quando da contratação de empresa terceirizada para a realização de cursos para capacitação de seus empregados, aproveitem integralmente o número de vagas contratadas, indicando, se for o caso, outros empregados para substituírem os desistentes, de modo a evitar desperdícios financeiros.	8.3 – Buscar utilização integral das vagas disponíveis. Prazo Limite de implementação da etapa: Imediato.	Buscar utilização integral das vagas disponíveis.	A	

Legenda: **A** = Atendido, **EI** = Em Implementação

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

NOTIFICAÇÃO TCU – OFÍCIO N° 1027/2005 – SECEX – RS

Determinação	Posição do Gestor	Situação
5.1 - "... Notifico Vossa Senhoria que este Tribunal, por intermédio de Despacho do Exmº Sr. Ministro Presidente Adylson Motta, datado de 16 de dezembro de 2005, exarado nos autos dos documentos autuados como Lote nº 44610319, ainda sem numeração definitiva de processo, determinou cautelarmente, com fulcro no art. 45 da Lei nº 8443/92 e no art. 276 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União que essa empresa não efetue qualquer pagamento referente ao item 17 do	Memorando PRJ 188/2008 de 10/07/2008 CASO SIDERSUL <p>O caso que envolve a empresa, Sidersul Produtos Siderúrgicos LTDA, persiste em dois processos distintos. Têm-se a ação judicial de cobrança de sua autoria e o processo no TCU.</p> <p>Quanto àquela, apresentamos as seguintes informações:</p> <p>AUTOR: Sidersul Produtos Siderúrgicos LTDA. RÉU: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE Natureza do Processo: Ação de Cobrança Nº do Processo: 1.06.0057277-7 Foro/Comarca: 12º Vara Cível do Foro Central/Porto Alegre/RS</p>	EI

<p>Pregão PR 0570039, sem comprovar, perante o Tribunal, que o material ofertado pela licitante vencedora atende às condições estipuladas no edital e apresenta preço compatível com o praticado no mercado..."</p>	<p>Data de distribuição: 15/03/2006 Andamento do Processo: Depositado valor de R\$325.982,91, conforme ordem do TCU. Fase postulatória. Honorários Advocatícios: --- Valor histórico do processo: R\$893.437,38 Valor atual: R\$893.437,38 Valor possível do processo: R\$325.982,91, conforme ordem do Tribunal de Contas da União no Acórdão 364/2007 no Processo nº.021.989/2005-9 Probabilidade de perda: Possível. Ações conexas: Agravo de Instrumento da autora indeferido. Agravo interno da autora indeferido. Respectivos nºs.70015034986 e 7001553868 na 21º Câmara Cível. Ação de Consignação em pagamento nº.10700729260 extinta. Resumo: Trata-se de ação de cobrança promovida pela autora, requerendo o pagamento de item do contrato, cujo valor foi sustado pelo Tribunal de Contas da União, tendo em vista indícios de superfaturamento. Durante o processo, o TCU definiu o preço do item 17, que atualizado pelo IPCA é R\$325.982,91. A CGTEE depositou esse valor na ação, mas não significa que o processo se encerrará, pois a contratada poderá questionar o restante, visto que entende que o valor devido são R\$893.437,38. Destaca-se que foi solicitado ao Juízo que a Sidersul apresentasse as notas fiscais de aquisição dos produtos. A empresa apresentou as notas fiscais do produto nos valores de R\$189.125,39 e R\$51.687,99, extremamente inferiores aos apresentados por ela na licitação.</p> <p>Temos provável possibilidade de êxito na ação com a redução do valor cobrado pela empresa, Sidersul Produtos Siderúrgicos LTDA, por ordem do TCU, de R\$893.437,38 para R\$325.982,91, ou seja, uma redução aproximada de R\$567.454,47. O valor de R\$325.982,91 foi depositado judicialmente em 27.06.2007, ocorrendo a baixa no Departamento Financeiro em 31.10.07(Memorando DFI-057/2007). O saldo continua em aberto. A probabilidade de perda parcial quanto ao valor restante é possível, mas não provável, visto que as provas são a nosso favor.</p> <p>Já houve a fase probatória do processo, na qual obtivemos a exibição da nota fiscal de compra do produto da fabricante pela contratada. O juiz da causa solicitou que as partes informassem o andamento do processo no TCU. Acreditamos que a próxima etapa seja a sentença.</p> <p>Por sua vez, quanto ao caso no Tribunal de Contas da União, o processo nº.021.989/2005-9 no TCU foi convertido em TOMADA DE CONTAS ESPECIAL nº.025.410/2007-6. A conversão resultou do Acórdão 1982/2007 do Plenário do TCU, no qual também foi determinada:</p> <p>"1.1 Converter o presente processo em Tomada de Contas Especial, para determinar a citação da empresa</p>
---	---

	<p><i>Sidersul Produtos Siderúrgicos Ltda. (CNPJ 88.006.960/0001-00) para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência, apresente alegações de defesa ou recolha aos cofres da CGTEE, o valor discriminado à fl. 558, atualizado monetariamente e acrescidos dos juros de mora devido, nos termos da legislação em vigor,</i></p> <p><i>1.2 Realizar a audiência do Sr. Flávio Danúbio Silveira Vieira, pregoeiro do pregão n.º PR05700039, CPF n.º 205.954.760-15, pela falta de negociação eficiente dos preços unitários ofertados pela licitante vencedora, conforme previsto no art. 11, inc. XVI, do Decreto n.º 3.555/2000, tendo em vista que o responsável teve acesso a oferta de preços menor que a da licitante vencedora, acarretando superfaturamento do contrato n.º CGTEE/DTC/102/2005;</i></p> <p><i>1.3 Realizar a audiência do Sr. Sereno Chaise, CPF n.º 055.142.230-00, Diretor Financeiro da CGTEE, à época da licitação, pela homologação do pregão n.º PR05700039, cujos preços ofertados encontravam-se acima dos valores de mercado;</i></p> <p><i>1.4 Determinar à CGTEE que instrumentalize, de forma efetiva, a Divisão de Orçamentos e Padronização de Materiais, provendo recursos humanos (pessoal e treinamento, entre outros) e materiais a fim de que os objetivos traçados pela Diretoria Executiva, quando da criação dessa Divisão, sejam atingidos de forma eficiente;</i></p> <p><i>1.5 Encaminhar cópia da instrução de fls.549 à 559 e deste Acórdão, à Diretoria Executiva da CGTEE, ao Ministério de Minas e Energia, ao Sr. Sereno Chaise e ao Sr. Flávio Danúbio Silveira Vieira;</i></p> <p><i>1.6 Encaminhar cópia deste Acórdão à Ouvidoria e</i></p> <p><i>1.7 Determinar à Segecex que avalie a conveniência e oportunidade quanto a proposta da Secex/RS de realização de auditoria operacional na Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, e em caso afirmativo, adote as providências pertinentes para a sua execução.”</i></p> <p>O valor a ser recolhido previsto no item 1.1 é de R\$201.693,77. Na data de 20.11.2007, o Diretor Presidente, Sr.Sereno Chaise, e o Chefe do DFS, Sr.Flávio Danúbio Silveira Vieira, compareceram em audiência no TCU.</p> <p>Em 28 de janeiro de 2008, a Sidersul apresentou sua defesa perante a Corte de Contas.</p> <p>No mês de março de 2008, houve a tramitação interna do processo no TCU. Finalmente, em 02/04/2008, consta a emissão de Peça Parecer. Não houve movimentação do processo após essa data, nem tampouco nova decisão de mérito.</p> <p>Quanto ao item “<i>1.4 Determinar à CGTEE que instrumentalize, de forma efetiva, a Divisão de Orçamentos e Padronização de Materiais, provendo recursos humanos (pessoal e treinamento, entre outros) e materiais a fim de que os objetivos traçados pela Diretoria Executiva, quando da criação dessa Divisão, sejam atingidos de forma eficiente;</i>” a informação deverá</p>
--	---

	<p><u>ser prestada pela Área responsável da CGTEE.</u></p> <p>AUTOR: Sidersul Produtos Siderúrgicos LTDA. RÉU: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica -CGTEE Natureza do Processo: Ação de Cobrança N° do Processo: 1.06.0057277-7 Foro/Comarca: 12º Vara Cível do Foro Central/Porto Alegre/RS Data de distribuição: 15/03/2006 Andamento do Processo: Depositado valor de R\$325.982,91, conforme ordem do TCU. Fase postulatória. Honorários Advocatícios: --- Valor histórico do processo: R\$893.437,38 Valor atual: R\$893.437,38 Valor possível do processo: R\$325.982,91, conforme ordem do Tribunal de Contas da União no Acórdão 364/2007 no Processo nº.021.989/2005-9 Probabilidade de perda: Possível. Ações conexas: Agravo de Instrumento da autora indeferido. Agravo interno da autora indeferido. Respectivos nºs. 70015034986 e 7001553868 na 21º Câmara Cível. Ação de Consignação em pagamento nº.10700729260 extinta. Resumo: Trata-se de ação de cobrança promovida pela autora, requerendo o pagamento de item do contrato, cujo valor foi sustado pelo Tribunal de Contas da União, tendo em vista indícios de superfaturamento. Durante o processo, que se encontra na fase postulatória, o TCU definiu o preço do item 17, que atualizado pelo IPCA é R\$325.982,91. A CGTEE depositou esse valor na ação, mas não significa que o processo se encerrará, pois a contratada poderá questionar o restante, visto que entende que o valor devido são R\$893.437,38. Destaca-se que foi solicitado ao Juízo que a Sidersul apresentasse as notas fiscais de aquisição dos produtos. A empresa apresentou as notas fiscais do produto nos valores de R\$189.125,39 e R\$51.687,99, extremamente inferiores aos apresentados por ela na licitação. Temos provável possibilidade de êxito na ação com a redução do valor cobrado pela empresa, Sidersul Produtos Siderúrgicos LTDA, por ordem do TCU, de R\$893.437,38 para R\$325.982,91, ou seja, <u>uma redução aproximada de R\$567.454,47.</u> O valor de R\$325.982,91 foi depositado judicialmente em 27.06.2007, ocorrendo a baixa no Departamento Financeiro em 31.10.07(Memorando DFI-057/2007). O saldo continua em aberto. A probabilidade de perda quanto ao valor restante é possível, mas não provável, visto que as provas são a nosso favor.</p> <p>Quanto ao caso no Tribunal de Contas da União, <u>o processo nº.021.989/2005-9 no TCU foi convertido em TOMADA DE CONTAS ESPECIAL nº.025.410/2007-6.</u></p>	
--	---	--

Legenda: **A** = Atendido, **EI** = Em Implementação

ACÓRDÃO N° 1996/2008 – TCU – PLENÁRIO

Determinação	Área	Posição do Gestor	PRA
9.1.1 – Reavale, continuamente, os prazos estabelecidos no cronograma da obra do contrato CGTEE/DTC/250/2005, buscando e adotando, tempestivamente, novas medidas que se façam necessárias para assegurar a conclusão da obra na data fixada, mantendo a ANEEL permanentemente informada à respeito;	DT	A UGP, com permanente participação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da CGTEE, tem realizado o acompanhamento da evolução dos trabalhos e realizou inúmeros encontros envolvendo a Contratada para o EPC (empresa CITIC), seus subcontratados principais (CSE e IESA), na busca de obter a melhoria no ritmo dos trabalhos, que permita minimizar o atraso hoje configurado no empreendimento, que é da ordem de 5,2 meses. Como última ação, no final de novembro de 2008, a CGTEE solicitou à CITIC, a preparação e proposição de um novo Cronograma que busque recuperar o atraso existente. Após inúmeros e insistentes pedidos da CGTEE, a CITIC apresentou um esboço incompleto de cronograma, no dia 09/jan/2009, cujo resultado propõe uma data de conclusão da usina totalmente inaceitável para a CGTEE, conforme informado de imediato à CITIC pela Alta Gestão da CGTEE presente no encontro. Na ocasião, a CGTEE solicitou que a proposição fosse apresentada de forma completa e de maneira formal no inicio da semana seguinte. De posse da proposição formalizada, foi definido pela Alta Gestão que a CGTEE encaminhará o assunto às instâncias governamentais para deliberação quanto as tratativas subsequentes, visto que, com a equipe da CITIC destacada para conduzir o Projeto no Brasil chegou-se ao limite das negociações, sem resultados satisfatórios. Documentos sobre o assunto estão à disposição na UGP.	EI
9.1.2 – Expurge do valor do Contrato CGTEE/DTC/250/2005 o valor do saldo da previsão para extinta CPMF;	DT	A UGP comunicou a CITIC sobre a determinação do TCU. Há discordância a CITIC quanto ao cálculo do valor a ser expurgado do preço. Em contra partida, a CITIC alega estar sendo onerada com acréscimo de custos e retenções. De forma a garantir a aplicação da redução indicada pelo TCU, e tendo em vista que a discussão continua na busca de um entendimento sobre o assunto, a CGTEE, no montante ao valor indicado pelo TCU, até a conclusão das negociações. Tal retenção já foi praticada. Documentos sobre o assunto estão disponíveis na UGP.	A
9.2 – Determinar ao Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade – ICMBio e à Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE que promovam o imediato aditamento do termo de Compromisso firmado em 27/01/2006, que estabelece medidas compensatórias da implantação da Fase C da Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota/RS, de modo a repactuar a vigência do ajuste.	DT	Apesar dos inúmeros contatos, a aceleração do processo de emissão da renovação do Termo de Compromisso ainda não foi obtida. Na verdade, será emitido um novo termo de compromisso, que considerará a parcela já atendida pela CGTEE. No momento, a CGTEE aguarda a chegada do novo termo de compromisso, para assinatura, cuja minuta já foi verificada previamente pelo jurídico da Companhia. Ressalta-se que o termo de compromisso com a SEMA, já foi renovado. Documentos atinentes ao assunto estão à disposição na UGP.	

Legenda: **A** = Atendido, **EI** = Em Implementação

ACÓRDÃO N° 3292/2008 – TCU – 2º CÂMARA (aprovação das Contas/2005)

Determinação	Área	Posição do Gestor	PRA
1.7.1 – Manter este tribunal tempestivamente informada a cerca dos desdobramentos pertinentes à renovação da licença de operação da Usina Termelétrica Candiota II, a ser expedida pelo IBAMA, alertando à Entidade para possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 58, inciso VII, da lei 8.443/92 por reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal;	DT	A CGTEE aguarda manifestação do IBAMA quanto à solicitação de aditamento do Termo de compromisso firmado em 2006, para posteriormente informar ao TCU.	EI
1.7.2 – Proceda a atualização/regularização imediata dos sistemas de Controle Patrimonial SAP/R3;	PR	As ações de emplacamento e identificação patrimonial foram realizadas, sendo que foi definido o processo de informação, identificação, emplacamento e alocação das novas aquisições de bens patrimoniais.	A
1.7.3 – Promova o emplacamento imediato do patrimônio existente em todas as unidades da Companhia;	DA	As ações de emplacamento e identificação patrimonial foram realizadas, sendo que foi definido o processo de informação, identificação, emplacamento e alocação das novas aquisições de bens patrimoniais.	A
1.7.4 – Aprimore o controle patrimonial da Companhia, de forma a evitar a possível ocorrência de danos à Administração Pública;	DA	As ações de identificação e controle patrimonial são constantes e rotineiras. Registre-se que a fim de melhorar o nível de Segurança atual foi nomeado um fiscal do contrato de Vigilância para UPME, um clausulado mais rigoroso no que se refere à segurança em novo processo Licitatório, em fase de conclusão, e a definição de novos procedimentos referente ao acesso de pessoal e veículos nas Unidades.	A
1.7.5 – Cumpra o estabelecido na In TCU n° 55/2007 (Revogou a In n° 44/2002), submetendo ao Tribunal de Contas da União, por intermédio da Controladoria Geral da União, com base na tabela de Fundamentos legais do Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões – SISAC, as informações referentes aos atos de admissão e desligamento de pessoal, ressaltando que o descumprimento de determinação exigida por esta corte é passível de multa, nos termos do art. 58, VII da lei n° 8.443/93 (Lei Orgânica do TCU);	DA	A CGTEE está cumprindo rigorosamente a IN TCU n° 55/2007.	A
1.7.6 – Elabore orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários do objeto a ser contratado, exigindo, ainda, a mesma discriminação nas propostas de licitantes	DF	Recomendação acatada e implementada pela DFSO	A

ou na contratação direta, em obediência ao disposto no art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93;			
1.7.7 – Promova comunicação à autoridade superior e a publicação dos extratos de dispensa de licitação dentro de três e cinco dias , respectivamente, em atenção ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93, ressaltando que o descumprimento de determinação expedida por esta Corte é passível de multa, nos termos do art. 58, VII, da Lei 8.443/93 (Lei Orgânica do TCU);	DF	Recomendação acatada e implementada pelo DFS.	A
1.7.8 – Anexe aos processos de dispensa de licitação e Inexigibilidade de Licitação, assim como nos processo licitatórios, as certidões de regularidades relativas à seguridade social, ao Fundo de Garantia por Tempo de serviço e as certidões de regularidade junto a Fazenda Federal (Certidão de quitação de tributos e contribuições Federais e Certidão Negativa da Dívida Ativa da União), nos termos do art. 195, § 3º, da Constituição Federal;	DF	Acatada e implementada pelo DFS.	A
1.7.9 – Planeje de forma adequada as compras da entidade, de forma a evitar as situações de fracionamento de despesas, inclusive em processos de dispensa de licitação, observando o disciplinado no art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93,	DF	Acatamos a recomendação	A
1.710 - Realize pesquisa de preços no mercado, de no mínimo três fornecedores, de forma a que possa conhecer preços de forma fidedigna, praticados pelos fornecedores e, por conseguinte, estimar o custo médio do objeto que pretende adquirir, para banalizar, inclusive, se há recursos orçamentários suficientes e que possam cobrir as despesas.	DF	Recomendação acatada e implementada pela DFSO.	A

Legenda: A = Atendido, EI = Em Implementação

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADAS NO EXERCÍCIO.

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	05	00
Desligamento	10	01
Aposentadoria	00	00
Pensão	00	00

Na coluna “quantidade”, nas linhas admissão e desligamento, o número é composto por empregados e assessores regidos pela CLT. Na coluna “registrados no SISAC”, o número é composto somente por empregados, pois, segundo o TCU, devemos lançar apenas os empregados concursados. Em relação a aposentadorias e pensões, a CGTEE não concede nenhuma delas.

15. DISPENSA DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Não aplicável à natureza jurídica da U.J.

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesas	Qtde.	Despesas	Qtde.	Despesas
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	504	37.812.367,02	501	41.719.136,06	497	47.596.252,91
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade	38	3.586.971,88	38	3.808.852,09	37	4.382.980,29
Total de Pessoal Próprio	542	41.399.338,90	539	45.527.988,15	534	51.979.233,20

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesas	Qtde.	Despesas	Qtde.	Despesas
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	0	0	0	0	0	0

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesas	Qtde.	Despesas	Qtde.	Despesas
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0	0	0	0	0	0

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesas	Qtde.	Despesas	Qtde.	Despesas
Pessoal Terceirizado/Vigilância e Limpeza	262	2.889.763,32	201	3.110.635,96	202	2.796.220,30
Pessoal Terceitizado - Apoio Administrativo	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Pessoal Terceirizado - Outras Atividades	464	20.748.026,57	431	21.041.349,42	452	28.270.748,82
Estagiários	129	1.053.468,60	107	1.030.318,69	77	584.155,35
Total Pessoal Requisitado + Estagiários	855	24.691.258,49	739	25.182.304,07	731	31.651.124,47

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesas	Qtde.	Despesas	Qtde.	Despesas
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	20	1.603.025,79	9	1.024.376,10	9	415.675,07
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total de pessoal requisitado, em exercício na Unidade	20	1.603.025,79	9	1.024.376,10	9	415.675,07

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesas	Qtde.	Despesas	Qtde.	Despesas
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	0	0,00	0	0,00	1	83.310,28
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total de pessoal Cedido pela Unidade	0	0,00	0	0,00	1	83.310,28

DESCRIÇÃO	2008	
	Qtde.	Despesas
Pessoal envolvido em ações finalísticas da Unidade	405	36.485.698,53
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade	129	15.493.592,02
Total Geral	534	51.979.290,55

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

17.1 INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA		
INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL		
(Valores expressos em milhares de reais)		
Geração e distribuição de riqueza (DVA) - R\$/mil	Em 2008: (191.645)	Em 2007: 685
Distribuição do Valor Adicionado (coeficientes)		
Empregados	63.367	46.795
Governo	32.153	21.946
Agentes Financeiros	5.037	1.093
Acionista	(292.202)	(69.149)
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada na íntegra no conjunto das Demonstrações Contábeis		
Recursos Humanos		
Remuneração	2008	2007
Remuneração Bruta (RM)	35.599	31.166
- Empregados	34.798	30.492
- Administradores	801	674
Relação entre a maior e a menor remuneração:		
- Empregados	19,4	20,9
- Administradores	10,0	10,0
	2008	2007
Benefícios Concedidos	Valor (mil)	% sobre RM
Encargos Sociais	14.158	39,8%
Alimentação	2.829	7,9%
Transporte	965	2,7%
Previdência privada	3.376	9,5%
Saúde	1.264	3,6%
Segurança e medicina do trabalho	2.126	6,0%
Educação	68	0,2%
Cultura	35	0,1%
Capacitação e desenvolvimento profissional	116	0,3%
Creches ou auxílio creche	127	0,4%
Participação nos lucros ou resultados	7.944	22,3%
Total	33.008	92,8%
	12,4%	23.382
	74,9%	10,1%
Composição do Corpo Funcional	2008	2007
Nº de empregados no final do exercício	534	539
Nº de admissões	5	6
Nº de demissões	11	9
Nº de estagiários no final do exercício	77	107
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	-	-
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	654	632
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino	450	447
- Feminino	84	92

Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	-	-				
- De 18 a 35 anos	58	79				
- De 36 a 60 anos	473	451				
- Acima de 60 anos	3	9				
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	-	-				
- Com ensino fundamental	104	180				
- Com ensino médio	166	128				
- Com ensino técnico	109	88				
- Com ensino superior	103	142				
- Pós-graduados	52	1				
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	84,3%	88,6%				
- Feminino	15,7%	11,4%				
Contingências e passivos trabalhistas	2008	2007				
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	70	40				
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	18	20				
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	19	21				
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	1.988	1.015				
Interação da Entidade com o Ambiente Externo	2008	2007				
Relacionamento com a comunidade	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Totais dos investimentos em:						
Educação	47	0,0%	0,0%	928	0,3%	0,3%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Saúde e saneamento	157	0,1%	0,1%	172	0,1%	0,1%
Esporte e lazer	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Alimentação	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Geração de trabalho e renda	416	0,2%	0,2%	246	0,1%	0,1%
Total dos Investimentos	620	0,3%	0,3%	1.346	0,5%	0,5%
Tributos (excluídos encargos sociais)	12.359	4,2%	4,6%	6.614	2,3%	2,5%
Total - Relacionamento com a comunidade	12.979	4,5%	4,9%	7.960	2,8%	3,0%
Interação com o Meio Ambiente	2008			2007		
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	1.218	0,4%	0,5%	315	0,1%	0,1%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	2	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e	15	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%

administradores da entidade						
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	4.376	1,5%	1,6%	10.657	3,6%	4,0%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	-	-	-	-	-
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total da Interação com o meio ambiente	5.611	1,9%	2,1%	10.972	3,7%	4,1%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2008			2007		
Número total de acidentes de trabalho	35			34		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Os pradrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	(X) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva
Outras informações	2008			2007		
Receita Líquida (RL)	265.831			228.300		
Resultado Operacional (RO)	(292.202)			(69.384)		

18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (Item B do Anexo II da DN-TCU-93/2008)

18.1 Demonstrativo das despesas com ações de Publicidade e Propaganda

18.1.1 Não aconteceram patrocínios culturais no exercício de 2008 de nenhuma forma, incentivados pela Lei Rouanet ou não.

18.1.2 Ocorreu um (01) evento com patrocínio mercadológico por parte da CGTEE no mês de Dezembro de 2007 - com pagamento efetuado no mês de Janeiro de 2008, ao Centro dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do RGS, no valor de R\$3.000,00 para cobertura de despesas de mídia da 1ª Maratona do Servidor Público do Estado do RGS. O recurso orçamentário planejado foi de R\$250.000,00 (item 21.09).

18.1.3 O orçamento de recursos de publicidade e propaganda para o ano 2008 foram na ordem de R\$1.000.000,00 (item 21.07) e R\$1.500.000,00 (ODI 600.014). No primeiro caso é relativo à publicidade institucional e o segundo referente aos compromissos de publicidade da obra Candiota III (Fase C).

18.1.4 Destes recursos foram utilizados R\$257.520,25 para cobertura dos seguintes gastos:

18.1.4.1. Execução de Mídias: R\$ 151.429,75

18.1.4.2. Captação de Imagens da Obra Candiota III (Fase C): R\$ 26.666,25

18.1.4.3. Material Gráfico referente às atividades internas da empresa: R\$11.880,17

18.1.4.4. Assessoria de Imprensa contratada: R\$28.880,17

18.1.4.5. Assessoria de Relações Públicas: R\$ 17.392,91

18.1.4.6. Boletim Informativo 'Geração CGTEE': R\$ 18.271,00

18.1.5 Outrossim, informamos que o contrato de publicidade com a agência de publicidade Idade Mídia HR Comunicação e Marketing Ltda (nº CGTEE/DAG/068/04) expirou em 31/05/08 e o contrato com a Parla Comunicação e Representação Ltda (nº CGTEE/SEDE/074/08), iniciou em 20/10/08, depois de completado o processo licitatório. Por esta razão, no período compreendido entre 01/06 e 19/10/08, a empresa não contratou serviços de mídia, produção gráfica ou quaisquer outros relacionados à publicidade e propaganda.

18.2 DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO PAGA AOS MEMBROS DOS CONSELHOS ADMINISTRATIVOS E FISCAL

Ata de Eleição	Mandato		Profissão	Composição	Conselho	Honorários	Diárias	TOTAL
	Ínicio	Término		Titulares				
11ª AGO	28/04/2008	AGO/11	Engenheiro	Valter Luiz Cardeal de Souza	Administração	-	-	-
11ª AGO	28/04/2008	AGO/11	Advogado	Sereno Chaise	Administração	20.083,80	-	20.083,80
11ª AGO	28/04/2008	AGO/11	Engenheiro	Ricardo Spanier Homrich	Administração	18.462,80	1.760,00	20.222,80
11ª AGO	28/04/2008	AGO/11	Asses.Parlamentar	Cristian William de Sousa Cunha	Administração	13.529,60	760,00	14.289,60
20ª AGE	24/10/2008	AGO/11	Bach.Psicologia	Joaquim Antonio de Carvalho Brito	Administração	3.382,40	320,00	3.702,40
20ª AGE	24/10/2008	AGO/11	Advogado	Mauro Henrique Moreira Sousa	Administração	3.382,40	120,00	3.502,40
11ª AGO	28/04/2008	24/10/2008	Engenheiro	Ronaldo Schuck	Administração	11.937,32	-	11.937,32

11ª AGO	28/04/2008	24/10/2008	Advogado	Guilherme Pereira Baggio	Administração	16.870,52	800,00	17.670,52
18ª AGE	05/07/2005	28/04/2008	Jornalista	Ivanir José Bortot	Administração	4.917,03	440,00	5.357,03
11ª AGO	28/04/2008	AGO/09	Contadora	Celina Maria de M. Brinckmann	Fiscal	20.083,80	2.320,00	22.403,80
11ª AGO	28/04/2008	AGO/09	Engenheiro	André Luiz Barreto de Paiva Filho	Fiscal	20.083,80	1.416,00	21.499,80
11ª AGO	28/04/2008	AGO/09	Engenheiro	Ildo Wilson Grüdtner	Fiscal	13.529,60	776,00	14.305,60
10ª AGO	23/04/2007	27/04/2008	Engenheiro	Carlos Eduardo Campos Vieira	Fiscal	-	-	-

18.3 ATAS DAS REUNIÕES DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE

NIRE 43300036120
CNPJ 02.016.507/0001-69

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de 2008, às 15 horas, na sede da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, “Sala dos Conselhos”, situada na Rua 7 de Setembro, 515 - térreo, Centro, na cidade de Porto Alegre/RS, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, de conformidade com o artigo 13 (treze) do Estatuto Social da Companhia, sob a Presidência do Excelentíssimo **Sr. VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA** e, os Conselheiros **SERENO CHAISE, RONALDO SCHUCK, e RICARDO SPANIER HOMRICH**. Presentes, ainda, como convidados, os Diretores da Companhia, Luiz Henrique de Freitas Schnor, Eduardo Antonio Peters e Clovis Ilgenfritz da Silva, o Gerente da Auditoria Anselmino Spessato, a Coordenadora Jurídica Vaneila Muller, o Coordenador da UGP Hermes Ceratti Marques e o Assessor da Eletrobrás Mario Antonio Calliari Grazziotin. Confirmado o *quorum*, a reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho, que agradeceu a presença de todos informando que o Conselheiro Guilherme Pereira Baggio, por compromissos assumidos anteriormente junto ao Ministério de Minas e Energia, não poderá comparecer à reunião e o Conselheiro Ivanir José Bortot, por problemas de atraso de vôo, não conseguiu chegar a tempo para participar da reunião, mas lhe foi enviado todo o material apresentado na reunião para conhecimento. Após passou a palavra à Secretaria Geral, Rosemari Nunes da Silva, para fazer a leitura da Ordem do Dia: 1. Aprovação das Atas 124^a e 125^a, de Reuniões do Conselho de Administração; 2. Relato do andamento das obras da Fase C de Candiota, nos seguintes itens: a) Situação do Financiamento; b) Mobilização da Construtora Civil + "Tropicalização" do Projeto Civil – avaliação; c) Situação do processo que busca isenções de impostos nas importações; d) Apresentação do Relatório de Inspeção à fabricação na China, realizada em dezembro/2007; 3. RES-001/2008 - Aprovação do Termo de Cessão de Direitos e Obrigações Contratuais (MCSD 4% de 2007), que entre si celebram a CGTEE e as Cedentes e Cessionárias indicadas nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR – 2º Leilão de Energia – Edital 001/2005 e 4º Leilão de Energia 2005 Edital 003/2005, para deliberação; 4. RES-018/2008 - Celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade – 1º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos de Geração, Edital 002/2005, CCEAR nº 2674/2005 (alteração do Banco Gestor), Processo Administrativo nº CGTEE/SEDE 2562/2006, para conhecimento; 5. RES-020/2008 - Assinatura do acordo do resarcimento dos custos de geração entre a CGTEE e o agente comercializador de energia elétrica TRADENER Ltda, referente à exportação de energia ao Uruguai em 2007, para conhecimento; 6. Termo de Rerratificação do Contrato de repasse celebrado entre a Eletrobrás e CGTEE, para conhecimento; 7. Relatórios de Auditoria nºs 012/2007 – Processos Licitatórios e Contratos e 013/2007 – Execução Orçamentária, para conhecimento; 8. Assuntos Gerais: a)

FAX/DF/2609/2009–ANEXO CTA-DF-13526/2007 – para conhecimento; Tomando a palavra, o Presidente do Conselho passou ao exame do primeiro item de pauta: **1. Aprovação das Atas 124^a e 125^a, de reuniões do Conselho de Administração;** Aprovadas. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do segundo item de pauta: **2. Relato do andamento das obras da Fase C de Candiota, nos seguintes itens:** a) **Situação do Financiamento;** b) **Mobilização da Construtora Civil e "Tropicalização" do Projeto Civil – avaliação;** c) **Situação do processo que busca isenções de impostos nas importações;** d) **Apresentação do Relatório de Inspeção à fabricação na China, realizada em dezembro/2007;** passando a palavra ao Engenheiro Hermes Ceratti Marques para apresentar o assunto. Com a palavra, o Engenheiro Hermes fez os seguintes relatos: **a) Situação do Financiamento:** O financiamento continua pendente de aprovação pelo Governo Chinês, e a Eletrobrás junto com o Ministério de Minas e Energia, encaminharam correspondência à Embaixada Brasileira em Beijing, relatando a gravidade do atraso na aprovação e, solicitando contato com autoridades chinesas para agilizar a obtenção da aprovação, pois já existem vários pagamentos ao CITIC pendentes, que se não forem pagos em curto prazo, poderão ensejar na paralisação das obras, causando prejuízos irrecuperáveis ao Projeto. **b) Mobilização da Construtora Civil e "Tropicalização" do Projeto Civil – avaliação;** A mobilização da Construtora Civil no Canteiro de Obras iniciou em 07/01/2008, e o Registro do Consórcio Sul Energia foi obtido no dia 22/01/2008. As atividades de "Tropicalização" foram iniciadas em 20/12/2007, sendo que o grupo técnico trabalha sob a coordenação do CITIC, e com o acompanhamento de profissionais do Instituto Noroeste de Engenharia – NWEPEDI, e de um projetista civil representante da UGP. **c) Situação do processo que busca isenções de impostos nas importações;** Desoneração do ICMS por não existência de fabricação no Rio Grande do Sul, processo este conduzido pela equipe da UGP, que resultou na obtenção de atestados do SEDAE/RS, referentes a equipamentos cujo valor total é equivalente a cerca de US\$ 97 milhões, o que representará uma redução de recolhimento de impostos (ICMS) da ordem de US\$ 17 milhões (17,5%). O Processo de obtenção do regime "Ex-tarifário", processo conduzido sob a orientação de empresa especializada, protocolado em 07/12/07 no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, prossegue junto aquele Ministério, sendo freqüente a complementação de informações requeridas a CGTEE. Em continuidade o processo de questionamento pela CGTEE, às empresas indicadas pela ABIMAQ e ABINEE, como fabricantes brasileiros de alguns equipamentos/sistemas, buscando revertêr essa situação desfavorável. Encerrando, o Engenheiro Hermes informou que chegou no dia 30/12/07 o primeiro grande carregamento, composto por componentes do 1º e 2º níveis da estrutura metálica da caldeira, do precipitador eletrostático nº 1, chumbadores da turbina e do gerador, e de três guindastes especiais, e uma empilhadeira (importação temporária), que estão no Porto Novo de Rio Grande/RS, em fase de desembarque, estando previsto aproximadamente 120 viagens de carreta para o transporte desses equipamentos até Candiota. A seguir, o Engenheiro Hermes passou a palavra ao Engenheiro Antonio Augusto Pires Linhares, Coordenador de Gestão de Engenharia da UGP, para apresentar o próximo assunto. **d) Apresentação do Relatório de Inspeção à fabricação na China, realizada em dezembro/2007;** Com a palavra, o Engenheiro Linhares passou às mãos dos Conselheiros, cópia do "Relatório da Visita Técnica aos Fabricantes Chineses dos Equipamentos da Fase C", para conhecimento, realizando uma apresentação contendo entre outros os seguintes relatos: (i) a visita foi realizada por um grupo de quatro Engenheiros, sendo um da CGTEE, um da Eletrobrás e dois do Consórcio UTPM – C, que presta os serviços de apoio técnico a UGP, no período de 02 a 26 de dezembro de 2007. (ii) o objetivo principal foi de observar o status atual da fabricação dos equipamentos da Fase C, com registros fotográficos dos equipamentos já fabricados ou em processo de fabricação. Foram verificados, também, a qualidade formal e o status dos documentos técnicos que serão entregues, juntamente com os equipamentos a CGTEE. O grupo concluiu que a viagem teve vários aspectos positivos,

pois permitiu que a CGTEE, CITIC e os Fabricantes trocassem informações e experiências, para um melhor entendimento e compreensão das diferentes culturas técnicas, e verificasse a potencialidade dos fabricantes. O Grupo de Trabalho comprovou a veracidade das informações do CITIC, contidas no Relatório Mensal de dezembro/2007, sobre o status de fabricação dos equipamentos inspecionados na China referentes ao Projeto Fase C. No encerramento da apresentação dos assuntos atinentes à Fase C, o Engenheiro Hermes teceu comentários sobre o cronograma para realização do concurso público para recrutamento do pessoal necessário à operação e manutenção da Fase C, e sobre o programa de treinamento a ser desenvolvido previamente à entrada em operação da nova Usina, registrando que antes da realização do concurso, é necessário aprovações em Diretoria, Conselho, Eletrobrás e DEST. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do terceiro item de pauta: **3. RES-001/2008 - Aprovação do Termo de Cessão de Direitos e Obrigações Contratuais (MCSD 4% de 2007)**, que entre si celebraram a CGTEE e as Cedentes e Cessionárias indicadas nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR – 2º Leilão de Energia – Edital 001/2005 e 4º Leilão de Energia 2005 Edital 003/2005, para deliberação; passando a palavra ao Conselheiro Sereno Chaise para apresentar o assunto. Este informou que a Diretoria Executiva aprovou a celebração do Termo de Cessão de Direitos e Obrigações Contratuais (MCSD 4% de 2007) dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, referentes ao 2º e 4º Leilões de Energia de 2005, o qual submete ao Conselho para deliberação. **DELIBERAÇÃO:** O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, no uso de suas atribuições, baseado na documentação recebida e fundamentado na exposição verbal do relator, **RATIFICA** a Resolução 001/2008. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quarto item de pauta: **4. RES-018/2008 - Celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade – 1º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos de Geração, Edital 002/2005, CCEAR nº 2674/2005 (alteração do Banco Gestor), Processo Administrativo nº CGTEE/SEDE 2562/2006, para conhecimento**; passando a palavra ao Conselheiro Sereno Chaise para apresentar o assunto. Este informou que através da Resolução número 018/2008, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a celebração do Primeiro Termo de aditamento ao Contrato de Energia Elétrica CCEAR nº 2674/2005, que tem por objetivo a alteração do Banco Gestor do referido Contrato, o qual submete ao Conselho para conhecimento. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quinto item de pauta: **5. RES-020/2008 - Assinatura do Acordo do Ressarcimento dos custos de geração entre a CGTEE e o agente comercializador de energia elétrica TRADENER Ltda, referente à exportação de energia ao Uruguai em 2007, para conhecimento**; passando a palavra ao Conselheiro Sereno Chaise para apresentar o assunto em pauta. Este informou que a Companhia recebeu o Acordo de Ressarcimento dos custos de Geração, celebrado entre a CGTEE e a Comercializadora Tradener Ltda, referente à exportação de energia para o Uruguai no período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007, em conformidade com a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 785 de 09 de janeiro de 2007, para ser assinado pela Diretoria Executiva da Companhia, o qual submete ao Conselho para conhecimento. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do sexto item de pauta: **6. Termo de Rerratificação do Contrato de repasse celebrado entre a Eletrobrás e CGTEE, para conhecimento**; passando novamente a palavra ao Conselheiro Sereno Chaise, que informou ter recebido da Eletrobrás para assinatura desta Diretoria Executiva o “Termo de Rerratificação” do Contrato de repasse do financiamento da Fase C, haja vista, a inclusão no Contrato da cláusula de juros, o qual dá conhecimento ao Conselho. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do sétimo item de pauta: **7. Relatórios de Auditoria nºs 012/2007 – Processos Licitatórios e Contratos e 013/2007–Execução Orçamentária, para conhecimento**; passando a palavra ao Gerente da Auditoria, Senhor Anselmino Spessato para apresentar o assunto. Este fez

um relato dos Relatórios de Auditoria acima descritos. O Conselho de Administração solicitou para a próxima reunião, apresentação da execução do Contrato de Apoio Técnico a Fase C da UPME, para conhecimento. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do oitavo item de pauta: **8. Assuntos Gerais: a. FAX/DF/2609/2009–ANEXO CTA-DF-13526/2007, para conhecimento;** O Conselheiro Sereno Chaise tomou a palavra para informar que recebera o fax acima citado, da Diretoria Financeira da Eletrobrás, onde solicita que seja informado aos Conselheiros, que a Eletrobrás estará divulgando suas informações contábeis em 19 de março de 2008, devendo, portanto, qualquer divulgação sobre os resultados contábeis de 2007, e seus elementos, somente serem divulgados a partir daquela data, inclusive. O Diretor Schnor solicitou ao Presidente do Conselho, uma agenda para marcar reunião com a Alston e a Eletrobrás, conforme ficou deliberado em reunião passada do Conselho, para tratar do Retrofit da Fase B da UPME. O Presidente do Conselho pré agendou a reunião para a próxima semana. Nada mais, havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes, e por mim, Rosemari Nunes da Silva, Secretária Geral, que a lavrei. Porto Alegre 25 de janeiro de 2008.

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente do Conselho de Administração

Sereno Chaise

Ronaldo Schuck

Ricardo Spanier Homrich

Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral

ATA DA 127^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE

**NIRE 43300036120
CNPJ 02.016.507/0001-69**

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de 2008, às 19 horas, na sede da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, situada na Rua 7 de Setembro, 539 – 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre/RS, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, de conformidade com o artigo 13 (treze) do Estatuto Social da Companhia, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. **VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA** e, os Conselheiros **SERENO CHAISE, RONALDO SCHUCK, GUILHERME PEREIRA BAGGIO, IVANIR JOSÉ BORTOT** e **RICARDO SPANIER HOMRICH**. Presentes, ainda, como convidados, os Diretores da Companhia, Luiz Henrique de Freitas Schnor e Eduardo Antonio Peters, o Auditor Anselmino Spessato, a Coordenadora Jurídica Vaneila Muller, o Coordenador da UGP Hermes Ceratti Marques,

o Assessor Jurídico da UGP Delcio Moretti e o Assessor da Eletrobrás Mario Antonio Calliali Grazziotin. Confirmado o *quorum*, a reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho, que agradeceu a presença de todos passando a palavra à Secretária Geral, Rosemari Nunes da Silva, para fazer a leitura da Ordem do Dia: 1. **Projeto Fase C - relato do andamento das atividades da Fase C e dos serviços prestados pela Unidade de Apoio Técnico;** 2. **Relato da situação das Fases A e B de Candiota;** 3. **Apresentação do estudo de disponibilidade de água na região de Candiota;** 4. **Relato da situação das vendas das casas de Candiota;** 5. **Relato a respeito do Tribunal de Contas da União – TCU;** 6. **Aprovar a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da CGTEE nº 067/2000 – Processo Administrativo nº CGTEE/SEDE/1125/2007(CGTEE x ANEEL– Exploração da Geração Termelétrica por meio das Centrais Geradoras Presidente Médici, Nutepa e São Jerônimo);** 7. **Relatório de acompanhamento de Recomendações/Determinações PRA/CGU/TCU - 2º Semestre/2007, para conhecimento;** 8. **Assuntos Gerais.** Tomando a palavra, o Presidente do Conselho passou ao exame do primeiro item de pauta: 1. **Projeto Fase C - relato do andamento das atividades da Fase C e dos serviços prestados pela Unidade de Apoio Técnico;** passando a palavra ao Engenheiro Hermes Ceratti Marques para apresentar o assunto. Com a palavra o Engenheiro Hermes fez os seguintes relatos: **a)** Andamento das Atividades Construtivas: (i)"Tropicalização" do Projeto Civil - a execução dos trabalho pela equipe contratada pela CITIC começa a ganhar velocidade, superando dificuldades iniciais de obtenção de informações junto ao Projetista Chinês. Já foram entregues os primeiros projetos de fundação já "tropicalizados" para construção. Nesta semana foram entregues os projetos das fundações da Caldeira, da Casa de Máquinas e do Turbo Gerador. Para a próxima semana está prevista a entrega do Projeto da fundação da Chaminé. A estimativa de atraso decorrente dos problemas iniciais de projeto das fundações da caldeira é de 45 dias, para as fundações da casa de máquinas e turbo-gerador é de 50 dias e para as fundações da chaminé é de 60 dias. (ii) Mobilização do Construtor Civil - O processo de mobilização e início dos trabalhos ocorreu em ritmo menor que o previsto, motivado por dificuldades de constituição das equipes, morosidade na elaboração de planos e programas exigidos em contrato, demora na seleção dos fornecedores principais (futuros PAROs), dificuldades na obtenção de seguros contratualmente requeridos, problemas de entendimento quanto à tributação (Consórcio discutia a obrigatoriedade de retenção INSS; e alteração da legislação tributária pelo município de Candiota, em relação ao ISS) e atrasos na entrega pela CITIC do projeto executivo "tropicalizado". (iii) Importação de Materiais - 1º grande embarque (2.500 toneladas) que chegou no final de dezembro de 2007, tendo enfrentado vários problemas durante processo de despacho alfandegário, mas está previsto para até 03/março/08 o inicio do transporte para Candiota. (iv) Exportação temporária de componentes e equipamentos - 1º carregamento (4 carretas) dos componentes das bombas de água de alimentação da caldeira realizado em 15 de fevereiro de 2008, estando no Porto de Rio Grande em processo de liberação para embarque à China, para revisão na fábrica da KSB, Empresa fabricante, que possui filial instalada na China. **b)** Financiamento junto ao CDB e BNP Paribás: (i) situação atual - apesar de todas as ações desenvolvidas pelo MME, ELETROBRÁS, CGTEE e Embaixada Brasileira em Beijing, continua pendente a aprovação do Governo Chinês aos contratos de crédito, tornando indisponíveis os recursos. (ii) em reunião realizada na ELETROBRÁS, em 26 de Fevereiro de 2008, o CDB informou que os recursos do Contrato de Crédito à Exportação será 100% CDB, com uma nova estrutura de seguro, e os recursos do Contrato de Crédito Comercial permanecerá sendo 50% CDB e 50% BNP Paribás. Confirmou que os dois contratos de crédito dependem da aprovação governamental e estima que o processo de aprovação ocorra até o final de março/08. A seguir, o Engenheiro Hermes realizou apresentação sobre os serviços prestados à UGP pela Unidade de Apoio Técnico – UAT, através do Contrato CGTEE/DTC/0249/2005, ressaltando a importância dos serviços realizados, a qualificação das equipes e dos profissionais participantes, apresentando também

informações detalhadas sobre a execução físico-financeira do Contrato, conforme solicitado na reunião anterior pelo Conselho de Administração. O Conselho agradeceu a equipe, informando que a próxima reunião será em Candiota, quando ocorrerá uma visita na Obra da Fase C. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do segundo item de pauta: **2. Relato da situação das Fases A e B de Candiota**; passando a palavra ao Diretor Luiz Henrique de Freitas Schnor para apresentar o assunto. Este fez um relato da situação das unidades das Fases A e B, informando que da Fase A, a Unidade I apresentou problemas na Turbina, que opera há 34 anos e tem sua vida útil já comprometida, estão sendo realizadas várias intervenções, inclusive inspeção por endoscopia, mas a mesma ficará indisponível no mínimo 90 dias. A Unidade II tem operado razoavelmente bem, com 48 MW médios. A Unidade III está apresentando alguns problemas, mas está operando e a confiabilidade dela é pequena e a Unidade IV, esta operando há 19 dias limitada em 100MW médios. Foi realizada reunião na Eletrobrás e os técnicos da Alston estarão chegando em Porto Alegre nos próximos dias para iniciar discussão técnica sobre o Retrofit das Unidades da Fase B. NUTEPA - Foram realizados testes do turbogenerator 2 no dia 27/02/08 e nos turbogeneradores 1 e 3, no dia 28/02/08 apresentando problema de queima de um motor da bomba de circulação. Hoje o problema da NUTEPA está relacionado ao nível fluvial, a bomba de água de circulação não consegue partir em virtude do nível do rio estar em 30cm e precisa de no mínimo 1m50cm. O CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico manteve os despachos das térmicas e, conforme informação preliminar da reunião do PMO - Programa Mensal de Operação do dia 27/02/08, o ONS está considerando despacho da NUTEPA para todo o ano de 2008. Para a permanência em operação desta máquina conforme solicitação do ONS, será necessário deslocamento de pessoal de Candiota, implicando em alteração do turno de trabalho naquela Unidade, com a adoção de turnos de revezamento de 12h. Informou que enviou à ANEEL solicitação de reajuste dos custos da NUTEPA e aguarda resposta. São Jerônimo – A Usina de São Jerônimo tem operado com 8MW médios. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do terceiro item de pauta: **3. Apresentação do estudo de disponibilidade de água na região de Candiota**; passando novamente a palavra ao Diretor Schnor. Este apresentou um estudo de disponibilidade da água na região de Candiota. Tal estudo apresenta as alternativas visando expansão do parque gerador térmico. Frente aos projetos térmicos em estudo na região é estratégico para a CGTEE iniciar tratativas visando assegurar disponibilidade de água para projetos futuros. O estudo realizado conclui que há disponibilidade de água na região para a implantação de até 1000MW em novos projetos. O Conselho de Administração sugeriu que fosse dado início imediatamente a esse Projeto. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quarto item de pauta: **4. Relato da situação das vendas das casas de Candiota**; passando a palavra ao Conselheiro Sereno Chaise. Este deu conhecimento aos Conselheiros que a Companhia está providenciando a venda das casas da Vila Operária de Candiota, conforme avaliação feita pela Caixa Econômica Federal – CEF. Informou, ainda, que a CGTEE está regularizando a situação das casas da Vila Residencial junto a Prefeitura de Candiota, para também serem vendidas posteriormente. O Conselho de Administração tomou conhecimento e aprovou. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quinto item de pauta: **5. Relato a respeito do Tribunal de Contas da União – TCU**; passando a palavra novamente ao Conselheiro Sereno Chaise para apresentar o assunto. Este apresentou minuta de carta a ser enviada ao Tribunal de Contas da União – TCU, referente ao 4º Termo de Aditamento ao Contrato de EPC para a construção da Fase C da UTE Presidente Médici – Contrato CGTEE/DTC-250/2005, o qual informa as alterações ocorridas no Contrato. O Conselho de Administração, por unanimidade, concordou com o teor da minuta da carta apresentada. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do sexto item de pauta: **6. Aprovar a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da CGTEE nº 067/2000 – Processo Administrativo nºCGTEE/SEDE/1125/2007**; passando a palavra ao Assessor Jurídico da UGP da Fase C Delcio Antonio Moretti para apresentar o

assunto. Este informou que o Aditamento já fora apresentado anteriormente ao Conselho, não tendo sido deliberado porque o Aditamento, que contempla também a Fase C, mantém termo final da concessão para 2015, não abrangendo, portanto todo o período de vigência dos CCEARs relativos à Fase C. O assunto volta à pauta porque a ANEEL, por meio do Ofício nº 186/2008-SCG/ANEEL, convocou os representantes da CGTEE, bem como os representantes do acionista controlador, para comparecerem à Sede daquela Agência, no prazo máximo de 30 dias, para assinatura do Segundo Termo de Aditamento ao Contrato de Concessão nº067/2000, sob pena da aplicação das penalidades previstas na legislação setorial. O Conselheiro Baggio sugeriu que fosse primeiro enviado carta ao MME solicitando uma solução para o caso. Sugeriu também que seja informado à ANEEL sobre a correspondência ao MME, solicitando o retardamento da celebração do Aditivo até decisão final do Ministério sobre o assunto. O Conselho de Administração acatou as sugestões do Conselheiro Baggio, solicitando que a Companhia encaminhe a documentação aos órgãos competentes. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do sétimo item de pauta: **7.Relatório de acompanhamento de Recomendações/Determinações PRA/CGU/TCU - 2º Semestre/2007, para conhecimento;** Foi entregue aos Conselheiros o Relatório PRA/CGU/TCU – 2º semestre/2007, para conhecimento. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do oitavo item de pauta: **8. Assuntos Gerais.** O Conselheiro Sereno Chaise tomou a palavra para solicitar ao Conselho autorização para a Companhia contrair empréstimo junto a Eletrobrás, no valor de R\$ 122.082.090,71 (centro e vinte e dois milhões, oitenta e dois mil, noventa reais e setenta e um centavos) para pagamento de compromissos assumidos de curto prazo e faturas referentes às obras civis da Fase C previstas no Contrato de EPC, conforme carta nº PR-069/2008 enviada a Eletrobrás em 26 de fevereiro de 2008. **DELIBERAÇÃO:** O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, no uso de suas atribuições, baseado na documentação recebida e fundamentado na exposição verbal do relator, **AUTORIZOU.** Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes, e por mim, Rosemari Nunes da Silva, Secretária Geral, que a lavrei. Porto Alegre 29 de fevereiro de 2008.

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente do Conselho de Administração

Sereno Chaise

Ronaldo Schuck

Guilherme Pereira Baggio

Ivanir José Bortot

Ricardo Spanier Homrich

Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral

ATA DA 128^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE

**NIRE 43300036120
CNPJ 02.016.507/0001-69**

Aos dezessete dias do mês de março de 2008, às 9 horas, na sede da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, situada na Rua 7 de Setembro, 539 – 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre/RS, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, de conformidade com o artigo 13 (treze) do Estatuto Social da Companhia, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA, e os Conselheiros **SERENO CHAISE, RONALDO SCHUCK e RICARDO SPANIER HOMRICH**. Presentes, ainda, como convidados, os Diretores da Companhia, Luiz Henrique de Freitas Schnor e Eduardo Antonio Peters, o Auditor Anselmino Spessato, a Coordenadora Jurídica Vaneila Muller e o Assessor da Eletrobrás Mario Antonio Calliari Grazziotin. Confirmado o *quorum*, a reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho, que agradeceu a presença de todos informando que os Conselheiros Guilherme Pereira Baggio e Ivanir José Bortot, por compromissos assumidos anteriormente junto ao Ministério de Minas e Energia e Ministério do Planejamento, respectivamente, não poderão comparecer à reunião. Após passou a palavra à Secretaria Geral, Rosemari Nunes da Silva, para fazer a leitura da Ordem do Dia: **1. Aprovação da Ata da 126^a reunião do Conselho de Administração; 2. Emitir Parecer sobre o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrativo Financeiro do exercício encerrado em 31-12-2007 (Conforme Artigo 15; parágrafo 1º, inciso VII – do Estatuto Social), submetendo-os à deliberação da Assembléia Geral; 3. Convocação da Assembléia Geral Ordinária – AGO, para fins específicos do Art. 132, da Lei 6404; 4. Assuntos Gerais.** Tomando a palavra, o Presidente do Conselho passou ao exame do primeiro item de pauta: **1. Aprovação da Ata da 126^a reunião do Conselho de Administração;** Aprovada por unanimidade. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do segundo item de pauta: **2. Emitir Parecer sobre o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrativo Financeiro do exercício encerrado em 31-12-2007 (Conforme Artigo 15; parágrafo 1º, inciso VII – do Estatuto Social), submetendo-os à deliberação da Assembléia Geral;** passando a palavra ao Contador João Luiz Maracci para apresentar o assunto. Este apresentou o Balanço Patrimonial do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 e respectivas Notas Explicativas, informando as principais variações ocorridas nas rubricas, comparando os exercícios de 2006 e 2007, registrando um resultado negativo do exercício de R\$ 69.149 milhões. Após discussão e questionamentos, o Presidente do Conselho solicitou à Secretaria Geral, que fizesse a leitura dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes. **DELIBERAÇÃO:** O Conselho de Administração, face aos esclarecimentos prestados e exame dos documentos da Companhia, juntamente com os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, emitiram o **PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**, nos seguintes termos: "O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, Demonstrativo Financeiro e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício de 2007, encerrado em 31 de dezembro de 2007, documentos esses aprovados pelos administradores responsáveis pela Companhia, considerando o parecer dos Auditores Independentes, é de parecer, por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos, e submete a matéria à apreciação dos Senhores Acionistas". Não há resultado a destinar, haja vista o mesmo ter sido negativo. O Presidente do Conselho

solicitou agendar a próxima reunião do Conselho em Candiota, com os técnicos para esclarecimentos da situação das Fases A e B e visita nas obras da Fase C. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do terceiro item de pauta: **3. Convocação da Assembléia Geral Ordinária – AGO, para fins específicos do Art. 132, da Lei 6404**; o Conselho de Administração na prerrogativa que lhe confere o Estatuto Social em seu Artigo 15, parágrafo 1º, Inciso XIX, e face ao prazo estabelecido no Artigo 132 da Lei 6404/1976, por unanimidade, **DELIBEROU: APROVAR** a data de **28 de abril de 2008**, às **09 horas**, para realização de Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas, para fins especificados no Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quarto item de pauta: **4. Assuntos Gerais**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes, e por mim, Rosemari Nunes da Silva, Secretária Geral, que a lavrei. Porto Alegre 17 de março de 2008.

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente do Conselho de Administração

Sereno Chaise

Ronaldo Schuck

Ricardo Spanier Homrich

Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral

**ATA DA 129ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE**

**NIRE 43300036120
CNPJ 02.016.507/0001-69**

Aos quatro dias do mês de abril de 2008, às 9 horas, na sala de reuniões do Centro Administrativo Engenheiro Ângelo Gáudio - Usina Presidente Médici – UPME, sítio na Estrada Miguel Arlindo Câmara, nº 3601, na cidade de Candiota/RS, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, de conformidade com o artigo 13 (treze) do Estatuto Social da Companhia, sob a Presidência do Excelentíssimo **Sr. VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA**, e os Conselheiros **SERENO CHAISE, RONALDO SCHUCK, GUILHERME PEREIRA BAGGIO e RICARDO SPANIER HOMRICH**. Presentes, ainda, como convidados, os Diretores da Companhia, Luiz Henrique de Freitas Schnor, Clovis Ilgenfritz da Silva e Eduardo Antonio Peters, o Gerente da Auditoria Anselmino Spessato, a Coordenadora Jurídica Vaneila Muller e o Assessor da Eletrobrás Mario Antonio Calliari Grazziotin. Confirmado o *quorum*, a reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho, que agradeceu a presença de todos, informando que recebera do Conselheiro Ivanir José Bortot ofício datado de 28 de março de 2008, o qual solicita o seu desligamento deste Conselho a partir de 01 de abril do corrente ano, em virtude de sua transferência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Radiobrás. O Presidente do Conselho solicitou que fosse registrado em ata os agradecimentos dos Conselheiros pela sua competente atuação neste Conselho, desejando os melhores votos de sucesso. Após passou a palavra à Secretária Geral, Rosemari Nunes da Silva, para fazer a leitura da Ordem do Dia: **1. RES-067/2008 - Revisão do Programa de Dispêndio Global (P.D.G.) e Orçamento de Investimento (O.I.) 2008, para conhecimento; 2.**

RES-075/2008 – Autorizar a instauração de processo licitatório para fornecimento de óleo combustível tipo A1 para o Departamento de Produção de Candiota. **Processo Administrativo nº CGTEE/SEDE/0022/2008;** **3. Relato do andamento das obras da Fase C de Candiota;** **4. Relato - Adequação Ambiental da UPME;** **5. Relato – Contrato da Alston, referente ao Retrofit da Fase B;** **6. Avaliação Técnico-Operacional da UPME;** **7. Assuntos Gerais.** Tomando a palavra, o Presidente do Conselho passou ao exame do primeiro item de pauta: **1. RES-067/2008 - Revisão do Programa de Dispêndio Global (P.D.G.) e Orçamento de Investimento (O.I.) 2008, para conhecimento;** passando a palavra ao Diretor Clovis Ilgenfritz da Silva para apresentar o assunto. Com a palavra, o Diretor Clovis informou que a Diretoria Executiva da Companhia traz para conhecimento do Conselho de Administração a revisão orçamentária para o ano de 2008 aprovado pelo Decreto nº 6.251 de 06/11/2007, e encaminhada à Eletrobrás no dia 20 de março/08 para aprovação. O Conselho de Administração após a exposição verbal do relator solicitou separar do orçamento a Fase C. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do segundo item de pauta: **2. RES-075/2008 – Autorizar a instauração de processo licitatório para fornecimento de óleo combustível tipo A1 para o Departamento de Produção de Candiota.** **Processo Administrativo nº CGTEE/SEDE/0022/2008;** passando a palavra ao Diretor Schnor para apresentar o assunto. Este informou que a Diretoria Executiva solicita autorização para instaurar processo licitatório para aquisição de 6000 toneladas de óleo combustível tipo A1, para atender as necessidades do Departamento de Produção de Candiota, com um custo estimado em R\$ 7.606.800,00 (sete milhões, seiscentos e seis mil e oitocentos reais), em conformidade com o Parecer Jurídico nº PRJ-065/2008 de 24 de março de 2008. **DELIBERAÇÃO:** O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, no uso de suas atribuições, baseado na documentação recebida e fundamentado na exposição verbal do relator, **AUTORIZOU** a instauração de processo licitatório acima descrito. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do terceiro item de pauta: **3. Relato do andamento das obras da Fase C de Candiota;** passando a palavra ao Engenheiro Hermes Ceratti Marques para apresentar o assunto. Com a palavra, o Engenheiro Hermes fez os seguintes relatos: **a)** Estágio da “Tropicalização” do Projeto Executivo Civil, em realização pela CITIC Construções do Brasil – os projetos das fundações da caldeira, da casa de máquinas e turbo-gerador estão prontos e foram entregues ao Construtor. Os projetos das fundações da área dos moinhos e silos de carvão estão em elaboração, os das fundações da chaminé estão prontos e em fase de entrega ao construtor, os das fundações do FGD e precipitadores eletrostáticos estão em elaboração e o projeto da estrutura metálica da casa de máquinas está com previsão de entrega para 28 de abril/08. **b)** Trabalhos em execução no campo – o nivelamento para assentamento das fundações da caldeira, com concreto “magro” está concluído e as sapatas estão iniciadas; as fundações da casa de máquinas e turbo-gerador estão com as escavações em curso e o concreto magro deverá estar concluído até fim de abril; o nível de assentamento das fundações na área dos moinhos e silos de carvão com concreto “magro” deverá ser concluído até 07 de abril/08; o nível de assentamento da fundação da chaminé com concreto “magro” está em execução, devendo ser concluído até dia 10 de abril/08. A montagem dos guindastes de pórticos teve início com a montagem do guindaste de 30 toneladas, com conclusão prevista até 30 de maio/08. **c)** Avanço físico do Contrato de EPC em 31/março de 2008 – Foram apresentadas as curvas “S” do contrato de EPC, bem como os critérios de acompanhamento. Situação em 31/03/2008: Previsto: 35,10% e Realizado: 31,10%, com participação de um efetivo total de 250 funcionários em atividade no Canteiro de Obras. **d)** Importação de materiais, componentes e equipamentos – parte do primeiro grande embarque com o total de 2.500 toneladas já está no “site” (três guindastes de importação temporária – 1.000), sendo que o restante será transportado a partir da próxima semana. O próximo embarque de 9.000 toneladas está previsto para sair da China no início de maio/08. O embarque poderá ser retardado devido a não entrega de equipamentos por algumas fábricas, por atraso de pagamento e também pela diminuição do ritmo de

fabricação por alguns fornecedores, pelo mesmo motivo. **e)** Exportação temporária de componentes e equipamentos – O primeiro carregamento (quatro carretas) com os componentes das bombas de água de alimentação da caldeira já está em transporte marítimo rumo à China, sendo que ainda não há confirmação sobre nova remessa. **f)** Financiamentos - continua pendente a aprovação do governo (Conselho de Estado) Chinês aos contratos de crédito, tornando indisponíveis os recursos. Em reunião realizada na CGTEE em 01/abril/08, a Senhora Hong Bo, Presidente da CITIC International Contracting Inc., informou que, seguramente, haverá a aprovação governamental durante o mês de abril. **g)** Processo de Recrutamento de Pessoal para Operação e Manutenção da Fase C – há necessidade de acelerar o processo de aprovação nos órgãos competentes da CGTEE para a contratação de empresa que elaborará e aplicará o Concurso Público para atender as demandas da Fase C, com relação a pessoal. Da mesma forma, há necessidade de acelerar a aprovação dos órgãos externos a GTEE, de maneira a permitir o recrutamento do pessoal no tempo necessário para o processo de treinamento. O Diretor Eduardo solicitou a palavra para informar que, sobre esse assunto, foi encaminhada à Eletrobrás uma solicitação de alteração do quadro de Cargos e Salários, que, depois de aprovado, será enviado ao MME e ao DEST. Também está sendo revisado o quadro quali-quantitativo, que será enviado ao Ministério de Minas e Energia e posteriormente ao DEST para aprovação. O Engenheiro Hermes retomou a palavra para informar que há necessidade de realização de inspeção de testes na China, onde serão realizados importantes testes na turbina, gerador elétrico, bombas de água de alimentação da caldeira, transformador de partida e disjuntor de 230kV, propondo o envio da seguinte equipe mínima: um engenheiro da CGTEE, um engenheiro da ELETROBRÁS, dois técnicos da Unidade de Apoio Técnico - UAT, esses sem custo adicional para a CGTEE, e um tradutor (prestashop de serviço da CGTEE). O Presidente do Conselho solicitou que fosse acrescentado na equipe também um Engenheiro Mecânico da CGTEE. O Conselho de Administração, após debate e questionamentos, solicitou para a próxima reunião a apresentação da curva "S" dos principais itens de execução de obras, com a situação de cada um e a apresentação de providências a serem adotadas para a recuperação dos atrasos já incorridos. Encerrada a apresentação do Engenheiro Hermes, os Conselheiros realizaram visita as obras reunindo-se com os empreiteiros (Consórcio Sul Energia) responsáveis pela obra civil da Fase C, no canteiro de obras, para fazer uma avaliação do andamento dos trabalhos e perspectivas para os próximos meses, na tentativa de recuperar o tempo perdido. Nesta reunião, foram feitos os seguintes relatos pelos empreiteiros: caldeira – apenas no final de fevereiro foi recebido o projeto executivo das fundações, e já estão no canteiro o aço dobrado e as formas necessárias, sendo que a área física para o trabalho foi apenas liberada na última quinzena de março. Quanto ao projeto das fundações da chaminé e da estrutura metálica da casa de máquinas, os mesmos ainda não foram recebidos. O Engenheiro Hermes relatou que a CITIC informou na reunião gerencial de avaliação mensal de março/08, que já havia encaminhado os projetos das fundações da caldeira, casa de máquinas, e, recentemente, os da fundação da chaminé. Quanto ao projeto da estrutura metálica da casa de máquinas, item que compõe o caminho crítico, haverá reunião na segunda feira (07/04) em Porto Alegre sobre o assunto, sendo que a CITIC prometeu a entrega do projeto para até 28 de abril/08. Mencionou também que os atrasos no processo executivo da obra foram decorrentes das dificuldades que o Consórcio Sul Energia teve para montar as equipes de trabalho, do atraso na entrega dos projetos “tropicalizados” pela CITIC, e também pelas questões de entendimento e aceitação pelo Consórcio das retenções do INSS, nova legislação do ISS municipal em Candiota/RS e apresentação dos Seguros a CITIC, etapas estas agora já superadas. O representante do Consórcio Sul Energia informou que hoje tem 75 empregados operacionais, devendo chegar no final de abril com 300 empregados trabalhando no canteiro de obras e espera receber os demais projetos para dar andamento à obra. O Conselho de Administração, após esses relatos, informou que haverá reuniões mais freqüentes no Canteiro de Obras, e solicitou aos empreiteiros o maior empenho possível

para que não haja atraso na entrega da obra. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quarto item de pauta: **4. Relato - Adequação Ambiental da UPME**; retirado de pauta a pedido do Diretor Técnico. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quinto item de pauta: **5. Relato – Contrato da Alston, referente ao Retrofit da Fase B**; passando a palavra ao Diretor Schnor. Este informou que, dando prosseguimento ao Plano de Recuperação das Unidades 3 e 4 da Fase B, aprovado na 125ª Reunião deste Conselho, a Alston apresentou proposta de avaliação técnica da planta da Fase B visando apresentar soluções e orçamento preliminar capaz de permitir a CGTEE definir as ações futuras na busca de recuperação da performance e extensão de vida útil destas unidades. O custo proposto pela ALSTOM para execução deste trabalho é de 180 mil euros. O Conselho de Administração aprovou, mas solicitou apresentar na próxima reunião ordinária o detalhamento da proposta. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do sexto item de pauta: **6. Avaliação Técnico-Operacional da UPME**; passando novamente a palavra ao Diretor Schnor. Com a palavra, o Diretor Schnor informou que estão presentes os Técnicos Chefes de Setores da UPME, conforme solicitado por este Conselho na reunião passada. A seguir, o Diretor Schnor e os Técnicos apresentaram uma análise técnica operacional das Unidades das Fases A e B. A pós, o Diretor Schnor passou a palavra para o Chefe do Departamento de Produção de Candiota, Antonio Siqueira. Este apresentou um histórico das unidades, informando alguns problemas que contribuíram para a redução da disponibilidade das Unidades A e B da UPME. O Conselho de Administração, após discutidas todas as questões, fez as seguintes solicitações: **a.** um diagnóstico preciso para a recuperação das Fases A e B, estabelecendo um plano de longo prazo. **b.** Apresentar o quantitativo e o custo para contratar o pessoal para a execução dos serviços “Substituição Emergencial de Trecho da Parede Espiral da Caldeira”; **c.** Relatório do investimento feito nas Fases A e B, de 2003 até a presente data; **d.** Apresentar um estudo com projeção para os próximos 10 anos, demonstrando a energia contratada e as descontratações. Solicitou, também, a criação urgente de um Grupo de Trabalho, com participação da Eletrobrás, para elaborar um plano que resolva o problema dos Contratos existentes. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do sétimo item de pauta: **7. Assuntos Gerais**: colocando a palavra a disposição, nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes, e por mim, Rosemari Nunes da Silva, Secretária Geral, que a lavrei. Porto Alegre 04 de abril de 2008.

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente do Conselho de Administração

Sereno Chaise

Ronaldo Schuck

Guilherme Pereira Baggio

Ricardo Spanier Homrich

Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral

ATA DA 130ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE

**NIRE 43300036120
CNPJ 02.016.507/0001-69**

Aos vinte e oito dias do mês de abril de 2008, às 10 horas, na sede da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, situada na Rua 7 de Setembro, 539 – 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre/RS, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, de conformidade com o artigo 13 (treze) do Estatuto Social da Companhia, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. **VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA**, e os Conselheiros **SERENO CHAISE, RONALDO SCHUCK, GUILHERME PEREIRA BAGGIO, RICARDO SPANIER HOMRICH e CRISTIAN WILLIAM DE SOUSA CUNHA**. Presentes, ainda, como convidados, os Diretores da Companhia, Luiz Henrique de Freitas Schnor, Clovis Ilgenfritz da Silva e Eduardo Antonio Peters, o Auditor Anselmino Spessato, a Coordenadora Jurídica Vaneila Muller e o Assessor da Diretoria de Engenharia da Eletrobrás Mario Antonio Calliari Grazziotin. Confirmado o *quorum*, a reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho, que agradeceu a presença de todos passando a palavra à Secretária Geral, Rosemari Nunes da Silva, para fazer a leitura da Ordem do Dia: **1. Aprovação das Atas das 127ª e 128ª reuniões do Conselho de Administração; 2. Posse dos Conselheiros de Administração eleitos na 11ª AGO, realizada nesta data; 3. Eleição e Posse da Diretoria Executiva da CGTEE; 4. Assuntos Gerais: a. Aprovação do Relatório de Responsabilidade Socioambiental – Exercício 2007.** Tomando a palavra, o Presidente do Conselho passou ao exame do primeiro item de pauta: **1. Aprovação das Atas das 127ª e 128ª reuniões do Conselho de Administração:** Aprovadas. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do segundo item de pauta: **2. Posse dos Conselheiros de Administração eleitos na 11ª AGO, realizada nesta data:** Tomaram posse como membros efetivos, para compor o Conselho de Administração da Companhia, reeleitos em Assembléia Geral Ordinária, realizada nesta mesma data, para um mandato de três anos, a findar-se na 14ª Assembléia Geral, que se realizará ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social do ano de 2010, podendo ser reeleitos, de acordo com o que prescrevem o artigo 12 do Estatuto Social da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, e o artigo 140, inciso III, da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, os seguintes Conselheiros: Presidente do Conselho **VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA**, brasileiro, casado, engenheiro, Carteira de Identidade nº 1030267569-SSP/RS, CPF nº 140678380-34, residente e domiciliado na Rua Araponga, nº 6, Porto Alegre-RS; Conselheiros: **SERENO CHAISE**, brasileiro, casado, advogado, Carteira de Identidade nº 3015187267-SJS/RS, CPF nº 055142230-00, residente e domiciliado na Rua Cabral, 1289, apto 901, Bela Vista, Porto Alegre-RS; **RONALDO SCHUCK**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, Carteira de Identidade nº 4001657099-SJS/RS, CPF nº 172125450-15, residente e domiciliado na Lake Side Hotel Residence – SHTN Trecho, nº 1, aptº 435, Lote 2 BL 6, Brasília-DF; **GUILHERME PEREIRA BAGGIO**, brasileiro, casado, advogado, Carteira de Identidade nº 8029002618-SSP/RS, CPF nº 747659570-04, residente e domiciliado na SQS W 306, Bloco B, Apto 211 – Sudoeste, Brasília-DF; **RICARDO SPANIER HOMRICH**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, Carteira de identidade nº 9000454984 - SSP/RS, CPF nº 291899260-72, residente e domiciliado na rua Felicíssimo de Azevedo, 1479, apt. 501 – Bairro Auxiliadora, Porto Alegre – RS; e eleito **CRISTIAN WILLIAM DE SOUSA CUNHA**, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, brasileiro, solteiro, Bacharel em Ciências Políticas, Carteira de Identidade nº 1434155-SSP/DF, CPF nº 634939771-15, residente e domiciliado na Quadra 203, lote 9, aptº 504/B, Brasília/DF. A seguir, o presidente do Conselho propôs o exame do terceiro item de pauta: **3. Eleição e Posse da Diretoria**

Executiva da CGTEE: Foram reeleitos e empossados para compor a Diretoria Executiva da Companhia, de acordo com o que prescrevem o artigo 17 do Estatuto Social da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica e o artigo 149 da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, para Diretor Presidente, **SERENO CHAISE**, brasileiro, casado, advogado, Carteira de Identidade nº 3015187267-SJS/RS, CPF nº 055142230-00, residente e domiciliado na Rua Cabral, 1289, apto 901, Bela Vista, Porto Alegre-RS; para Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado **CLOVIS ILGENFRITZ DA SILVA**, brasileiro, separado, Arquiteto, Carteira de Identidade nº 2007967488, CPF nº 002495480-20, residente e domiciliado no Acesso das Figueiras, casa 108, Jardim Medianeira, Alto Teresópolis, Porto Alegre-RS; para Diretor Administrativo, **EDUARDO ANTONIO PETERS**, brasileiro, separado, administrador, Carteira de Identidade nº 4020962348 SSP/RS, CPF nº 406611130-00, residente e domiciliado na Rua Silvio Sanson, 61, Sarandi, Porto Alegre - RS, e para Diretor Técnico e de Meio Ambiente, o Senhor **LUIZ HENRIQUE DE FREITAS SCHNOR**, brasileiro, viúvo, Engenheiro Mecânico, Carteira de Identidade nº 1017600031 SSP/RS, CPF nº 303633570-68, residente e domiciliado na Rua João Teles, 68, aptº 301 – Bairro Bom Fim, Porto Alegre – RS. Os Diretores ora reeleitos exercerão o mandato de três anos, a findar-se na 14ª Assembléia Geral Ordinária em 2011, podendo ser reeleitos, e devendo exercer suas funções até a data de posse dos respectivos sucessores, conforme disposto no Art. 17 do Estatuto Social da Companhia. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quarto item de pauta: **4. Assuntos Gerais: a. Aprovação do Relatório de Responsabilidade Socioambiental/Exercício 2007:** O Conselho de Administração, após análise, aprovou o Relatório Socioambiental da CGTEE, exercício de 2007. Foi entregue aos Conselheiros Relatório “Registros de Atividade em Andamento – Fase C da UTE Presidente Médici 350 MW”, para conhecimento. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes, e por mim, Rosemari Nunes da Silva, Secretária Geral, que a lavrei. Porto Alegre 28 de abril de 2008.

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente do Conselho de Administração

Sereno Chaise

Ronaldo Schuck

Guilherme Pereira Baggio

Ricardo Spanier Homrich

Cristian William de Sousa Cunha

Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral

ATA DA 131ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE

**NIRE 43300036120
CNPJ 02.016.507/0001-69**

Aos nove dias do mês de junho de 2008, às 9 horas, na sede da Companhia de Geração

Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, situada na Rua 7 de Setembro, 539 – 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre/RS, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, de conformidade com o artigo 13 (treze) do Estatuto Social da Companhia, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA, e os Conselheiros **SERENO CHAISE, RONALDO SCHUCK e RICARDO SPANIER HOMRICH**. Presentes, ainda, como convidados, os Diretores da Companhia, Luiz Henrique de Freitas Schnor, Clovis Ilgenfritz da Silva e Eduardo Antonio Peters, o Auditor Anselmino Spessato, a Coordenadora Jurídica Vaneila Muller e o Assessor da Diretoria de Engenharia da Eletrobrás Sidney do Lago Junior. Confirmado o *quorum*, a reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho, que agradeceu a presença de todos informando que os Conselheiros Guilherme Pereira Baggio e Cristian William de Sousa Cunha, por problemas de atraso de vôo, não conseguiram chegar a tempo para participar da reunião. Após passou a palavra à Secretária Geral, Rosemari Nunes da Silva, para fazer a leitura da Ordem do Dia: 1. **Aprovação das Atas das 129ª e 130ª reuniões do Conselho de Administração;** 2. **Apresentação do andamento do cronograma do empreendimento da Usina de Candiota, Fase C;** 3. **RES-124/2008 – Revisão do Programa de Dispêndio Global – PDG e Orçamento de Investimento – OI – 2008 aprovado pela Eletrobrás – para conhecimento;** 4. **RES-132/2008 – Ratificar a proposta de Orçamento Quadrienal 2009-2012 da Companhia, conforme Fax Eletrobrás nº DF-370-C/2008;** 5. **Carta Eletrobrás nº CTA DA-4104/08-Circular - de 06 de maio de 2008 e Memorando CGTEE - DA-032/2008 – aprovar a remuneração mensal dos Dirigentes;** 6. **Carta Eletrobrás nº CTA-PR-4676-2008-Circular – Novas Diretrizes de Gestão Empresarial estabelecidas pelo MME para as empresas do Sistema Eletrobrás, para conhecimento;** 7. **Ofício nº 525/2008-SCG/ANEEL, de 23 de maio de 2008 – 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 067/2000;** 8. **Relato da situação da Usina de São Jerônimo;** 9. **Relatório de Auditoria nº 014/2007 – Almoxarifado/Carvão, para conhecimento;** 10. **Assuntos Gerais:** a. **Memorando PRJ-122/2008 – Ação Declaratória cumulada com Condenatória de autoria da CEEE contra a CGTEE, para conhecimento;** b. **Memorando PRJ 130/2008 – Pedido do Acionista Minoritário para participar no Conselho Fiscal e no Conselho de Administração da CGTEE, apresentado na 11ª AGO/2008, para conhecimento.** Tomando a palavra, o Presidente do Conselho passou ao exame do primeiro item de pauta: 1. **Aprovação das Atas das 129ª e 130ª reuniões do Conselho de Administração:** Aprovadas. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do segundo item de pauta: 2. **Apresentação do andamento do cronograma do empreendimento da Usina de Candiota, Fase C;** passando a palavra ao Engº Hermes Ceratti Marques para apresentar o assunto. Com a palavra, o Engenheiro Hermes apresentou a realização física do EPC através das curvas "S" de acompanhamento, informando que o atraso do empreendimento, configurado em 31/05/2008, corresponde a três meses. Após fez um relato das dificuldades existentes, quais sejam: problemas pontuais no processo de "tropicalização" do Projeto Civil; morosidade na mobilização do Empreiteiro Civil, cujo efetivo ainda é insuficiente por falta de pessoal qualificado; e deficiência gerencial. Foi mencionado também que a CITIC está com dificuldade de concluir a negociação da contratação da montagem da Caldeira, que deverá ser iniciada no final de julho/2008. Informou, também, quanto às reduções de impostos obtidas até o momento, sendo que referente à desoneração de ICMS, obteve-se em torno de R\$ 30 milhões e, quanto aos impostos federais, através do regime especial "Ex-tarifário", por não existência de fabricação nacional para os equipamentos Gerador Elétrico, Turbina, Ventiladores de Ar Forçado e da Torre de Resfriamento, foi obtido em torno de R\$14 milhões. Continuam as tratativas com a ABIMAQ e MDIC, referentes à Caldeira, Sistema de Tratamento de Gases e outros equipamentos de menor valor, que representam uma possibilidade de redução em torno de R\$17 milhões, sendo que a ABIMAQ resiste no reconhecimento de inexistência de fabricação no Brasil, e o MDIC não tem manifestado aptidão para decidir em caso de ocorrência de impasse entre empreendedor e Associações de Fabricantes. Relatou o problema que está

ocorrendo com relação à Conexão da Fase C à Rede Básica de Transmissão, que pode ser acompanhado pela cronologia nas tratativas a seguir elencados: (i) Em 02.06.2006 a CGTEE enviou ao ONS carta contendo a Solicitação de Acesso – CT/PR-058/06; (ii) Em 05.03.2007 foi realizada reunião entre a CGTEE e CEEE (ata UGP/Engenharia 001/2007), referente à conexão da Fase C à Rede Básica; (iii) Em 13.03.2007 foi realizada reunião da CGTEE com a CEEE (ata UGP/Engenharia 002/2007), como continuação da reunião anterior; (iv) Em 14.03.2007 a CGTEE enviou e-mail para a CEEE, encaminhando o projeto básico dos dois “bays” da conexão e cópia da carta enviada ao ONS contendo a Solicitação de Acesso – CT/PR-058/06; (v) Em 19.03.2007 a CGTEE enviou a carta CT/DT-040/2007, à ANEEL solicitando posicionamento a respeito das adequações na Subestação P. Médici, constantes do relatório EPE de nº EPE-DEE-RE-133/2006, de 31.10.06;6; (vi) Em agosto de 2007 a ANEEL Publica o Edital da LT Santa Cruz 1; (vii) Em 11.04.2008 a CGTEE envia a carta CT/DT-027/2008, à CEEE relatando as tratativas anteriores e encaminhando o projeto executivo chinês de conexão, para pré-aprovação; (viii) Em 23.04.2008 a CGTEE é surpreendida ao receber a carta da CEEE GAB.DIR-JFPB/072-2008, na qual é informada que um dos dois “bays” disponíveis na Subestação será ocupado pela Linha Santa Cruz 1, da ELETROSUL, sendo necessária a construção de um novo “bay” e extensão do barramento pela CGTEE para a conexão da Fase C, uma vez que a CEEE sabia e acompanhou sempre o processo de conexão pretendido pela CGTEE para a Fase C, mas nunca havia informado qualquer destino previsto para um dos “bays” da Subestação. Na tentativa de encontrar solução, a CGTEE adotou os seguintes procedimentos: (i) Contatou a ELETROSUL, construtora da Linha Santa Cruz 1, que confirmou ter considerado a conexão da LT em um dos dois “bays” hoje disponíveis na Subestação, conforme previa o edital de licitação publicado pela ANEEL em 07/11/2007; (ii) Realizou com a ELETROSUL encontro técnico no dia 04/06/08, em Candiota, para avaliação do problema e identificação de possíveis soluções, sendo que a CEEE foi convidada e não compareceu; (iii) Pactuou com a ELETROBRÁS um próximo encontro, para definir alternativas técnicas possíveis e suas consequências, os quais serão apresentados à ANEEL e ONS. Adicionalmente, o engenheiro Hermes fez breve relato sobre as inspeções do MME (equipe de acompanhamento do PAC), realizada em 08/05/2008: do MPF/Bagé (inspeção nos equipamentos já fabricados), realizada em 14/05/2008, da CGU (inspeção anual), que está em andamento, e do TCU (inspeção anual), também em andamento, cuja visita a Obra ocorreu nos dias 03 e 04/06/2008. A seguir, o presidente do Conselho propôs o exame do terceiro item de pauta: **3. RES-124/2008 – Revisão do Programa de Dispêndio Global – PDG e Orçamento de Investimento – OI – 2008 aprovado pela Eletrobrás – para conhecimento.** Passando a palavra ao Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado Clovis Ilgenfritz da Silva para apresentar o assunto. Com a palavra, o Diretor Clovis deu conhecimento aos Conselheiros dos limites de realização da Revisão do PDG e OI para o ano de 2008, revisão esta a nível global da Companhia, já aprovada pela Eletrobrás. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quarto item de pauta: **4. RES-132/2008 – Ratificar a proposta de Orçamento Quadrienal 2009-2012 da Companhia, conforme Fax Eletrobrás nº DF-370-C/2008:** passando novamente a palavra ao Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado Clovis Ilgenfritz da Silva para apresentar o assunto. Este relatou que a Diretoria Executiva através da Resolução nº 132/2008 aprovou “ad referendum” ao Conselho de Administração a Previsão do PDG e OI, quadriênio 2009-2012, e posterior encaminhamento à Eletrobrás, impreterivelmente até o dia 02 de junho/2008, prazo este estabelecido pela Holding, para o qual solicita ao Conselho ratificação. **DELIBERAÇÃO:** O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, no uso de suas atribuições, baseado na documentação recebida e fundamentado na exposição verbal do relator, **RATIFICOU** a Resolução acima descrita. Tomando a palavra, o Presidente do Conselho solicitou ao Diretor Schnor um breve relato da situação das Unidades A e B, após a contratação das empresas especializadas. O Diretor Schnor fez o seguinte relato: Fases A - Turbina - os técnicos

da Ansaldo fizeram as inspeções, estando no aguardo do relatório final e já apresentaram uma proposta de trabalho, a qual está em fase de análise. Fase B – Caldeira – 12 técnicos da Alstom que estiveram por aproximadamente 10 dias fazendo principalmente a avaliação da caldeira apresentaram o relatório em 05 de junho/06, mas sem o orçamento estimado. O Conselho solicitou para a próxima reunião, apresentação de quatro cenários da situação real de recuperação das Usinas. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quinto item de pauta: **5. Carta Eletrobrás nº CTA DA-4104/08-Circular - de 06 de maio de 2008 e Memorando CGTEE - DA-032/2008 – aprovar a remuneração mensal dos Dirigentes.** O Presidente do Conselho informou ter recebido da Eletrobrás a carta acima referida com as orientações para efetuar a distribuição individual dos valores destinados ao pagamento dos honorários mensais dos membros da Diretoria Executiva da CGTEE, conforme determinado na 11ª Assembléia Geral de Acionistas ocorrida em 28 de abril do corrente ano. **DELIBERAÇÃO:** O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, no uso de suas atribuições, baseado na documentação recebida e fundamentado na exposição verbal do relator, **APROVOU** a Remuneração dos Dirigentes nos termos da carta acima citada. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do sexto item de pauta: **6. Carta Eletrobrás nº CTA-PR-4676-2008-Circular – Novas Diretrizes de Gestão Empresarial estabelecidas pelo MME para as empresas do Sistema Eletrobrás, para conhecimento.** O Presidente do Conselho informou que recebera da Presidência da Eletrobrás ofício CTA-PR-4676-2008-Circular, que trata das novas diretrizes de gestão empresarial estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia às empresas do Grupo Eletrobrás, o qual dá conhecimento a este Conselho, conforme determinado no referido ofício. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do sétimo item de pauta: **7. Oficio nº 525/2008-SCG/ANEEL, de 23 de maio de 2008 – 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 067/2000:** passando a palavra ao Assessor Jurídico da UGP da Fase C, Delcio Moretti, para apresentar o assunto. Este informou que o assunto já fora apresentado neste Conselho em agosto de 2006, quando a ANEEL, por meio do Ofício nº 186/2008-SCG/ANEEL, convocou os representantes da CGTEE e da Controladora para assinatura do Aditamento, não tendo sido deliberado porque o Aditamento, que contempla também a Fase C, mantém termo final da concessão para 2015, não abrangendo, portanto, todo o período de vigência dos CCEARs relativos à Fase C. Nessa reunião, o Conselho determinou que fossem enviadas cartas ao MME, solicitando uma solução para o caso, e à ANEEL, informando sobre o encaminhamento ao MME e solicitando o retardamento da celebração do Aditivo até decisão final do Ministério sobre o assunto. Ambas as cartas foram encaminhas, mas a ANEEL, através do Ofício nº 525/2008, novamente está convocando os representantes da CGTEE e do acionista controlador para assinatura do Termo Aditivo, num prazo máximo de 15 dias, salientando que o descumprimento pode ensejar em aplicação de penalidades à CGTEE, inclusive a caducidade da concessão. O Conselho de Administração determinou novo encaminhamento de cartas à ANEEL e ao MME, com cópia para o Presidente da Eletrobrás e para o Presidente do Conselho de Administração da CGTEE, ratificando sobre a necessidade de se buscar uma solução para o caso, pois a CGTEE não se conforma em firmar tal Aditivo que deixa a Fase C, que está em construção, e cujos CCEARs têm vigência de 01/01/2010 a 31/12/2024, com um prazo de concessão que termina em 2015. Determinou, ainda, que fossem feitos contatos com o MME buscando o agendamento de reuniões imediatas para tratar do assunto. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do oitavo item de pauta: **8. Relato da situação da Usina de São Jerônimo.** Assunto retirado de pauta. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do nono item de pauta: **9. Relatório de Auditoria nº 014/2007 – Almoxarifado/Carvão, para conhecimento.** Os Conselheiros receberam o Relatório de Auditoria nº 14/2007 para conhecimento. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do décimo item de pauta: **10. Assuntos Gerais: a. Memorando PRJ-122/2008 – Ação Declaratória cumulada com Condenatória de autoria da CEEE contra a CGTEE, para conhecimento.** A

Assessora Jurídica Vaneila deu conhecimento aos Conselheiros da situação em que se encontra a Ação Judicial nº 001/1.07.0056529-2 que trata da Ação Declaratória cumulada com Condenatória de autoria da CEEE contra a CGTEE. Os Conselheiros solicitaram para a próxima reunião apresentação de toda a documentação referente à ação acima citada.

b. Memorando PRJ 130/2008 – Pedido do Acionista Minoritário para participar no Conselho Fiscal e no Conselho de Administração da CGTEE, apresentado na 11ª AGO/2008, para conhecimento.

Continuando, a Assessora Jurídica Vaneila informou que foi encaminhado à Assessoria Jurídica para análise e manifestação, os requerimentos do acionista minoritário Sr. Antônio Carlos da Silva Estevão, entregues na 11ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2008, solicitando participação no Conselho de Administração e reiterando a solicitação feita na 10ª Assembléia Geral Ordinária de 2007, de participação no Conselho Fiscal. Após análise desses documentos, a Drª Vaneila relata, para conhecimento do Conselho, o posicionamento da Assessoria Jurídica:

(i) Participação no Conselho de Administração: o Estatuto Social da CGTEE prevê em seu artigo 12, Parágrafo 1º – “*Comporão o Conselho de Administração: um membro indicado pelo Ministro de Estado do Orçamento e Gestão; o Diretor-Presidente da Companhia que é membro nato do Conselho; quatro membros indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, dentre os quais um será indicado como Presidente do Conselho.*”

(ii) Participação no Conselho Fiscal: a matéria encontra-se *sub judice*, aguardando julgamento do seu recurso interposto junto à 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes, e por mim, Rosemari Nunes da Silva, Secretária Geral, que a lavrei. Porto Alegre 09 de junho de 2008.

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente do Conselho de Administração

Sereno Chaise

Ronaldo Schuck

Ricardo Spanier Homrich

Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral

ATA DA 132ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE

**NIRE 43300036120
CNPJ 02.016.507/0001-69**

Aos onze dias do mês de julho de 2008, às 13:30 horas, na sede da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, situada na Rua 7 de Setembro, 539 – 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre/RS, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, de conformidade com o artigo 13 (treze) do Estatuto Social da Companhia, sob a Presidência do Excelentíssimo **Sr. SERENO CHAISE**, conforme art. 12, inciso 2º, do Estatuto, e os Conselheiros **RONALDO SCHUCK, RICARDO SPANIER HOMRICH**

e CRISTIAN WILLIAM DE SOUSA CUNHA. Presentes, ainda, como convidados, os Diretores da Companhia, Clovis Ilgenfritz da Silva e Eduardo Antonio Peters, o Auditor Anselmino Spessato, a Coordenadora Jurídica Vaneila Muller e o Assessor da Diretoria de Engenharia da Eletrobrás Mario Antonio Calliari Grazziotin. Confirmado o *quorum*, a reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho, que agradeceu a presença de todos, comunicando que o Presidente do Conselho Sr. Valter Luiz Cardeal de Souza, não poderá comparecer à reunião, em virtude de reuniões do Conselho de Administração da Eletrosul e Furnas no Rio de Janeiro e o Conselheiro Guilherme Pereira Baggio, por motivos particulares, Justificativas aceitas pelos Conselheiros presentes. A seguir passou a palavra à Secretária Geral, Rosemari Nunes da Silva, para fazer a leitura da Ordem do Dia: **1. Manifestar-se sobre alteração Estatutária, e encaminhar a AGE para aprovação; 2. Assuntos Gerais.** Tomando a palavra, o Presidente do Conselho em exercício propôs o exame do primeiro item de pauta; **1. Manifestar-se sobre alteração Estatutária, e encaminhar a AGE para aprovação;** passando a palavra a representante do Acionista Majoritário Eletrobrás, Sra. Anne Margarita Cunha Baptista, para apresentar o assunto. Com a palavra, a Dra. Anne apresentou a proposta de modificação do Estatuto, nos seguintes dispositivos: *Capítulo I, DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO, Art. 4º, nova redação alínea "d" - Capítulo II, DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES, Art. 5º, inclusão do parágrafo 6º, Capítulo III, DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA, Seção II, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (Atribuições), art.15, parágrafo 1º, nova redação dos incisos I, II, X, XXVI, inclusão do inciso XVIII, inclusão do parágrafo 3º, Seção III, DA DIRETORIA EXECUTIVA (Atribuições), art. 20, inclusão das alíneas "aa" e "bb".* O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, no uso de suas atribuições, baseado na documentação recebida e fundamentado na exposição verbal do relator, manifesta-se pela aprovação do Estatuto Social da Companhia, e submete a matéria a Assembléia Geral, em conformidade com o Artigo 15, parágrafo 1º, inciso XXIII do referido Estatuto. A seguir o Presidente do Conselho em exercício propôs o exame do segundo item de pauta; **2. Assuntos Gerais;** Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes, e por mim, Rosemari Nunes da Silva, Secretária Geral, que a lavrei. Porto Alegre 09 de junho de 2008.

Sereno Chaise
Presidente do Conselho de Administração em exercício

Ronaldo Schuck

Ricardo Spanier Homrich

Cristian William de Sousa Cunha

Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral

ATA DA 133^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE

**NIRE 43300036120
CNPJ 02.016.507/0001-69**

Aos onze dias do mês de julho de 2008, às 18 horas, na sede da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, situada na Rua 7 de Setembro, 539 – 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre/RS, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, de conformidade com o artigo 13 (treze) do Estatuto Social da Companhia, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA, e os Conselheiros **SERENO CHAISE, RONALDO SCHUCK, GUILHERME PEREIRA BAGGIO, RICARDO SPANIER HOMRICH e CRISTIAN WILLIAM DE SOUSA CUNHA**. Presentes, ainda, como convidados, os Diretores da Companhia Clovis Ilgenfritz da Silva e Eduardo Antonio Peters, o Auditor Anselmino Spessato, a Assessora Jurídica Vaneila Muller e o Assessor da Diretoria de Engenharia da Eletrobrás Mario Antonio Calliari Grazziotin. Confirmado o *quorum*, a reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho, que agradeceu a presença de todos, passando a palavra à Secretária Geral, Rosemari Nunes da Silva, para fazer a leitura da Ordem do Dia: **1. Aprovação da Ata da 131^a Reunião do Conselho de Administração; 2. Apresentação do andamento do cronograma do empreendimento da Usina de Candiota III; 3. RES-157/2008 - Autorização para celebração do Quinto Termo Aditivo ao Contrato CGTEE/DTPJ/057/2004, firmado entre a CGTEE e a CRM, para o suprimento de carvão mineral e a prestação de serviços de transporte de carvão e remoção de cinzas na DTPJ, localizada no município de São Jerônimo – RS. El nº CC03101756, para deliberação; 4. RES-167/2008 - Aprovação da Assinatura do Acordo de Ressarcimento de Custos de suprimento de Energia Termoelétrica e Contrato de Liquidação Financeira e Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações para Exportação a Argentina em 2008 que entre si celebraram a CGTEE e o Comercializador CIEN e Demais Geradores - Processo Administrativo nº CGTEE/SEDE/0705/2008 de 17/06/08, para conhecimento; 5. RES-168/2008 - Autorização para assinatura do acordo do ressarcimento dos custos de geração entre a CGTEE e o Agente Comercializador de Energia Elétrica TRADENER Ltda, referente a exportação de energia ao Uruguai em 2008, para conhecimento; 6. RES-170/2008 – Autorização para celebração do Quinto Termo Aditivo ao CONTRATO DE EPC (Engineering, Procurement and Construction Contract) da Fase C, a ser firmado entre a CGTEE e a CITIC International Contracting Inc, com a interveniência da CITIC Construction Co. Ltd., bem como autorizar modificações e contratações (PAROs) sob o Contrato de EPC. PROCESSO ADMINISTRATIVO CGTEE/SEDE/1805/2005, para deliberação; 7. Assuntos Gerais: a. Relatório de Auditoria nº 001/2008 – Formalização e execução de Convênios, para conhecimento.** Tomando a palavra, o Presidente do Conselho passou ao exame do primeiro item de pauta: **1. Aprovação da Ata da 131^a Reunião do Conselho de Administração;** aprovada. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do segundo item de pauta: **2. Apresentação do andamento do Cronograma do empreendimento da Usina de Candiota, Candiota III;** passando a palavra ao Engenheiro Hermes Ceratti Marques para apresentar o assunto. Com a palavra, o Engenheiro Hermes apresentou as diversas curvas "S", referentes ao andamento da realização do Contrato de EPC, para a situação do dia 30/06/2008, que resultam numa realização física de 38,64%, contra um previsto de 47,22%. Após esclarecimentos, o Engº Hermes informou que o atraso existente na realização resulta em um atraso efetivo

da ordem de 3,5 meses, mas a CGTEE realizou e vem realizando reuniões com o CITIC e com o Consórcio Sul Energia, visando obter alteração no ritmo da obra. Dentre as solicitações feitas, fruto de observações de andamento dos serviços até o momento, destacam-se a troca de responsáveis pela produção e gerenciamento da obra civil, acréscimo de pessoal e equipamentos qualificados, incremento de subcontratados como forma de iniciar frentes novas de trabalho, ampliação da execução de serviços em áreas já iniciadas e imediato início de atividades em áreas como, por exemplo, torre de resfriamento e sistema de água de circulação. Informou, ainda, que os recursos do financiamento captado através da ELETROBRÁS estão sendo utilizados para pagamento das faturas da CITIC. Mencionou também que a CGTEE tem requerido insistente junto à CITIC a conclusão das negociações e contratação do subcontratado que fará a montagem da Caldeira, porém dificuldades quanto ao preço dos serviços ofertados têm sido alegadas pela CITIC como justificativa para ainda não ter sido efetivada a contratação, prevendo contratar a montagem de Caldeira ainda em julho, continuando logo após, as negociações para a contratação dos demais serviços de montagem. Informou, ainda, que a CGTEE recebeu três cartas da CITIC requerendo os pagamentos atrasados, parte das quais já foram respondidas, e que estarão totalmente respondidas pela CGTEE na próxima segunda-feira (14/07/2008), cujo teor remete a responsabilidade do atraso à demora das autoridades e instituições chinesas na aprovação e liberação dos créditos, visto que os Acordos assinados, entre os quais, o que viabilizou o financiamento, fazem parte do Contrato de EPC. Sobre a Redução de Tributos nas Importações, informou que a CGTEE já conseguiu redução de ICMS em torno de R\$ 30 milhões em função da não existência de fabricação no RS, e através do Regime especial "Ex-tarifário", uma redução da ordem de R\$ 14 milhões, estando ainda em discussão com a ABIMAQ e MDIC sistemas e equipamentos que representam a possibilidade de obter redução da ordem R\$ 17 milhões, sendo que terá uma reunião no dia 16 de julho de 2008, no MDIC, para tratar do assunto. Após, fez um relato das inspeções realizadas pelo IBAMA e TCU. Especificamente quanto à inspeção do TCU, que foi concluída em 04 de julho de 2008, ficou evidente pelos auditores a preocupação com o possível atraso na conclusão das obras e com possíveis reflexos decorrentes do atraso nos pagamentos à CITIC. Deverão sugerir a exclusão dos preços a serem pagos no Brasil do valor correspondente à extinta CPMF. Quanto à inspeção do IBAMA, realizada nos dias 24 a 26 de junho de 2008 mencionou que os inspetores consideraram boas as condições da obra, tendo apresentado pequenas sugestões sobre drenagem superficial e garantia de abastecimento de água ao Canteiro de Obras. Encerrando, o Engº Hermes informou quanto as tratativas sobre a Conexão da Usina Candiota III à Rede Básica de Transmissão, que visam obter solução técnica a ser apresentada à ANEEL e ONS, que compatibilize a conexão também da LT Santa Cruz 1, na SE P. Médici:(i) CGTEE e ELETROSUL realizaram reunião técnica no dia 04 de junho de 2008, em Candiota, para avaliar o problema e identificar possível solução, sendo que a CEEE foi convidada mas não compareceu; (ii) Em 30 de junho de 2008, a CGTEE requereu à ANEEL (SCT) realização de reunião técnica com a participação da ELETROSUL, ONS-SUL e CEEE para discussão das alternativas e busca de solução. A CGTEE, até a presente data, ainda não recebeu nenhuma resposta da ANEEL. O Conselho de Administração solicitou cópia do pedido feito pela CGTEE do Acesso à Rede Básica ao ONS. Após, o Engº Hermes passou a palavra ao Engº Linhares, para fazer um relato da viagem técnica à China, realizada durante o mês de maio/2008. Com a palavra, o Engº Linhares apresentou o Relatório de Acompanhamento dos Ensaios realizados na China, referente aos principais equipamentos da Usina de Candiota III. Informou que o objetivo da visita técnica foi o de acompanhar os principais ensaios em equipamentos da Usina de Candiota III; verificar a qualidade formal e o status de elaboração dos documentos do projeto que serão entregues a CGTEE; esclarecer pontos importantes da documentação a ser entregue pelos fabricantes e efetuar registro fotográfico dos equipamentos já e/ou em processo de fabricação e das dependências das fábricas (quando autorizado). A equipe foi composta por dois engenheiros da CGTEE, um da Eletrobrás e dois da

Unidade de Apoio Técnico da UGP, e foi realizada no período de 05 a 26 de maio de 2008. Após, o Engº Linhares passou às mãos dos Conselheiros cópia do Relatório antes referido. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do terceiro item de pauta: **3. RES-157/2008- Autorização para celebração do Quinto Termo Aditivo ao Contrato CGTEE/DTPJ/057/2004, firmado entre a CGTEE e a CRM, para o suprimento de carvão mineral e a prestação de serviços de transporte de carvão e remoção de cinzas na DTPJ, localizada no município de São Jerônimo – RS. EI nº CC03101756, para deliberação;** passando a palavra ao Conselheiro Sereno Chaise para apresentar o assunto. Este informou tratar-se da prorrogação por mais 10 meses, com reajuste de preços, do Contrato que a Companhia possui com a Companhia Riograndense de Mineração – CRM, para o suprimento de carvão e remoção de cinzas na Unidade de São Jerônimo, para o qual a Diretoria Executiva solicita autorização do Conselho, em conformidade com o Parecer Jurídico nº PRJ-180/2008 de 24.06.08.

DELIBERAÇÃO: O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, no uso de suas atribuições, baseado na documentação recebida e fundamentado na exposição verbal do relator **AUTORIZOU** a celebração do quinto Termo Aditivo do Contrato acima referido. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quarto item de pauta: **4. RES-167/2008 - Aprovação da Assinatura do Acordo de Ressarcimento de Custos de suprimento de Energia Termoelétrica e Contrato de Liquidação Financeira e Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações para Exportação a Argentina em 2008 que entre si celebram a CGTEE e o Comercializador CIEN e Demais Geradores - Processo Administrativo nº CGTEE/SEDE/0705/2008 de 17/06/08, para conhecimento;** passando novamente a palavra ao Conselheiro Sereno Chaise para apresentar o assunto. Com a palavra, o Conselheiro Sereno informou que a Diretoria Executiva assinou, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, o Acordo de Ressarcimento de Custos de Suprimentos de Energia Termoelétrica, celebrado entre a CGTEE e a Comercializadora Companhia Interconexão Energética – CIEN e demais geradores, referente à exportação de energia à Argentina, via conversora de Garabi, em caráter excepcional e interruptível, no período entre maio a agosto de 2008, o qual a Diretoria Executiva traz para conhecimento do Conselho, conforme parecer Jurídico nº PRJ-194/2008. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quinto item de pauta: **5. RES-168/2008 - Autorização para assinatura do acordo do ressarcimento dos custos de geração entre a CGTEE e o Agente Comercializador de Energia Elétrica TRADENER Ltda, referente a exportação de energia ao Uruguai em 2008, para conhecimento;** continuando com a palavra, o Conselheiro Sereno informou que a Diretoria Executiva assinou, também, o acordo de ressarcimento dos custos de geração entre a CGTEE e o Agente Comercializador de Energia Elétrica TRADENER Ltda, referente à exportação de energia ao Uruguai em 2008, via conversora de Rivera, em caráter excepcional e interruptível, no período entre janeiro a dezembro de 2008, o qual a Diretoria Executiva traz para conhecimento do Conselho, conforme parecer Jurídico nº PRJ-193/2008. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do sexto item de pauta: **6. RES-170/2008 – Autorização para celebração do Quinto Termo Aditivo ao CONTRATO DE EPC (Engineering, Procurement and Construction Contract) da Fase C, a ser firmado entre a CGTEE e a CITIC International Contracting Inc, com a interveniência da CITIC Construction Co. Ltd., bem como autorizar modificações e contratações (PAROs) sob o Contrato de EPC. PROCESSO ADMINISTRATIVO CGTEE/SEDE/1805/2005, para deliberação;** passando a palavra ao Assessor Jurídico da UGP, Delcio Moretti para apresentar o assunto. Este informou que a Contratada requereu à CGTEE a revisão dos PAROs nºs 03 e 04 de 2007, transferindo os Direitos e Obrigações neles contidos referente ao fornecimento da Estrutura Metálica e do Concreto, mediante, respectivamente, novos PAROs a serem firmados com as empresas Metasa S.A Industria Metalúrgica e Cimpor Cimentos do Brasil S.A, onde a CGTEE participa na condição de interveniente-anuente, conforme previsto no Contrato de EPC, ressaltando que essas alterações não acarreta qualquer ônus financeiro

adicional à CGTEE, e está tudo em conformidade com o Parecer Jurídico nº PRJ-205/2008. **DELIBERAÇÃO:** O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, no uso de suas atribuições, baseado na documentação recebida e fundamentado na exposição verbal do relator **AUTORIZOU** a celebração do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de EPC. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do sétimo item de pauta: **7. Assuntos Gerais: a. Relatório de Auditoria nº 001/2008 – Formalização e execução de Convênios, para conhecimento;** Os conselheiros receberam o Relatório de Auditoria nº 001/2008, para conhecimento. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes, e por mim, Rosemari Nunes da Silva, Secretária Geral, que a lavrei. Porto Alegre 11 de julho de 2008.

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente do Conselho de Administração

Sereno Chaise

Ronaldo Schuck

Ricardo Spanier Homrich

Guilherme Pereira Baggio

Cristian William de Sousa Cunha

Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral

**ATA DA 134ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE**

**NIRE 43300036120
CNPJ 02.016.507/0001-69**

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de 2008, às 9 horas, na sede da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, situada na Rua 7 de Setembro, 539 – 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre/RS, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, de conformidade com o artigo 13 (treze) do Estatuto Social da Companhia, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. **VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA**, e os Conselheiros **SERENO CHAISE, RONALDO SCHUCK, GUILHERME PEREIRA BAGGIO, RICARDO SPANIER HOMRICH e CRISTIAN WILLIAM DE SOUSA CUNHA**. Presentes, ainda, como convidados, os Diretores da Companhia Luiz Henrique de Freitas Schnor, Clovis Ilgenfritz da Silva e Eduardo Antonio Peters, o Auditor Anselmino Spessato, a Assessora Jurídica Vaneila Muller e o Assessor da Diretoria de Engenharia da Eletrobrás Mario Antonio Calliari Grazzotin. Confirmado o *quorum*, a reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho, que agradeceu a presença de todos,

passando a palavra à Secretária Geral, Rosemari Nunes da Silva, para fazer a leitura da Ordem do Dia: **1. Aprovação das Atas das 132^a e 133^a Reuniões do Conselho de Administração;** **2. Apresentação do andamento do cronograma do empreendimento da Usina de Candiota III;** **3. Apresentação cenários da situação atual das Unidades (UPME, USJE e NUTEPA) – receita e os MW gerados;** **4. Ratificar a RES-197/2008 - Autorização para instauração de processo licitatório para fornecimento de óleo combustível tipo A1 para o Departamento de Produção de Candiota;** **5. Ratificar a RES-209/2008 - Aprovação do Terceiro Termo de Apostilamento: Atualização dos preços do carvão 3300, conforme Cláusula Sexta do Contrato CGTEE/UPME/98-02026, celebrado entre a CGTEE e a CRM, com a interveniência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRÁS, para o suprimento de carvão mineral, prestação de serviços de transporte de carvão e remoção de cinzas na UPME, localizada no município de Candiota – RS; bem como autorização para celebração do Quarto Termo Aditivo: Reequilíbrio do preço do Contrato CGTEE/UPME/98-02026, considerando a alteração da alíquota do Imposto sobre Serviços pela Lei Complementar Nº 031 de 28 de dezembro de 2007, do Município de Candiota;** **6. Dar conhecimento - RES-222/2008 - Autorização para celebração de Contrato Bilateral de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEAL entre a CGTEE e a CPFL Comercialização Brasil S.A para comprovação de lastro de garantia física mediante contrato, visando evitar penalidade no mês de julho de 2008, no montante de 1 MW;** **7. Para Deliberação - RES-234/2008 - Homologação do resultado do Pregão Eletrônico, nº CGTEE/PE08600046, referente à contratação de empresa para fornecimento de óleo combustível que atenda as características do óleo Tipo A1 (Fuel-oil);** **8. Assuntos Gerais.** a. Relatório de Auditoria nº 02/2008 – Informática - Segurança do Sistema/Processos, para conhecimento; b. Relatório de Auditoria nº 04/2008 – Transportes - Serviços e Práticas, para conhecimento; c. Relatório de Recomendações/Determinações PRA/CGU/TCU, para conhecimento. Tomando a palavra, o Presidente do Conselho passou ao exame do primeiro item de pauta: **1. Aprovação das Atas das 132^a e 133^a Reuniões do Conselho de Administração:** Aprovadas. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do segundo item de pauta: **2. Apresentação do andamento do cronograma do empreendimento da Usina de Candiota III:** passando a palavra ao Engº Hermes Ceratti Marques para apresentar o assunto. Este apresentou a Curva "S" referente ao andamento do empreendimento para a situação em 31 de julho de 2008, que apresentou uma realização física de 41,42%, contra uma previsão de 50,97%. Na seqüência, foram apresentadas as curvas "S" individuais dos itens que contribuem para o atraso constatado, que é da ordem de 3,5 meses. Informou que a CGTEE (UGP e/ou Diretoria) realizou e vêm realizando constantes reuniões com a CITIC e com o Consórcio Sul Energia, oportunidades nas quais tem cobrado soluções para os problemas existentes, visando alteração no ritmo da obra. Informou, ainda, que houve uma paralisação dos empregados da construtora que contribui, também, para este atraso. Na parte da Redução de Tributos nas Importações, o MDIC posicionou-se pela não concessão do Regime Ex-tarifário para a caldeira. Em relação à inspeção realizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, a CGTEE recebeu Relatório Preliminar da Auditoria realizada, e, encaminhou sua manifestação ao TCU através da carta número PR-253/2008. Quanto as tratativas sobre a Conexão da Usina Candiota III à Rede Básica de Transmissão, o Engº Linhares informou que foram realizadas reuniões entre CGTEE, ELETROSUL, CEEE, EPE, ANEEL, ONS e MME, ocasião em que ficou claro que a CGTEE cumpriu todas as etapas, ficando deliberado que a CEEE deverá elaborar e apresentar à ANEEL, até 15/08/08, projeto e orçamento referente à solução técnica que foi identificada como ideal por todos as partes; a ANEEL deverá analisar as proposições da CEEE e emitir até 15/09/08 o Termo de Autorização para a execução pela CEEE das alterações julgadas procedentes e o ONS deverá emitir o Parecer de Acesso de Candiota III. O Conselho de Administração solicitou reunião extraordinária, pré-agendando para o dia

01/09/2008, às 8 horas, com a CITIC e o Consórcio Sul Energia, para avaliar o andamento das obras e as alternativas para recuperar e evitar atrasos da mesma. Solicitou, ainda, apresentação do cronograma de desembolso do empreendimento. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do terceiro item de pauta: **3. Apresentação cenários da situação atual das Unidades (UPME, USJE e NUTEPA) – receita e os MW gerados:** Com a palavra, o Diretor Schnor fez um relato da situação das Fases A e B, São Jerônimo e NUTEPA, enfatizando que durante a revisão da Fase A, unidades I e II, foi constatada trinca nos balões das duas caldeiras, implicando que a vida útil destas unidades está atingindo seu limite, sendo necessária, portanto, a realização de análise para determinação de vida residual. Em relação às Unidades III e IV da Fase B, a Alstom apresentou relatório, que após analisado pela CGTEE, foi devolvido para que sejam respondidos os questionamentos formulados, sendo que até a presente data não foi recebido o relatório final. O Conselho de Administração autorizou a CGTEE a continuar na busca de solução para a Fase A. Quanto à Fase B, autorizou a CGTEE a continuar o trabalho em curso com a Alstom, com o objetivo de definir uma proposta viável técnica e economicamente que atenda os interesses da Companhia de recomposição das unidades 3 e 4, autorizando a CGTEE efetuar a compra dos tubos, solicitando para a próxima reunião Relatório de Comercialização. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quarto item de pauta: **4. Ratificar a RES-197/2008 - Autorização para instauração de processo licitatório para fornecimento de óleo combustível tipo A1 para o Departamento de Produção de Candiota:** O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, no uso de suas atribuições, baseado na documentação recebida e fundamentado na exposição verbal do relator, **RATIFICOU** a Resolução acima descrita. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quinto item de pauta: **5. Ratificar a RES-209/2008 - Aprovação do Terceiro Termo de Apostilamento: Atualização dos preços do carvão 3300, conforme Cláusula Sexta do Contrato CGTEE/UPME/98-02026,** celebrado entre a CGTEE e a CRM, com a interveniência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRÁS, para o suprimento de carvão mineral, prestação de serviços de transporte de carvão e remoção de cinzas na UPME, localizada no município de Candiota – RS; bem como autorização para celebração do Quarto Termo Aditivo: Reequilíbrio do preço do Contrato CGTEE/UPME/98-02026, considerando a alteração da alíquota do Imposto sobre Serviços pela Lei Complementar Nº 031 de 28 de dezembro de 2007, do Município de Candiota: O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, no uso de suas atribuições, baseado na documentação recebida e fundamentado na exposição verbal do relator, **RATIFICOU** a Resolução acima descrita. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do sexto item de pauta: **6. Dar conhecimento - RES-222/2008 - Autorização para celebração de Contrato Bilateral de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEAL entre a CGTEE e a CPFL Comercialização Brasil S.A para comprovação de lastro de garantia física mediante contrato, visando evitar penalidade no mês de julho de 2008, no montante de 1 MW:** O Conselho de Administração tomou conhecimento da Resolução nº RES-222/2008, acima descrita. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do sétimo item de pauta: **7. Para Deliberação - RES-234/2008 - Homologação do resultado do Pregão Eletrônico, nº CGTEE/PE08600046, referente à contratação empresa para fornecimento de óleo combustível que atenda as características do óleo Tipo A1 (Fuel-oil): DELIBERAÇÃO:** O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, no uso de suas atribuições, baseado na documentação recebida e fundamentado na exposição verbal do relator, **AUTORIZOU** a homologação do Pregão Eletrônico acima descrito. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do oitavo item de pauta: **8. Assuntos Gerais.**

a. Relatório de Auditoria nº 02/2008 – Informática - Segurança do Sistema/Processos, para conhecimento: os Conselheiros receberam o relatório acima descrito para conhecimento.

b. Relatório de Auditoria nº 04/2008 – Transportes -

Serviços e Práticas, para conhecimento: os Conselheiros receberam o relatório acima descrito para conhecimento. **c. Relatório de Recomendações/Determinações PRA/CGU/TCU, para conhecimento:** os Conselheiros receberam o relatório acima descrito para conhecimento. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes, e por mim, Rosemari Nunes da Silva, Secretária Geral, que a lavrei. Porto Alegre, 25 de agosto de 2008.

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente do Conselho de Administração

Sereno Chaise

Ronaldo Schuck

Ricardo Spanier Homrich

Guilherme Pereira Baggio

Cristian William de Sousa Cunha

Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral

ATA DA 135^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE

NIRE 43300036120
CNPJ 02.016.507/0001-69

Aos doze dias do mês de setembro de 2008, às 15 horas, na sede da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, situada na Rua 7 de Setembro, 539 – 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre/RS, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, de conformidade com o artigo 13 (treze) do Estatuto Social da Companhia, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. **VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA**, e os Conselheiros **SERENO CHAISE, RICARDO SPANIER HOMRICH e CRISTIAN WILLIAM DE SOUSA CUNHA**. Presentes, ainda, como convidados, os Diretores da Companhia Luiz Henrique de Freitas Schnor, Clovis Ilgenfritz da Silva e Eduardo Antonio Peters, o Auditor Anselmino Spessato, a Assessora Jurídica Vaneila Muller e o Assessor da Diretoria de Engenharia da Eletrobrás Sidney do Lago Junior. Confirmado o *quorum*, a reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho, que agradeceu a presença de todos, informando que recebera e-mail dos Conselheiros Ronaldo Schuck e Guilherme Pereira Baggio, justificando suas ausências. Após passou a palavra à Secretária Geral, Rosemari Nunes da Silva, para fazer a leitura da Ordem do Dia: **1. Avaliação do**

andamento das obras de Candiota III (Fase C) e alternativas para recuperar e evitar atrasos na obra; 2. Apresentação cenário da situação atual das Fases A e B; 3. Assuntos Gerais. Tomando a palavra, o Presidente do Conselho passou ao exame do primeiro item de pauta: **1. Avaliação do andamento das obras de Candiota III (Fase C) e alternativas para recuperar e evitar atrasos na obra;** passando a palavra ao Engenheiro Hermes para apresentar o assunto. Com a palavra, o engº Hermes informou que, por solicitação do Conselho de Administração em reunião passada, estão presentes nesta reunião o CITIC e o Consórcio Sul Energia, responsável pela obra Civil, que tem por objetivo avaliar o andamento das obras e as alternativas para recuperar e evitar atrasos da mesma, que hoje está em torno de 40 dias. Após, o Engº Hermes iniciou informando os principais problemas que estão ocorrendo com a parte civil no canteiro de obras, destacando que sistematicamente tem havido reuniões com a UGP/CITIC e Consórcio Sul Energia, e muitas vezes com o acompanhamento da Direção da CGTEE, ocasião em que se busca alternativas para esses problemas. Após, o Engº Hermes passou a palavra ao Engº Flávio Dahlem da Rosa, representante do Consórcio Sul Energia, para as suas considerações. Com a palavra, o Engº Flávio apresentou os representantes das quatro empresas que fazem parte do Consórcio, fazendo um relato dos problemas que estão sendo enfrentados no canteiro de obras, destacando principalmente as dificuldades de comunicação com o CITIC. Retomando a palavra, o Engº Hermes solicitou manifestação do Vice Presidente do CITIC Senhor Tao Yang. Com a palavra, o Senhor Tao Yang, que relatou, também, os problemas que estão sendo enfrentados, destacando a dificuldade de contratar a empresa para a Montagem Eletromecânica. Após discutida a matéria, o Conselho de Administração agendou reunião para dia 03 de outubro/08, ocasião em que o CITIC deverá informar ao Conselho a situação da contratação da empresa para a Montagem Eletromecânica. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do segundo item de pauta: **2. Apresentação cenário da situação atual das Fases A e B,** passando a palavra ao Diretor Schnor para apresentar o assunto. Com a palavra, o Diretor Schnor apresentou a situação atual das Fases A e B, unidades I, II, III e IV, informando que na Fase A, as caldeiras estão próxima ao limite da vida útil por ter apresentado trincas nos balões, e na Fase B os fatores críticos são a baixa confiabilidade e disponibilidade por furos nas tubulações das Caldeiras das unidades III e IV. Após, o Diretor Schnor passou às mãos dos Conselheiros cópias da apresentação “Cenários da CGTEE – Usina Termelétrica Presidente Médici” e Relatório de Comercialização, para conhecimento. O Conselho de Administração, após todos os esclarecimentos prestados pelo Diretor Schnor, ratificou a autorização de compra dos tubos necessários para a Fase B e a continuidade na busca de solução para a Fase A. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do terceiro item de pauta: **3. Assuntos Gerais.** O Conselho recebeu Relatório “Fluxo de Caixa 2008 e 2009”, solicitado na reunião passada, para conhecimento. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes, e por mim, Rosemari Nunes da Silva, Secretária Geral, que a lavrei. Porto Alegre, 12 de setembro de 2008.

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente do Conselho de Administração

Sereno Chaise

Ricardo Spanier Homrich

Cristian William de Sousa Cunha

Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral

**ATA DA 136^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE**

**NIRE 43300036120
CNPJ 02.016.507/0001-69**

Aos seis dias do mês de outubro de 2008, às 08h30min, na sede da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, situada na Rua 7 de Setembro, 539 – 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre/RS, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, de conformidade com o artigo 13 (treze) do Estatuto Social da Companhia, sob a Presidência do Excelentíssimo **Sr. VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA**, e os Conselheiros **SERENO CHAISE, RONALDO SCHUCK, RICARDO SPANIER HOMRICH** e **CRISTIAN WILLIAM DE SOUSA CUNHA**. Presentes, ainda, como convidados, os Diretores da Companhia Luiz Henrique de Freitas Schnor e Eduardo Antonio Peters, o Auditor Anselmino Spessato, a Assessora Jurídica Vaneila Muller e o Assessor da Diretoria de Engenharia da Eletrobrás Mario Antonio Calliari Grazziotin. Confirmado o *quorum*, a reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho, que agradeceu a presença de todos, informando que recebera e-mail do Conselheiro Guilherme Pereira Baggio, justificando sua ausência. Após passou a palavra à Secretária Geral, Rosemari Nunes da Silva, para fazer a leitura da Ordem do Dia: **1. Aprovação da Ata da 134^a Reunião do Conselho de Administração; 2. Convocação de Assembléia Geral Extraordinária - AGE para eleição de membros do Conselho de Administração para complementação de mandato (carta CTA-PR-10256/2008); 3. RES-240/2008 - Previsão do Programa de Dispêndio Global (P.D.G.) e Orçamento de Investimento (O.I.) 2009 pela Eletrobrás, para conhecimento, conforme determina o Art.15, Parágrafo 1º Inciso XI, do Estatuto Social da Companhia; 4. RES-258/2008 - Celebração de Contrato Bilateral de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEAL entre a CGTEE e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, para conhecimento, conforme determina Art. 15º, do estatuto Social da Companhia; 5. Avaliação do andamento das obras de Candiota III; 6. Informe da UPME – Fases A e B; 7. Assuntos Gerais: a. Relatório de Auditoria nº 03/2208 – Formalização e Execução de Contratos Candiota III e nº 005/2008 – Contas a Pagar, para conhecimento; b. Acórdão nº 3292/2008 – TCU – 2ª Câmara – PRESTAÇÃO DE CONTAS, Exercício 2005, para conhecimento; c. Ofício nº 1862/2008/GM-MME – Acórdão do TCU nº 1996/2008 – Levantamento de Auditoria realizado pela SECEX/RS nas Obras de implantação de Candiota III, para conhecimento; d. Memorando PRJ-231/2008 – Ação cautelar de protesto – Interrupção da prescrição movida pela SACE-SPA – Ação Judicial nº 001/1.08.0222926-7 na 13^a Vara Civil do Foro Central de POA/RS; para conhecimento; e. Solicitação de direito de retirada de ações do Acionista Minoritário Antonio Carlos Estevão, para manifestação.** Tomando a palavra, o Presidente do Conselho passou ao exame do primeiro item de pauta: **1. Aprovação da Ata da 134^a Reunião do Conselho de Administração:** Aprovada. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do segundo item de pauta: **2. Convocação de Assembléia Geral Extraordinária - AGE para eleição de membros do Conselho de Administração para complementação de mandato(carta CTA-PR-10256/2008):** o

Conselho de Administração na prerrogativa que lhe confere o Estatuto Social da Companhia, em seu Artigo 15, parágrafo 1º, Inciso XIX, e face ao prazo estabelecido no Artigo 132 da Lei 6404/1976, por unanimidade, **DELIBEROU: APROVAR** a data de **24 de outubro de 2008**, às **14 horas**, para realização de Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas, para fins especificados no Artigo 9º, inciso III do referido Estatuto. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do terceiro item de pauta: **3. RES-240/2008 - Previsão do Programa de Dispêndio Global (P.D.G.) e Orçamento de Investimento (O.I.) 2009 pela Eletrobrás, para conhecimento, conforme determina o Art.15, Parágrafo 1º Inciso XI, do Estatuto Social da Companhia:** O Conselho de Administração tomou conhecimento dos valores do PDG e OI para 2009 da CGTEE aprovados pela Eletrobrás. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quarto item de pauta: **4. RES-258/2008 - Celebração de Contrato Bilateral de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEAL entre a CGTEE e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, para conhecimento:** O Conselho de Administração tomou conhecimento da Resolução da Diretoria Executiva nº RES-258/2008, conforme determina o Art. 15º, do Estatuto Social da Companhia. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quinto item de pauta: **5. Avaliação do andamento das obras de Candiota III:** Com a palavra, o Engº Hermes apresentou as diversas curvas "S", referentes ao andamento da realização da obra de Candiota III, para a situação medida até o dia 30/09/2008. Após, o Engº Hermes solicitou a presença do Sr. Tao Yang, Diretor Presidente da CITIC, que informou aos Conselheiros já ter iniciado as tratativas para contratação da empresa de Montagem Eletromecânica, conforme solicitado pelo Conselho na reunião passada. O Conselho de Administração agradeceu a presença do Presidente da CITIC. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do sexto item de pauta: **6. Informe da UPME – Fases A e B:** O Diretor Schnor passou às mãos dos Conselheiros Relatórios contendo as informações solicitadas na 134ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 25 de agosto de 2008. Após relatou a situação atual das Fases A e B, unidades I, II, III e IV. O Conselho de Administração, após relato do Diretor Schnor, determinou agilidade na recuperação dessas unidades, observando as questões técnicas e jurídicas. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do sétimo item de pauta: **7. Assuntos Gerais:**
a. Relatório de Auditoria nº 03/2208 – Formalização e Execução de Contratos Candiota III e nº 005/2008 – Contas a Pagar, para conhecimento: Os Conselheiros receberam os Relatório de Auditoria acima descrito para conhecimento.
b. Acórdão nº 3292/2008 – TCU – 2ª Câmara – PRESTAÇÃO DE CONTAS, Exercício 2005, para conhecimento: O Auditor Anselmino Spessato fez um relato do Acórdão do TCU nº 3292/2008, acima descrito, passando aos Conselheiros cópia do mesmo para conhecimento.
c. Ofício nº 1862/2008/GM-MME – Acórdão do TCU nº 1996/2008 – Levantamento de Auditoria realizado pela SECEX/RS nas Obras de implantação de Candiota III, para conhecimento: Os Conselheiros tomaram conhecimento do Acórdão acima descrito e solicitaram, cópia da resposta da Companhia ao TCU.
d. Memorando PRJ-231/2008 – Ação cautelar de protesto – Interrupção da prescrição movida pela SACE-SPA – Ação Judicial nº 001/1.08.0222926-7 na 13ª Vara Civil do Foro Central de POA/RS, para conhecimento: A Assessora Jurídica, Sra. Vaneila, relatou o teor da ação acima descrita, passando às mãos dos Conselheiros cópia da mesma para conhecimento.
e. Solicitação de direito de retirada de ações do Acionista Minoritário Antonio Carlos Estevão, para manifestação: Após esclarecimentos prestados pela Assessora Jurídica, Sra. Vaneila, e do conhecimento do conteúdo do Parecer Jurídico nº PRJ-362/2008, de 22 de setembro de 2008, pelos Conselheiros de Administração, foi determinado que o encaminhamento da CGTEE se dará em consonância com o Jurídico da Eletrobrás. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes, e por mim, Rosemari Nunes da Silva, Secretária Geral, que a lavrei. Porto Alegre, 06 de outubro de 2008.

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente do Conselho de Administração

Sereno Chaise

Ronaldo Schuck

Ricardo Spanier Homrich

Cristian William de Sousa Cunha

Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral

ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE

**NIRE 43300036120
CNPJ 02.016.507/0001-69**

Aos sete dias do mês de novembro de 2008, às 09h30min, na sede da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, situada na Rua 7 de Setembro, 539 – 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre/RS, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, de conformidade com o artigo 13 (treze) do Estatuto Social da Companhia, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA, e os Conselheiros SERENO CHAISE, RICARDO SPANIER HOMRICH, CRISTIAN WILLIAM DE SOUSA CUNHA, JOAQUIM ANTÔNIO DE CARVALHO BRITO e MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA. Presentes, ainda, como convidados, os Diretores da Companhia Luiz Henrique de Freitas Schnor, Clovis Ilgenfritz da Silva e Eduardo Antonio Peters, o Auditor Anselmino Spessato, a Assessora Jurídica Vaneila Muller, o Coordenador da UGP, Hermes Ceratti Marques, o Assessor Jurídico da UGP, Delcio Moretti e os Assessores da Diretoria de Engenharia da Eletrobrás Mario Antonio Calliari Grazziotin e Sidney do Lago Junior. Confirmado o *quorum*, a reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho, que agradeceu a presença de todos, passando a palavra à Secretária Geral, Rosemari Nunes da Silva, para fazer a leitura da Ordem do Dia: 1. **Aprovação das Atas das 135ª e 136ª Reuniões do Conselho de Administração;** 2. **Posse dos novos Conselheiros de Administração eleitos na 20ª AGE, realizada em 24 de outubro de 2008;** 3. **Avaliação do andamento das obras de Candiota III (Fase C), incluindo a apresentação da realização física e financeira do Contrato de EPC;** 4. **RES-304/2008 - Autorização para celebração do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction Contract) da Fase C (UTE CANDIOTA III), firmado entre a CGTEE e a CITIC International Contracting Inc, com a interveniência da CITIC Construction Co. Ltd., bem como autorização para**

celebração do Segundo Termo Aditivo ao PARO nº 001/2006 e o novo PARO nº 07/2008, sob o Contrato de EPC. Processo Administrativo nº CGTEE/SEDE/1805/2005; 5. Assuntos Gerais: a. Memorando nº PRJ 259/2008 – Julgamento de procedência da Ação Ordinária contra a União para restituição de PIS/PASEP e COFINS, para conhecimento; b. Relatório de Auditoria nº 008/2008 - 03.004/Pessoal, Cálculo e Recolhimentos – 03.005/Pessoal, Inclusões, Exclusões e Alterações na Folha de Pagamento, para conhecimento. Tomando a palavra, o Presidente do Conselho passou ao exame do primeiro item de pauta: **1. Aprovação das Atas das 135^a e 136^a Reuniões do Conselho de Administração:** Aprovadas. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do segundo item de pauta: **2. Posse dos novos Conselheiros de Administração eleitos na 20^a AGE, realizada em 24 de outubro de 2008:** Tomaram posse, como membros para compor o Conselho de Administração, de acordo com o que prescreve o artigo 12 do Estatuto Social da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, os Senhores: **MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA**, brasileiro, casado, Bacharel em Direito, Carteira de Identidade nº 714962 - SSP/MA, CPF nº 237341833-91, residente e domiciliado na SQN, nº 313 – Bloco B – aptº 612 – bairro Asa Norte – Brasília-DF; e **JOAQUIM ANTÔNIO DE CARVALHO BRITO**, brasileiro, casado, Bacharel em Psicologia, Carteira de Identidade nº 217264 – SSP/AL, CPF nº 111238264-04, residente e domiciliado na Rua Ranildo Cavalcanti, nº 124 – Bairro Gruta de Lourdes – Maceió – AL, eleitos na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de outubro de 2008, em substituição aos Conselheiros Ronaldo Schuck e Guilherme Pereira Baggio, que solicitaram afastamento do Conselho por motivos particulares. Os Conselheiros ora empossados exercerão o mandato de 3 (três) anos em substituição e complementação ao mandato dos substituídos, devendo exercê-lo até a data de posse dos respectivos sucessores, podendo ser reeleitos, conforme disposto no Art. 12 do Estatuto antes mencionado. Os Conselheiros, após assinatura do Termo de Posse, passaram a fazer parte da reunião. Conseqüentemente, o Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, passa a ter a seguinte composição: **Presidente do Conselho Valter Luiz Cardeal de Souza, Conselheiros Sereno Chaise, Ricardo Spanier Homrich, Cristian William de Sousa Cunha, Joaquim Antônio de Carvalho Brito e Mauro Henrique Moreira Sousa.** Retomando a palavra, o Presidente do Conselho, em nome da Companhia e do Acionista Majoritário Eletrobrás, deseja boas vindas aos novos Conselheiros e, ao mesmo tempo, agradece aos Conselheiros Ronaldo Schuck e Guilherme Pereira Baggio, pela colaboração e dedicação que empenharam no período em que ocuparam o cargo de Conselheiros nesta Companhia. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do terceiro item de pauta: **3. Avaliação do andamento das obras de Candiota III (Fase C), incluindo a apresentação da realização física e financeira do Contrato de EPC;** fazendo um breve relato sobre o empreendimento aos novos Conselheiros, destacando a relação internacional envolvida, o Acordo de Governo Brasil e China, destacando, ainda, a perda de cerca de um ano do início da obra civil em virtude de negociações entre a CITIC e a empresa de construção civil brasileira, que tinha com a CITIC compromissos negociais que resultaram inatendidos por falta de cumprimento aos ajustes prévios. Após passou a palavra ao Engenheiro Hermes para apresentar o assunto. Este fez um relato da situação atual das Obras Civis, apresentando as curvas "S", posição ainda preliminar em 31/10/2008, destacando os problemas iniciais havidos na "tropicalização" do projeto civil e suas consequências, a dificuldade na obtenção do aumento do efetivo que o cronograma da obra civil exige, a dificuldade de relacionamento entre o pessoal da construtora civil e o pessoal da CITIC nas frentes de serviços, mencionando o esforço que a equipe da CGTEE vem fazendo na busca de superar essas dificuldades. Referente à montagem eletromecânica, informou que a CITIC está em fase de finalização da contratação da empresa que fará a montagem da caldeira. Foi relatado, ainda, que a notificação do TCU que determinou, por meio do Acórdão nº1996/2008 – TCU – Plenário, que fosse expurgado do valor do Contrato

CGTEE/DTC-250/2005, o saldo da previsão para a extinta CPMF. O Engº Hermes informou que a CGTEE está em negociação com a CITIC para determinar o efetivo valor a ser expurgado do preço do Contrato, haja vista que os valores que constam do Anexo VIII do Contrato de EPC não refletem apenas a aplicação simples da alíquota de 0,38% que vigia a título de CPMF, tratam-se de valores maiores, que refletem o efeito desse tributo na cadeia de forma direta e indireta, motivo porque a Contratada não aceita simplesmente o expurgo dos valores indicados. O Conselho de Administração determinou a glosa do valor apontado como diferença relativa à extinta CPMF, conforme relatório do TCU, até que haja uma negociação final com a CITIC. Continuando, o Engº Hermes relatou o andamento do processo de redução dos impostos das importações, do processo para a obtenção do acesso à Rede Básica de Transmissão e da situação da renovação da Licença de Instalação. A seguir, apresentou a Curva "S" da realização físico-financeira do Contrato de EPC, situação em 31/10/08, conforme solicitado em reunião passada. O Presidente do Conselho solicitou que fosse enviado aos Conselheiros este cronograma de realização financeira, porém complementado com a projeção de realização até a conclusão da obra. Após, o Presidente do Conselho, novamente enfatizou que a obra não pode atrasar, convocando para o dia 21/11/08, às 14h, reunião com o Consórcio Sul Energia e o CITIC para fortalecer tratativas sobre medidas possíveis a serem adotadas na obra com vistas a ajustar o cronograma e recuperar o atraso. O Conselho de Administração determinou fosse feito um cronograma de recuperação de atraso das obras civil para ser apresentado na próxima reunião. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quarto item de pauta: **4. RES-304/2008 - Autorização para celebração do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction Contract) da Fase C(UTE CANDIOTA III), bem como autorização para celebração do Segundo Termo Aditivo ao PARO nº 001/2006 e do novo PARO nº07/2008, a serem firmados sob o Contrato de EPC,Processo Administrativo nº CGTEE/SEDE/1805/2005.**

DELIBERAÇÃO: O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, no uso de suas atribuições, baseado na documentação recebida e fundamentado na exposição verbal do relator, **AUTORIZOU** a celebração do 6º Termo de Aditamento ao Contrato de EPC da Fase C (UTE CANDIOTA III), nº CGTEE/DTC-250/2005, que contempla: **(i)** a substituição do Anexo II – Cronograma de Pagamento [Revisão 5], pelo Anexo II – Cronograma de Pagamento [Revisão 6], para permitir a assinatura do novo PARO nº07/2008, relacionado aos serviços de montagem da caldeira que foram subcontratados para a IESA Projetos, Equipamentos e Montagem S.A. e, conseqüentemente, alterar o PARO nº001/2006, para excluir de seu objeto a montagem da caldeira e seu respectivo valor; **(ii)** a previsão de resarcimento pela CGTEE, à Contratada ou a seus Cessionários, do IOF incidente sobre as operações de fechamento de câmbio a partir de 01/01/2008, bem como a compensação das diferenças que ocorrem nas operações de fechamento de câmbio em pagamentos no Brasil, com recursos advindos do exterior; **(iii)** o compromisso das partes em envidar esforços para, num prazo de 90 (noventa) dias, concluir o processo de elaboração, análise e aprovação do Plano de Controle de Qualidade para os equipamentos principais da nova Usina.

AUTORIZOU a assinatura da CGTEE, na condição de interveniente-anuente, no 2º Termo de Aditamento ao Acordo de Cessão Parcial de Direitos e Obrigações sob o Contrato de EPC – PARO nº 001/2006, firmado entre CITIC International Contracting Inc. e sua Subsidiária Brasileira a Citic Construções do Brasil Ltda, para excluir de seu objeto a montagem da caldeira da Fase C (UTE CANDIOTA III) e seu valor correspondente; e **AUTORIZOU** a assinatura da CGTEE, na condição de interveniente-anuente, no Acordo de Cessão Parcial de Direitos e Obrigações sob o Contrato de EPC – PARO nº 07/2008, a ser firmado entre a Contratada CITIC International Contracting Inc. e a empresa IESA Projetos, Equipamentos e Montagem S.A., subcontratada para os serviços de montagem da caldeira da Fase C (UTE CANDIOTA III). Retomando a palavra, o Presidente do Conselho solicitou ao Diretor Schnor informações referente às Fases A e B, unidades I, II, III e IV. O Diretor Schnor informou que, na **Fase A:** Unidade I – foi contratada a

Ansaldo para fazer a recomposição da turbina, com conclusão dos serviços previstos para 20 de dezembro/08, e expectativa de uma potência máxima de 55MW após trabalhos de recuperação; Unidade II – realizada revisão este ano e está operando com uma potência máxima de 43MW em função de deficiência nos pré-aquecedores de ar rotativos, os quais serão objetos de recuperação após a conclusão da revisão da unidade III. A Fase A, não apresenta problemas significativos de furo de caldeira, mas foi detectado trinca nos balões, que estão sendo monitorados. **Fase B:** Unidade III – iniciou a revisão esta semana, devendo retornar aproximadamente em 20 de dezembro/08; Unidade IV – teve revisão de agosto a outubro, e atrasou o retorno devido à necessidade de balanceamento da turbina, devendo retornar nos próximos dias. O Presidente do Conselho solicitou um amplo diagnóstico das Fases A e B, Unidades I, II, III e IV, que deverá ser apresentado ao Presidente da Eletrobrás, na ocasião da reunião agendada para o dia 14/11/08. Tal diagnóstico deverá ser amplo, com Notas Técnicas contextualizando a questão das máquinas. Continuando, o Diretor Schnor apresentou Ofício DP nº 167/08 da CRM, referente ao Contrato CGTEE/UPME/98-02026 – Fornecimento de carvão CE 3.300, a qual relata os investimentos necessários para a execução do projeto de engenharia de uma planta de beneficiamento a seco do carvão da Mina de Candiota, sinalizando um preço de R\$72,44 por tonelada de carvão processado, o que poderá inviabilizar o uso do carvão de Candiota como energético. Em função de algumas incertezas quanto ao produto final pós-jigagem, tais como recuperação do produto em relação ao carvão de alimentação e custos operacionais, a CRM propõe construção de uma planta piloto para aferição de todos os parâmetros envolvidos e definição dos investimentos necessários, permitindo, a partir disso, avaliar os impactos no preço do produto final. O Conselho de Administração determinou que a Diretoria Executiva analise a proposta, mas que fique no foco da planta piloto. Retomando a palavra, o Diretor Schnor solicitou autorização do Conselho para instauração de Processo Licitatório para aquisição de óleo combustível, tipo A1, uma vez que, conforme determinado por este Conselho, a Companhia vem realizando licitação para aquisição deste produto trimestralmente. **DELIBERAÇÃO:** O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, no uso de suas atribuições, baseado na documentação recebida e fundamentado na exposição verbal do relator **AUTORIZOU** a instauração do Processo Licitatório, e determinou que, a partir desta data, os processos licitatórios passem a ter contratos de vigência anual, dando autonomia à Diretoria para procurar alternativas adequadas e mais econômicas para aquisição deste combustível, deliberando para a Diretoria Executiva a aprovação dos Processos Licitatórios para aquisição do produto. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quinto item de pauta: **5. Assuntos Gerais: a. Memorando nº PRJ 259/2008 – Julgamento de procedência da Ação Ordinária contra a União para restituição de PIS/PASEP e COFINS, para conhecimento:** Os Conselheiros receberam cópia do memorando acima descrito para conhecimento. O Conselheiro Joaquim solicitou a palavra para parabenizar à equipe do Jurídico e a Diretoria da Companhia pelo êxito na ação, a qual foi referendada pelos Conselheiros presentes. **b. Relatório de Auditoria nº 008/2008 - 03.004/Pessoal, Cálculo e Recolhimentos – 03.005/Pessoal, Inclusões, Exclusões e Alterações na Folha de Pagamento, para conhecimento:** Os Conselheiros receberam o Relatório nº 008/2008, para conhecimento. O Diretor Eduardo solicitou a palavra para relatar aos Conselheiros que o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST autorizou o aumento do efetivo da Companhia em mais 176 vagas, para atender, além de Candiota III, a substituição dos Serviços Terceirizados, informando que apresentará ao Conselho de Administração numa próxima reunião o cronograma dessas vagas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes e por mim, Rosemari Nunes da Silva, Secretária Geral, que a lavrei. Porto Alegre, 07 de novembro de 2008.

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente do Conselho de Administração

Sereno Chaise

Ricardo Spanier Homrich

Cristian William de Sousa Cunha

Joaquim Antônio de Carvalho Brito

Mauro Henrique Moreira Sousa

Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral

**ATA DA 138ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE**

**NIRE 43300036120
CNPJ 02.016.507/0001-69**

Aos dezenove de dezembro de 2008, às 19 horas, na sede da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, situada na Rua 7 de Setembro, 539 – 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre/RS, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, de conformidade com o artigo 13 (treze) do Estatuto Social da Companhia, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA, e os Conselheiros **SERENO CHAISE, RICARDO SPANIER HOMRICH, JOAQUIM ANTÔNIO DE CARVALHO BRITO** e **MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA**. Presentes, ainda, como convidados, os Diretores da Companhia Luiz Henrique de Freitas Schnor, Clovis Ilgenfritz da Silva e Eduardo Antonio Peters, o Auditor Anselmino Spessato, a Assessora Jurídica Vaneila Muller, o Coordenador da UGP, Hermes Ceratti Marques, o Assessor Jurídico da UGP, Delcio Moretti e os Assessores da Diretoria de Engenharia da Eletrobrás Mario Antonio Calliari Grazziotin e Sidney do Lago Junior. Confirmado o *quorum*, a reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho, que agradeceu a presença de todos, informando que recebera e-mail do Conselheiro Cristian William de Sousa Cunha, justificando sua ausência. A seguir passou a palavra à Secretária Geral, Rosemari Nunes da Silva, para fazer a leitura da Ordem do Dia: **1. Aprovação da Ata da 137ª Reunião do Conselho de Administração; 2. Avaliação do andamento das obras de Candiota III (Fase C), e perspectiva quanto à recuperação do cronograma; 3. RES-335/2008 - Revisão do Programa de Dispêndio Global (P.D.G.) e Orçamento de Investimento (O.I.) 2009, quadriênio 2009-2012, para conhecimento; 4. RES-336/2008 - Limites de Realização do Programa de Dispêndio Global (P.D.G.) e Orçamento de Investimento (O.I.), 2009, para conhecimento; 5. Tomar conhecimento do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna/PAINT-2009,**

encaminhando-o ao Conselho Fiscal para aprovação; 6. RES-366/2008 - Celebração de contrato de Compra de Energia através de Oferta Pública para reduzir custos referentes a penalidades devido à falta de Garantia Física das Unidades da CGTEE e diminuir a compra de energia no mercado spot, para conhecimento; 7. Assuntos Gerais: a. Demonstrações Contábeis novembro de 2008, para conhecimento; b. Relatórios de Auditoria nºs 006/2008 – Meio Ambiente, 007/2008 – Operação e Manutenção do Sistema de Geração, 009/2008 – Contenciosos Judiciais, 010/2008 – Caixa e Bancos/ Fundo de Caixa e Aplicações Financeiras, 011/2008 – Fundos de Pensão e 013/2008 – Consumo de Carvão e Óleo Diesel, para conhecimento; c. Planejamento Estratégico CGTEE 2007/2015, para conhecimento. Tomando a palavra, o Presidente do Conselho passou ao exame do primeiro item de pauta: **1. Aprovação da Ata da 137ª Reunião do Conselho de Administração:** Aprovada. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do segundo item de pauta: **2. Avaliação do andamento das obras de Candiota III (Fase C), e perspectiva quanto à recuperação do cronograma:** passando a palavra ao Engº Hermes Ceratti Marques, para apresentar o assunto. Com a palavra, o Engº Hermes apresentou as diversas curvas "S", referentes ao avanço físico da obra da UTE Candiota III, para a situação de 30/11/2008, sendo que o empreendimento atingiu um realizado global de 50,13%, frente um previsto de 65,93%. Ressaltou que a grande defasagem deve-se ao atraso ocorrido no inicio das obras civis, ao ritmo ainda inadequado dos serviços de construção civil, apesar das intensas ações da CGTEE junto à CITIC e seu subcontratado Consórcio Sul Energia S/A, e também pela repercussão sobre a montagem eletromecânica(retardamento do inicio). Após, apresentou as diversas curvas "S" da execução financeira do Contrato de EPC, que globalmente atingiu, em 30/11/2008, um realizado de 47,10% frente um previsto de 75,69%. Informou ainda que, com relação ao processo que visa a obtenção do Regime especial "Ex-tarifário" para a Caldeira, após o último encontro técnico entre CGTEE e ABIMAQ, contra todas as evidências, a ABIMAC manteve a posição de que há condições de fabricação no Brasil, e que tem sido prática do MDIC não tomar nenhuma posição contrária à posição das Associações de fabricantes nacionais. Foi enviada carta à Presidência da Eletrobrás, expondo essa situação e sugerindo tratativas junto ao MME e MDIC na busca de reverter a decisão que se avizinha contrária aos interesses da CGTEE. Foi ainda informado que o edital para a realização do Concurso Público destinado a recrutar a equipe de operação e manutenção da UTE Candiota III, com previsão de admissão de 176 novos empregados, está em andamento com previsão de publicação em fevereiro/09 e realização de provas em abril/09. O Presidente do Conselho agendou reunião com a Unidade de Gerenciamento de Projetos – UGP e o CITIC para o dia 09/01/09 – 14h, para discutir o atraso da obra e possíveis ações adicionais a serem adotadas. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do terceiro item de pauta: **3. RES-335/2008 - Revisão do Programa de Dispêndio Global (P.D.G.) e Orçamento de Investimento (O.I.) 2009, quadriênio 2009-2012:** Conforme determina o Artigo 15, Parágrafo Primeiro, Inciso XI, do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração tomou conhecimento do P.D.G e O.I para 2009, quadriênio 2009-2012 e solicitou ao Diretor Clovis para a reunião do dia 09 de janeiro/09, apresentação detalhada do PDG e OI. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quarto item de pauta: **4. RES-336/2008 - Limites de Realização do Programa de Dispêndio Global (P.D.G.) e Orçamento de Investimento (O.I.), 2009, para conhecimento:** O Conselho de Administração tomou conhecimento dos limites de realização do Programa de Dispêndio Global – PDG e Orçamento de Investimento – OI para 2009 a nível global, aprovado pelo Decreto nº 6.647, de 18/11/08, conforme determina o Estatuto Social da Companhia acima mencionado. A seguir, o Presidente do Conselho propôs o exame do quinto item de pauta: **5. Tomar conhecimento do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna/PAINT-2009, encaminhando-o ao Conselho Fiscal para aprovação:** O Conselho de Administração tomou conhecimento do Plano de Auditoria Interna para 2009, encaminhando-o para aprovação do Conselho Fiscal, conforme

determina o Artigo 15º, parágrafo 1º, inciso IX, do Estatuto Social da Companhia. A seguir o Presidente do Conselho propôs o exame do sexto item de pauta: **6. RES-366/2008 - Celebração de contrato de Compra de Energia através de Oferta Pública para reduzir custos referentes a penalidades devido à falta de Garantia Física das Unidades da CGTEE e diminuir a compra de energia no mercado spot, para conhecimento:** O Conselho de Administração, conforme determina o Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, tomou conhecimento da Resolução nº RES-366/2008, ficando o assunto a ser deliberado numa próxima reunião. A seguir o Presidente do Conselho propôs o exame do sétimo item de pauta: **7. Assuntos Gerais: a. Demonstrações Contábeis novembro de 2008, para conhecimento;** Os Conselheiros receberam as Demonstrações Contábeis encerradas em novembro de 2008, para conhecimento e ratificaram a solicitação de apresentação detalhada da situação financeira da Companhia, para o dia 09/01/09. **b. Relatórios de Auditoria nºs 006/2008 – Meio Ambiente, 007/2008 – Operação e Manutenção do Sistema de Geração, 009/2008 – Contenciosos Judiciais, 010/2008 – Caixa e Bancos/ Fundo de Caixa e Aplicações Financeiras, 011/2008 – Fundos de Pensão, e 013/2008 – Consumo de Carvão e Óleo Diesel, para conhecimento;** Os Conselheiros receberam os Relatórios acima citados para conhecimento. **c. Planejamento Estratégico CGTEE 2007/2015, para conhecimento;** O Conselheiro Sereno Chaise, passou às mãos dos Conselheiros “Planejamento Estratégico CGTEE 2007/2015”, para conhecimento. Retomando a palavra, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes e por mim, Rosemari Nunes da Silva, Secretária Geral, que a lavrei. Porto Alegre, 19 de dezembro de 2008.

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente do Conselho de Administração

Sereno Chaise

Ricardo Spanier Homrich

Joaquim Antônio de Carvalho Brito

Mauro Henrique Moreira Sousa

Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral

CONSELHO FISCAL

ATA DA 108^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE REALIZADA EM 28 DE JANEIRO 2008

Aos 28 dias do mês de janeiro de 2008, às 9horas, na sede da Companhia, situada na Rua 7 de Setembro, 539, 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre – RS, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE, sob a Presidência da Sra. **CELINA MARIA DE MACEDO BRINCKMANN**, com a participação dos Conselheiros **CARLOS EDUARDO DE CAMPOS VIEIRA** e **ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO**, que trataram da seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da Ata da 107^a reunião do Conselho fiscal.** O Conselho aprovou a ata.
- 2. Atas das Reuniões de Diretoria Executiva de 381 a 385 e Súmulas das Resoluções da Diretoria Executiva de 353 a 368/07 e 001 a 019/2008.** O Conselho examinou as Atas e Súmulas das Resoluções da Diretoria Executiva, e destacou as Resoluções **004/2008** – Autorização para abertura de Processo Administrativo Disciplinar e **017/2008** – Suspensão da Execução de Convênios (em virtude da não prestação de contas do exercício de 2006).
- 3. Fluxo de Caixa Móvel – Realizado/Reprogramado.** O Conselho Fiscal analisou o Fluxo de Caixa Móvel, com destaque mais relevante foi a não entrada do financiamento da fase C.
- 4. Saldo Médio Mensal de Bancos dezembro/2007.** O Conselho Fiscal, analisou a Planilha de Saldo Médio Mensal de Bancos, referente ao mês de dezembro/07 e considerou satisfatório.
- 5. Relação de Contratos e Aditivos, posição dezembro/2007 e Pregões efetivamente contratados.** O Conselho Fiscal analisou as relações dos Contratos, Aditivos e dos Pregões e considerou satisfatório.
- 6. Relação de Processos Licitatórios, especificando dispensas e inexigibilidades.** O Conselho Fiscal analisou as relações dos Processos Licitatórios e considerou satisfatória. Destacou-se que não houve dispensas e inexigibilidades nesse período.
- 7. Prévia do Balanço encerrado em 31/12/2007.** O Conselho Fiscal analisou a prévia do Balanço de encerramento do ano de 2007, onde verificou que os procedimentos estão sendo analisados e que o resultado será negativo. O Conselho Fiscal preocupa-se com o agravamento do quadro, em virtude da não geração e a consequente compra de energia. Para tratar do assunto o Conselho Fiscal convidou o Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado, Sr. Clovis Ilgenfritz da Silva, que relatou, que já eram esperados resultados negativos para os exercícios de 2007, face à “descontratação” de geração. Houve um grande esforço na contenção de despesas, entretanto o resultado do ano de 2007 permaneceu negativo. Ressaltou a importância da Fase C para equacionamento da situação da Companhia, enfatizando que os recursos do financiamento são

imprescindíveis para a viabilização da obra.

8. Assuntos Gerais.

- a. Relato sobre o andamento e a prorrogação do contrato da Thorga.** O Diretor Técnico e de Meio Ambiente, Luiz Henrique de Freitas Schnor, relatou que o Contrato foi renovado por 24 meses, para não ter prejuízo no funcionamento da Usina. O quadro de pessoal está sendo qualificado e a execução do Contrato está dentro do previsto. Foi proposto alterações no Contrato, com redução de pessoal de fiscalização, adequando as funções de cada empregado. Hoje a situação do Contrato está melhor. O Conselho Fiscal considerou as informações satisfatórias.
 - b. Relatório de desempenho das Fases A e B e das demais unidades geradoras.** O Diretor Técnico e de Meio Ambiente, Luiz Henrique de Freitas Schnor, informou que o maior problema, hoje enfrentado pela Companhia, é a Caldeira da Fase B. Informou que a equipe Técnica está trabalhando em cima de um Retrofit nas máquinas 3 e 4 da Fase B. Na Fase A, a máquina 1 apresentou problema de vibração e está sendo consertada, devendo entrar em operação nos próximos dias. Com relação à Fase C, o Diretor Schinor informou que está iniciando a obra civil no dia 29 de janeiro de 2008 e já está na Diretoria Administrativa a solicitação da UGP de contratação de pessoal para atender a demanda da obra da Fase C.
 - c. Relatórios de Auditoria nºs 012/2007 – Processos Licitatórios e Contratos e 013/2007 – Execução Orçamentária.** Os Conselheiros receberam os Relatórios de Auditoria acima descritos e ratificam as recomendações da Auditoria Interna.

9. Assuntos para a próxima reunião:

- a. Qual procedimento que esta sendo adotado pela CGTEE para substituição da mão de obras terceirizada.
 - b. Relatório Processos Trabalhistas dos Sub-rogados;

10. Próxima reunião, 29 de fevereiro de 2008.

Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todos, dando por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos Conselheiros presentes.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2008.

CELINA M. DE MACEDO BRINCKMANN
Presidenta do Conselho

CARLOS EDUARDO DE CAMPOS VIEIRA ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO
Conselheiro Conselheiro

**ATA DA 109^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE
REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO 2008**

Aos 29 dias do mês de fevereiro de 2008, às 13horas, na sede da Companhia, situada na Rua 7 de Setembro, 539, 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre – RS, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE, sob a Presidência da Sra. **CELINA MARIA DE MACEDO BRINCKMANN**, com a participação dos Conselheiros **CARLOS EDUARDO DE CAMPOS VIEIRA** e **ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO**, que trataram da seguinte Ordem do Dia:

- 9. Aprovação da Ata da 108^a reunião do Conselho fiscal.** O Conselho aprovou a ata.
- 10. Atas das 124^a e 125^a Reuniões do Conselho Administração, para conhecimento.** O Conselho examinou as Atas, destacando, na Ata da 124^a Reunião, autorização para ingressar na justiça contra a ANEEL, com vistas à recomposição tarifária, em linha com o Grupo Eletrobrás; autorização para realização de tratativas para aquisição de prédio ocupado pela empresa a título de aluguel. Na Ata da 125^a reunião, destaque para: a conclusão da atualização do estudo de viabilidade da Fase C de Candiota; a aprovação de termo aditivo para o contrato das obras civis da Fase C de Candiota; a autorização de plano emergencial de recuperação das máquinas 3 e 4 da Fase B, com encaminhamentos correlatos, especialmente determinando o desenvolvimento de plano de ação para elevar a disponibilidade geral das unidades geradoras da UTE Presidente Médici; e a aprovação do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT 2008. O Conselho Fiscal solicitou e teve vistas do estudo de viabilidade da Fase C de Candiota, que aponta para a viabilidade econômico-financeira do projeto, indicando lucratividade desde o exercício inicial das operações e a necessidade de avaliação de proteções cambiais em relação ao financiamento efetuado.
- 11. Atas das Reuniões de nº 386 e 387/2008 e Súmulas das Resoluções de 020 a 033/2008, da Diretoria Executiva;** O Conselho Fiscal examinou e não teve nada a destacar.
- 12. Fluxo de Caixa Móvel – Realizado/Reprogramado.** O Chefe do Departamento Financeiro, Senhor Francisco Ferreira informou que o Fluxo de Caixa Móvel estava sendo revisto, em virtude da não entrada do financiamento da Fase C. Foi informado ao Conselho Fiscal que foi criado pela Resolução nº 047/2008, que deverá assessorar com informações e sugerir ações para manter o equilíbrio econômico financeiro da Companhia.
- 13. Saldo Médio Mensal de Bancos janeiro/2008.** O Chefe do Departamento Financeiro, Senhor Francisco Ferreira, informou que apesar de não ter a CPMF, a Companhia, através de estudos, concluiu que no momento não há benefícios em aplicação de curto prazo, devido ao fluxo dos compromissos financeiros. O Conselho Fiscal solicitou para a próxima reunião, apresentação de um estudo sobre a viabilidade das aplicações de saldos em conta correntes.

14. Assuntos Gerais.

- a. **Qual procedimento que esta sendo adotado pela CGTEE para substituição da mão de obras terceirizada.** Para tratar do assunto o Conselho Fiscal convidou o Diretor Administrativo Eduardo Antonio Peters. Este informou que esta em andamento um processo para suprir essa mão de obra terceirizada, tendo sido iniciado um processo de revisão dos quadros, cuja análise foi submetida ao Ministério do Planejamento (DEST). Entretanto, ressaltou a necessidade de se realizar o reenquadramento do salário inicial de admissão e também uma avaliação da repercussão financeira de novas contratações para a Empresa.
 - b. **Relatório de acompanhamento de Recomendações/Determinações PRA/CGU/TCU - 2º Semestre/2007, para conhecimento.** O Conselho Fiscal recebeu o relatório e será analisado na próxima reunião.
 - c. **Processo 012/2007 - Processos Licitatórios e Contratos** – O Conselho Fiscal solicitou retorno da Planilha “Plano de Ação”, com os registros das ações adotadas pelas áreas responsáveis pelo processo, de acordo com os pontos de Auditoria levantados.

15. Assuntos para a próxima reunião:

- a. Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e Parecer dos Auditores Independentes;
 - b. Parecer do Conselho Fiscal.

16. Próxima reunião, 14 de março de 2008.

Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todos, dando por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos Conselheiros presentes.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2008.

CELINA M. DE MACEDO BRINCKMANN
Presidenta do Conselho

CARLOS EDUARDO DE CAMPOS VIEIRA ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO
Conselheiro Conselheiro

REALIZADA EM 14 de MARÇO 2008

Aos 14 dias do mês de março de 2008, às 14horas, na sede da Companhia, situada na Rua 7 de Setembro, 539, 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre – RS, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE, sob a Presidência da Sra. **CELINA MARIA DE MACEDO BRINCKMANN**, com a participação dos Conselheiros **CARLOS EDUARDO DE CAMPOS VIEIRA** e **ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO**, que trataram da seguinte Ordem do Dia:

1. Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal

O Sr. João Luis do Departamento de Contabilidade apresentou as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício de 2007, encerrado em 31 de dezembro de 2007. Após serem examinados, o Conselho Fiscal, emitiu o Parecer abaixo:

“O Conselho Fiscal da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações das Origens e Aplicação de Recursos, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2007.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Diretoria Executiva e no Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que declara que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente e sem ressalvas em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da companhia em 31 de dezembro de 2007, o Conselho Fiscal ressaltando que a empresa continue aprimorando seus controles internos, buscando maior eficiência e precisão de seus processos de trabalho, de acordo com as boas práticas de governança corporativa, por unanimidade, é de parecer que as referidas Demonstrações estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa”.

2. Assuntos Gerais.

- a.** O Conselho Fiscal solicitou informações referente a retirada do parágrafo de ênfase do Parecer dos Auditores Independentes, do ano de 2006. O representante da Deloitte, Sr.Carlos Eduardo Zanotta informou que passados cinco anos, entende-se não haver mais necessidade de manter a ênfase.
- b.** O Conselho Fiscal solicitou informações referentes à não citação do Fax recebido do KFW, em 23.11.2007, na nota explicativa que trata do assunto. O representante da Deloitte, Senhor Carlos Eduardo Zanotta informou que na data da finalização do Parecer não tiveram conhecimento do referido Fax, mas informa que o mesmo não altera a posição da Deloitte com a relação à Companhia, haja vista terem recebido ofício do Pinheiro Netto Advogados, que os deixou confortáveis com relação ao assunto.

3. Assuntos para a próxima reunião:

- d. Relatório Processos Trabalhistas dos Sub-Rogados;
 - e. Relatório de acompanhamento de Recomendações/Determinações PRA/CGU/TCU - 2º Semestre/2007.

4. Próxima reunião, 18 de abril de 2008.

Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todos, dando por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos Conselheiros presentes.

Porto Alegre, 14 de março de 2008.

CELINA M. DE MACEDO BRINCKMANN
Presidenta do Conselho

CARLOS EDUARDO DE CAMPOS VIEIRA ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO
Conselheiro Conselheiro

**ATA DA 111^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE
REALIZADA EM 18 de ABRIL de 2008**

Aos 18 dias do mês de abril de 2008, às 09 hs e 30 min, na sede da Companhia, situada na Rua 7 de Setembro, 539, 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre – RS, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE, sob a Presidência da Sra. **CELINA MARIA DE MACEDO BRINCKMANN**, com a participação dos Conselheiros **CARLOS EDUARDO DE CAMPOS VIEIRA** e **ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO**, que trataram da seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação das atas das 109^a e 110^a reuniões do Conselho Fiscal.** O Conselho aprovou as atas.
 - 2. Ata da 126^a Reunião do Conselho Administração, para conhecimento.** O Conselho examinou a Ata, destacando, no item 1, alínea “a”, relativo à situação do financiamento da Fase C de Candiota, os esforços da Diretoria para dar adequado andamento ao processo de contratação desse financiamento e, também no item 1, na parte final da alínea “d”, o comentário sobre o cronograma para realização de concurso público para recrutamento do pessoal necessário à operação e manutenção da Fase C, bem como do respectivo programa de treinamento. O Conselho Fiscal entende que tal situação se junta à questão da terceirização dos serviços de manutenção, fazendo com que a Empresa deva procurar tomar providências para adequação do seu quadro de pessoal, para responder a contento às suas atividades atuais e futuras.

- 3. Atas das Reuniões da Diretoria Executiva de nºs 390 a 395/2008 e Súmulas das Resoluções de 047 a 086/2008.** O Conselho examinou as Atas, destacando, na Ata 390, a implementação de medidas emergenciais para diminuir despesas na Companhia. Na ata 394, no item assuntos gerais, e, na ata 395, destaque para os problemas na turbina I, que resultou no recebimento de autorização da Diretoria para sofrer manutenção emergencial. Quanto às súmulas, destaque para a Resolução nº RES-86/2008, com a autorização da já referida contratação emergencial de manutenção na turbina I e das revisões anuais das unidades I e II da Fase A.
- 4. Fluxo de Caixa Móvel – Realizado/Reprogramado.** O Conselho Fiscal, após análise do Fluxo de Caixa Móvel, destacou a expectativa de que os recursos do financiamento da Fase C de Candiota ingressem no caixa da CGTEE, conforme previsto no referido Fluxo, no mês de abril.
- 5. Saldo Médio Mensal de Bancos – março/2008.** O Conselho Fiscal verificou que permaneceu um saldo médio de R\$6,4 milhões por 11 dias úteis e solicita para a próxima reunião justificativa, acompanhada do estudo solicitado na Ata da 110ª reunião deste Conselho.
- 6. Acompanhamento Orçamentário – 2008.** O Conselho Fiscal analisou o relatório e observou que está pendente a realização de receita do financiamento para a Fase C de Candiota, como já referido, estimado para abril. Coaduna-se com tal situação a baixa execução verificada dos investimentos na implantação da Fase C de Candiota. Verificou ainda o ingresso de recursos extraordinários consistentes da obtenção de empréstimo junto a Eletrobrás, na ordem de R\$ 50,5 milhões, para ajustar o fluxo financeiro da CGTEE. Também mereceu destaque à alta execução da rubrica de materiais e produtos, que decorreu da necessidade de aquisição de energia no mercado, em vista da baixa geração da CGTEE por problemas de manutenção em suas unidades operacionais.
- 7. Relação de Contratos e Aditivos vigentes.** Será analisado na próxima reunião.
- 8. Pregões efetivamente contratados.** Será analisado na próxima reunião.
- 9. Relação de Processos Licitatórios, especificando Dispensas e Inexigibilidades.** O Conselho Fiscal analisou e não teve destaque.
- 10. Demonstrações Contábeis de janeiro/08.** O Conselho Fiscal após analise das Demonstrações Contábeis de Janeiro de 2008, destacou que houve uma queda nas despesas com pessoal e o prejuízo apresentado é decorrente, basicamente, da necessidade de compra de energia no mercado para atender aos contratos de fornecimento.
- 11. Aprovação do Relatório de Responsabilidade Socioambiental – Exercício 2007.** O Conselho Fiscal, após analise, aprovou o Relatório Socioambiental da CGTEE, exercício de 2007.

12. Assuntos Gerais:

- a. Relatório Processos Trabalhistas dos Sub-Rogados.** Os Conselheiros

receberam o Relatório dos Processos Trabalhistas e será analisado na próxima reunião.

- b. Relatório de acompanhamento de Recomendações/Determinações PRA/CGU/TCU - 2º Semestre/2007.** Examinado o relatório fez-se alguns registros. Quanto às recomendações da Auditoria Interna, verifica-se que tem havido um bom índice de atendimento às recomendações, contudo, ainda que se denote o esforço para implementação de algumas recomendações, constata-se um decurso de prazo excessivo para implementação de algumas medidas sugeridas relativas a exercícios passados (2003/2004/2005/2006). Quanto às recomendações da CGU, também se verifica um bom nível de atendimento às demandas desse órgão, merecendo relevo apenas que a Empresa deve continuar evidenciando esforços para adequar a questão do quadro excessivo de terceirizados (item 4 do relatório das pendências CGU), conforme já abordado em outras ocasiões por este Conselho Fiscal. Quanto às recomendações/determinações do TCU, igualmente registra-se um pequeno nível de pendências, demonstrando um bom nível de atendimento às demandas desse Órgão, entretanto vale aqui ressaltar a existência de situações antigas que persistem e merecem ser enfrentadas pela empresa, tal como a necessidade ajustes de controles e segurança patrimonial (item 4 – 5.1.1 – 1.7, das pendências do TCU).

13. Assuntos para a próxima reunião.

- a. Apresentação de um estudo sobre a viabilidade das aplicações de saldos em conta correntes.
 - b. O Conselho Fiscal solicitou retorno da Planilha “Plano de Ação”, com os registros das ações adotadas pelas áreas responsáveis pelo processo, de acordo com os pontos de Auditoria levantados no Relatório 12/07.
 - c. Relatório Processos Trabalhistas dos Sub-Rogados:

14. Próxima reunião, 06 de junho de 2008.

Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todos, dando por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos Conselheiros presentes.

Porto Alegre, 18 de abril de 2008.

CELINA M. DE MACEDO BRINCKMANN
Presidenta do Conselho

CARLOS EDUARDO DE CAMPOS VIEIRA ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO
Conselheiro Conselheiro

REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2008

Aos seis dias do mês de junho de 2008, as 14 horas, na sede da Companhia, situada na Rua 7 de Setembro, 539, 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre – RS, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE, sob a Presidência da Sra. **CELINA MARIA DE MACEDO BRINCKMANN**, com a participação dos Conselheiros **ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO** e **ILDO WILSON GRUDTNER**, que trataram da seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da ata da 111ª reunião do Conselho Fiscal.** O Conselho aprovou a ata.
- 2. Eleição do Presidente do Conselho.** Colocada a palavra à disposição dos Conselheiros, inicialmente, a Presidenta Celina e o Conselheiro André registraram a valorosa contribuição do Conselheiro Carlos Eduardo de Campos Vieira, que deixou este Conselho, bem como deram as boas vindas ao novo Conselheiro Ildo Wilson Gudtner. Em seguida, foi reeleita a Conselheira Celina Maria de Macedo Brinckmann, para a Presidência do Conselho.
- 3. Aprovação do calendário de reuniões ordinárias para o ano de 2008.** Foi apresentada uma proposta de calendário para as próximas reuniões, o qual foi aprovada, devendo ser observado a disponibilidade das agendas dos Conselheiros.
- 4. Ata das 127ª e 128ª Reuniões do Conselho Administração, para conhecimento.** O Conselho Fiscal, após análise das atas, fez os seguintes destaques: Na Ata da 127ª Reunião - o relato da situação das fases A e B (item 2), dando ciência dos problemas de manutenção enfrentado nessas unidades, merecendo ênfase a necessidade de intensiva manutenção nos equipamentos. Informação sobre o ofício ao TCU (item 5), foi esclarecido que diz respeito à adequação (aditivo contratual) do contrato de EPC em função dos custos da obra civil da fase C de Candiota, que vem tendo seu contrato acompanhado pelo referido Órgão. Em relação à aprovação da contratação de R\$ 122 milhões junto a Eletrobrás, verifica-se que a situação se correlaciona com a necessidade de caixa para cobertura dos custos de compra de energia, em função das dificuldades de geração, e das despesas do investimento na fase C de Candiota, haja vista o não ingresso dos recursos do financiamento. Em relação à Ata da 128ª reunião - destaque para aprovação das contas do exercício de 2007 pelo Conselho de Administração.
- 5. Atas das Reuniões da Diretoria Executiva de nºs 396 a 399/2008 e Súmulas das Resoluções de 087 a 118/2008.** O Conselho examinou as Atas e Súmulas, destacando, na Ata nº 396, as Resoluções 91 e 95, e na Ata nº 398, as Resoluções 109 e 113, que dão conta do processo de contratação emergencial de manutenção de unidades operacionais da empresa, onde ocorreu a contratação da empresa Thorga Engenharia Industrial S.A., posteriormente desclassificada por deixar de atender o projeto básico proposto, e posterior contratação da empresa Metalúrgica Usimec Ltda. Em relação à Ata 397, destacou-se a Resolução 100, com questionamento sobre a previsibilidade da aquisição de óleo combustível, efetuada em caráter emergencial com dispensa de licitação, bem como o item 2.5 dos assuntos gerais onde são requeridas

medidas com vistas a evitar contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação. Em relação à Ata 398, foi ressaltada a Resolução 108, com louvável iniciativa preparatória para execução de concurso público para preenchimento de cargos necessários à entrada de operação da Fase C de Candiota. Solicitou-se para a próxima reunião os pareceres jurídicos das dispensas de licitação e a documentação completa da Resolução 117/08.

- 6. Fluxo de Caixa Móvel – Realizado/Reprogramado.** O Conselho Fiscal, após análise do Fluxo de Caixa Móvel, destacou a expectativa de que os recursos do financiamento da Fase C de Candiota ingressem no caixa da CGTEE, o mais rápido possível.
- 7. Saldo Médio Mensal de Bancos – abril/2008.** O Conselho Fiscal, após análise, não teve nada a destacar.
- 8. Acompanhamento Orçamentário – 2008.** O Conselho Fiscal analisou o relatório e observou que está pendente a realização de receita do financiamento para a Fase C de Candiota, fazendo com que se repitam situações de discrepância entre a programação e realização, como já referido em reuniões anteriores.
- 9. Relação de Contratos e Aditivos vigentes primeiro trimestre de 2008.** O Conselho Fiscal, após análise, não teve nada a destacar.
- 10. Pregões efetivamente contratados.** O Conselho Fiscal, após análise, não teve nada a destacar.
- 11. Relação de Processos Licitatórios.** O Conselho Fiscal, após análise, não teve nada a destacar.
- 12. Planilha de Dispensas e Inexigibilidades de Licitações.** O Conselho solicitou para a próxima reunião cópia dos Pareceres Jurídicos, conforme item 5 desta Ata.
- 13. Demonstrações Contábeis do trimestre findo em 31 de março de 2008 e de abril/08.** O Conselho Fiscal após análise das Demonstrações Contábeis, fez os seguintes destaques: demonstrações do trimestre findo em 31 de março - a Nota Explicativa nº 36, registra a carência de regulamentação em relação à Lei 11.638, de 2007, que dispõe sobre alteração de práticas contábeis e outros temas. O Grupo Eletrobrás deixou de adotar determinados procedimentos relacionados às demonstrações contábeis previstos na referida Lei, entretanto houve decisão do Grupo de adotar integralmente essas previsões legais no exercício findo em 2008, o que exigirá, em relação às demonstrações interinas de 2008, sejam indicados os efeitos que poderão ser gerados nas demonstrações finais, pela observância parcial das previsões dessa Lei nessas demonstrações interinas. Demonstrações do Trimestre e também do mês de abril de 2008 - destaque para a redução do ritmo dos prejuízos acumulados, resultado, em especial, da redução do preço da energia no mercado livre.
- 14. Assuntos Gerais:**
 - a. Relatório de Auditoria nº 014/2007 – Almoxarifado/Carvão.** Será analisado na próxima reunião.
 - b. O Conselho Fiscal solicitou retorno da Planilha “Plano de Ação”, com os registros das ações adotadas pelas áreas responsáveis pelo processo,**

de acordo com os pontos de Auditoria levantados. Será analisado na próxima reunião.

- c. **Apresentação de um estudo sobre a viabilidade das aplicações de saldos em conta correntes.** O Conselho Fiscal recebeu a justificativa sobre saldos mês de março de 2008, tendo ouvido o Sr. João Francisco da S Ferreira, chefe do Departamento Financeiro, sobre a situação atípica que levou ao saldo excessivo no mês de março, dado a existência de compromissos a vencer e a incerteza sobre o aporte de recursos esperados. Foi informado que, em virtude da extinção da CPMF, a empresa reviu sua política de aplicação e passará a aplicar suas disponibilidades mesmo em períodos mais curtos.
- d. **Relatório Processos Trabalhistas dos Sub-Rogados (já entregue).** Será analisado na próxima reunião.

15. Próxima reunião, 27 de junho de 2008.

Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todos, dando por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos Conselheiros presentes.

Porto Alegre, 06 de junho de 2008.

CELINA M. DE MACEDO BRINCKMANN
Presidenta do Conselho

ILDO WILSON GRUDTNER
Conselheiro

ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO
Conselheiro

**ATA DA 113^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE
REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2008**

Aos vinte e sete dias do mês de junho de 2008, às 10 horas, na sede da Companhia, situada na Rua 7 de Setembro, 539, 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre – RS, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE, sob a Presidência da Sra. **CELINA MARIA DE MACEDO BRINCKMANN**, com a participação dos Conselheiros **ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO** e **ILDO WILSON GRÜDTNER**, que trataram da seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da ata da 112^a reunião do Conselho Fiscal.** O Conselho aprovou a ata.
- 2. Atas das 129^a e 130^a Reuniões do Conselho Administração, para conhecimento.** O Conselho analisou as Atas, destacando, na Ata da 129^a Reunião, o item 3, que refere a uma pequena defasagem entre o percentual

previsto e o realizado na execução do projeto da Fase C de Candiota, merecendo atenção da empresa com vistas a que tal situação não se agrave. Também mereceram registro a autorização para a realização da avaliação técnica visando o *retrofit* da Fase B, orçado em 180 mil euros, e as solicitações, constantes do item 6, para apresentação de diagnóstico preciso para a recuperação das Fases A e B, com um plano de longo prazo, relatório de investimentos feitos nessas unidades no período 2003 até 04 de abril de 2008, bem como um estudo com projeção para os próximos 10 anos, demonstrando a energia contratada e as descontratações. O Conselho requer a apresentação dos estudos quando da sua conclusão. Na Ata da 130^a Reunião, destaque para aprovação do Relatório de Responsabilidade Sócio Ambiental do exercício de 2007, já examinado e aprovado neste Conselho Fiscal, para a posse dos Conselheiros e para reeleição dos membros da Diretoria.

- 3. Atas das Reuniões da Diretoria Executiva de nºs 388, 389, 400 e 401/2008 e as Súmulas das Resoluções de 034 a 046 e 119 a 138/2008.** O Conselho apreciou as Atas e Súmulas, destacando, na Ata da 400^a Reunião, a Resolução 119/2008, com a aprovação de Procedimento para elaboração e acompanhamento do Plano de Gestão da CGTEE, ratificando indicadores e metas para o exercício de 2008. Destaque ainda para a Resolução 124/2008, que contemplou a revisão do PDG e OI de 2008 e para Resolução 132/2008 que aprovou o PDG e OI do quadriênio 2009-2012. Ainda nessa Ata da 400^a Reunião, destaque para o item 2.6 dos Assuntos Gerais, de onde se vislumbra a interdição da Usina de Candiota da CTEE, por problemas identificados no ambiente de trabalho, em área sob a gestão da CRM, devendo a CGTEE tomar as cautelas para que a CRM atente para a observância das solicitações da Superintendência Regional do Trabalho, com vistas a adequação à legislação pertinente. O Conselho solicitou o parecer jurídico da dispensa de licitação aprovada pela Resolução 121/2008. Na Ata da 401^a Reunião, destaque para a Resolução 133/2008, onde se constitui grupo de trabalho multidisciplinar, com vistas a garantia ao atendimento dos padrões legais vigentes relativos à saúde ocupacional, segurança e meio ambiente da Unidade de Candiota e, ainda, para o item 2.4 dos Assuntos Gerais, onde se relata que a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho 2008/2009 está em processo de aprovação.
- 4. Fluxo de Caixa Móvel – Realizado/Reprogramado.** O Conselho Fiscal, após análise, verificou que a situação se mantém inalterada em relação ao ingresso do financiamento da Fase C de Candiota, que restou mais uma vez reprogramado. Houve ingresso extraordinário decorrente de saldo de empréstimo obtido junto à Eletrobrás, na ordem de R\$ 43,5 milhões. Observou-se a tendência de queda do custo da energia adquirida, indicando uma provável recuperação dos níveis de geração.
- 5. Saldo Médio Mensal de Bancos – abril/2008.** O Conselho analisou o Relatório e não houve destaques.
- 6. Acompanhamento Orçamentário – 2008.** O Conselho analisou o relatório e destacou a revisão do Orçamento, em especial a revisão de recursos nas rubricas de investimento na implantação de Candiota III, ampliados na ordem de R\$ 177 milhões, do endividamento, com o registro da previsão do empréstimo obtido junto à Eletrobrás, na ordem de R\$ 122 milhões, dos recursos relativos ao financiamento da Fase C de Candiota, incrementados na ordem de R\$ 199 milhões, e do custeio com material e produtos, que foram aumentados na ordem de R\$ 133 milhões, especialmente em decorrência do aumento dos gastos com a compra de energia.

7. Demonstrações Contábeis maio/08. O Conselho analisou as demonstrações, destacando a redução do ritmo dos prejuízos acumulados, verificando que decorreu da redução do preço da energia adquirida no mercado, para atendimento dos compromissos contratados pela Empresa.

8. Assuntos Gerais:

- a. Planilha Plano de Ação relativa ao Relatório de Auditoria nº 12/2007. Ficou acordado que será apresentada em conjunto com o Relatório de Acompanhamento das Determinações/Recomendações da CGU, TCU e Auditoria Interna do 1º semestre de 2008.
- b. Relatório Processos Trabalhistas dos Sub-Rogados - O Conselho tomou conhecimento dos relatórios analíticos, observando que há multiplicidade de causas nos processos sub-rogados (decorrentes de ações remanescentes da cisão que originou a CGTEE), que se apresentam em diferentes fases processuais. Em sua maioria, os processos apresentam indicativo de risco provável. O Conselho não conseguiu averiguar a compatibilidade entre os valores dos relatórios e das respectivas provisões nas demonstrações contábeis, diante do que solicita esclarecimento às áreas contábil e jurídica da Empresa, a ser agendada para próxima reunião. O Conselho solicita a relação de processos acompanhados pelos escritórios Dutra Vila & Dutra Vila Advogados Associados e Cardona Advocacia Empresarial S/C. O Conselho recomenda que a empresa adote medidas de gestão preventivas para evitar que se repitam ou se avolumem passivos trabalhistas.
- c. Relatório da Auditoria Interna nº 14/2007. O Conselho havia recebido o Relatório na 112ª Reunião do Conselho, tendo apreciado o mesmo, destacou a necessidade de que a Empresa envide esforços para atendimento das recomendações reiteradas pela Auditoria Interna para sanar os problemas apresentados, tanto nos aspectos físicos como naqueles relacionados aos controles e à contabilização, no almoxarifado.
- d. Pareceres de Inexigibilidades e Dispensas de Licitação. Foram recebidos os pareceres relacionados às Resoluções 076, 084, 085, 094, 117 e 120, não tendo sido apresentados destaques pelo Conselho.

9. Próxima reunião ficou prevista para 1º de agosto de 2008.

Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todos, dando por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos Conselheiros presentes.

Porto Alegre, 27 de junho de 2008.

CELINA M. DE MACEDO BRINCKMANN
Presidenta do Conselho

ILDO WILSON GRÜDTNER
Conselheiro

ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO
Conselheiro

ATA DA 114ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA

COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE
REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 2008

Aos vinte e oito dias do mês de julho de 2008, as 09 hs e 30 min, na sede da Companhia, situada na Rua 7 de Setembro, 539, 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre – RS, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE, sob a Presidência da Sra. **CELINA MARIA DE MACEDO BRINCKMANN**, com a participação dos Conselheiros **ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO** e **ILDO WILSON GRUDTNER**, que trataram da seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da ata da 113ª reunião do Conselho Fiscal.** O Conselho aprovou a ata.
- 2. Ata da 131ª Reuniões do Conselho Administração, para conhecimento.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento da ATA da 131ª reunião do Conselho de Administração, destacando o item 5, Carta Eletrobrás CTA PR-4676/2008 circular com as Novas Diretrizes de Gestão estabelecidas pelo MME para as empresas do Sistema Eletrobrás, solicitando o Conselho o conhecimento do seu teor. As novas diretrizes de gestão tratam de procedimentos a serem observados pelas controladas, tais como: dar direito de preferência na formação de SPEs e consórcios às empresas do Grupo Eletrobrás; somente transferir ou alienar participações em SPEs e consórcios mediante concordância da Controladora; submeter oportunidades de negócios à Controladora; submeter as captações de recursos financeiros à anuênciaria da Controladora. Destaque, ainda, para o item 10, alínea “a”, Ação declaratória com condenatória de autoria da CEEE contra a CGTEE, solicitando que seja informada a solução do processo ao Conselho, quando de sua conclusão.
- 3. Atas das Reuniões da Diretoria Executiva de nºs 402 a 406/2008 e Súmulas das Resoluções 139 a 186/2008.** O Conselho Fiscal analisou as atas e súmulas, destacando, na ata nº 402, a Resolução 139/08, que autoriza a alienação das casas da Vila Operária em Candiota, recomendando a CGTEE a adoção das cautelas cabíveis na alienação de patrimônio da empresa. Na Ata nº 403, destacou-se a Resolução 155/08, que trata do aditivo do contrato de fornecimento de carvão, onde se verifica o reajusteamento do preço em 9,8%, e a Resolução 158/08, que trata do Quarto Termo Aditivo celebrado com a Thorga Engenharia Industrial S.A, para adequação dos quantitativos e qualitativos para equipamentos, materiais e ferramentas.
- 4. Fluxo de Caixa Móvel – Realizado/Reprogramado.** O Conselho Fiscal analisou o Fluxo de Caixa Móvel e observou que está previsto para o mês de julho a entrada do financiamento de Candiota III (Fase C).
- 5. Saldo Médio Mensal de Bancos – junho/2008.** O Conselho analisou e não tem destaque.
- 6. Acompanhamento Orçamentário – 2008.** O Conselho analisou a planilha de Acompanhamento Orçamentário, observando que a realização esta abaixo do previsto, fazendo os seguintes destaques: (i) na receita a previsão de realização era de 67,8% e foi realizado 21,8%; (ii) no Investimento a realização prevista era de 72,3% e foi realizado 13,03%; (iii) no custeio a realização que era de 64,45 ficou em 23,3% o realizado. A realização da receita e do investimento se mantém abaixo do previsto, especialmente em função do atraso no ingresso dos recursos

do financiamento de Candiota III (Fase C).

7. **Relação de Contratos e Aditivos vigentes.** O Conselho analisou e não tem destaque.
8. **Planilha de Dispensas e Inexigibilidades de Licitações, com Pareceres Jurídicos – 2008.** O Conselho analisou e não tem destaque.
9. **Demonstrações Contábeis junho/08;** O Conselho Fiscal analisou as Demonstrações Contábeis, destacando o prejuízo de R\$ 93 milhões, tendo uma variação de 398%, em relação ao ano de 2007 (R\$ 19 milhões), acarretado, principalmente pelo ajuste de energia a maior, sendo que o item que mais contribuiu para esse prejuízo foi a energia comprada para revenda, que soma R\$ 99 milhões para um valor de R\$ 9 milhões no mesmo período do ano anterior. Destaca, ainda, que a energia comprada para revenda que vinha apresentando uma redução ao longo do semestre, voltou a apresentar valores crescentes, ou seja, no início do ano corrente, ficou num patamar além da expectativa, no meio do semestre apresentou redução e neste último mês vem apresentando acréscimo.

10. Assuntos Gerais:

- a. **Relatório de Auditoria nº 001/2008 – Formalização e execução de Convênios, para conhecimento.** O Conselho Fiscal analisou o Relatório supra-citado, e recomenda que sejam atendidas as providências (item 4.8) seguindo as recomendações (itens 4.5 e 4.7) no prazo estipulado pela Auditoria de 60 dias, solicitando que seja prestada informação ao Conselho Fiscal quanto aos encaminhamentos adotados pela Companhia.
- b. **Solicitação estudo sobre a alteração das normas contábeis.** O Conselheiro André, atendendo a demanda do Tesouro Nacional, constante do Ofício Circular STN/GEFIS/COREF nº 33, de 22 de julho de 2008, do qual entregou cópia, solicita à Administração da CGTEE que providencie a elaboração de estudo versando sobre as diferenças existentes entre a escrituração contábil atual e as práticas contábeis inseridas pela Lei nº 11638/07, incluindo as repercussões que essas mudanças podem provocar no resultado operacional da empresa, bem como o impacto fiscal da adoção dessas novas medidas legais. Foi ressaltado que a solicitação do Tesouro é que tal estudo seja encaminhado até 30/09/2008.
- c. **Aquisição de prédio destinado ao funcionamento da empresa.** O Conselho Fiscal solicitou a presença do Diretor Administrativo, Sr. Eduardo Antonio Peters, para prestar esclarecimentos sobre o processo de negociação, tendo sido questionado sobre as precauções quanto à regularidade do preço, as condições de pagamento face à situação financeira da empresa e a adequação do imóvel às necessidades da empresa. O Diretor Eduardo relatou, inicialmente, que as negociações para a compra do prédio para sediar a empresa não evoluíram, pois não houve acordo sobre as condições de pagamento, estando, por ora, encerradas e fora do horizonte de curto prazo da empresa. Relatou que quanto ao preço, foram tomadas três avaliações de mercado, de instituições de reconhecida idoneidade e competência tais como a Caixa Econômica Federal e o Banrisul, para serem tomadas como parâmetro nas negociações. A Empresa optou pela negociação direta, evitando a

existência de corretagem, o que também contribuiria para a redução dos custos da aquisição. Referiu, entretanto, que o principal óbice para evolução das negociações foram justamente às condições de pagamento. A Empresa preferia o pagamento parcelado, mas não houve acordo quanto às taxas de juros aplicáveis à parte financiada, também contribuiu para esta decisão o prejuízo apresentado pela empresa, até o momento. Salientou, entretanto a necessidade de maiores contingentes de recursos humanos nas estruturas centralizadas da Empresa, que será necessária adequação do espaço às futuras necessidades da empresa, a mesma está demonstrada no processo de aquisição, embasada em estudo que correlaciona quantidade de empregados pela área disponível. Registrhou que, no período recente, a empresa tem diminuído sua área disponível, pois rescindiu contratos de espaços alugados, como medida de contenção de despesas.

11. Próxima reunião, 29 de agosto de 2008.

Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todos, dando por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos Conselheiros presentes.

Porto Alegre, 28 de julho de 2008.

CELINA M. DE MACEDO BRINCKMANN
Presidenta do Conselho

ILDO WILSON GRUDTNER
Conselheiro

ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO
Conselheiro

ATA DA 115^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2008

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2008, as 10 hs na sede da Companhia, situada na Rua 7 de Setembro, 539, 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre – RS, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE, sob a Presidência da Sra. **CELINA MARIA DE MACEDO BRINCKMANN**, com a participação dos Conselheiros **ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO** e **ILDO WILSON GRUDTNER**, que trataram da seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da ata da 114^a reunião do Conselho Fiscal.** O Conselho aprovou a ata.
- 2. Ata da 132^a e 133^a Reuniões do Conselho Administração, para conhecimento.** O Conselho Fiscal apreciou as Atas, destacando que a Ata nº 132 refere-se a manifestação sobre alterações estatutárias, tratando-se de alteração efetuada em consonância com novo padrão estabelecido pela Eletrobrás para as empresas do Grupo. Destacou-se, na Ata de nº 133, que,

quanto ao andamento do cronograma do empreendimento da Fase C de Candiota (item 2), houve uma realização da 38,64%, relativamente à previsão de 47,2%, o que representa um atraso de 3,5 meses, constando que a Administração da CGTEE está adotando providências para melhorar o ritmo da obra, mediante gestões junto à *CITIC e com o Consórcio Sul Energia visando obter agilização no ritmo da obra.* Ainda neste item, também se destaca as tratativas sobre a conexão de acesso da Fase C de Candiota a rede básica, sobre a qual o Conselho Fiscal solicita ser informado da sua solução.

- 3. Atas das Reuniões da Diretoria Executiva de nºs 407 a 412/2008 e Súmulas das Resoluções de 187 a 238/2008.** O Conselho Fiscal procedeu à apreciação dos documentos, destacando, na Ata de nº 408, a Resolução nº 205, que autorizou pagamento de indenização por serviços prestados, solicitando entrega de cópia do respectivo Parecer Jurídico (PRJ-213/2008), a este Conselho Fiscal.
- 4. Fluxo de Caixa Móvel – Realizado/Reprogramado.** O Conselho Fiscal apreciou o relatório, constatando que iniciou o ingresso dos recursos do financiamento do empreendimento da Fase C de Candiota, também sendo verificado o início do pagamento do empréstimo de curto prazo junto à Eletrobrás.
- 5. Saldo Médio Mensal de Bancos – julho/2008.** O Conselho Fiscal apreciou o relatório, não havendo destaques.
- 6. Acompanhamento Orçamentário – 2008.** O Conselho Fiscal apreciou o relatório, tendo verificado que, embora ainda permaneça uma significativa defasagem, houve uma melhora na realização, face à previsão, especialmente em função do início do ingresso dos recursos do financiamento da Fase C de Candiota, que permitiu alguma evolução dos cronogramas de receitas e investimentos.
- 7. Relação de Contratos e Aditivos vigentes.** O Conselho Fiscal apreciou os relatórios, não apresentando destaques.
- 8. Pregões efetivamente contratados.** O Conselho Fiscal apreciou o relatório, não apresentando destaques.
- 9. Planilha de Dispensas e Inexigibilidades de Licitações, com Pareceres Jurídicos – 2008.** O Conselho Fiscal apreciou o relatório, não apresentando destaques.
- 10. Demonstrações Contábeis julho/08.** O Conselho Fiscal apreciou o relatório, verificando a continuidade do aumento dos prejuízos apresentados (R\$ 15 milhões no resultado de julho, acumulando R\$ 108 milhões no ano), mais uma vez pela necessidade de aquisição de energia no mercado, face à baixa produção das unidades geradoras da Empresa. Observou-se, quanto aos indicadores econômico-financeiros da CGTEE, uma alteração substancial do perfil da empresa, que observaram uma redução dos índices de liquidez (corrente e geral) e de solvência geral, especialmente em função da contração de financiamentos de curto prazo (equação do fluxo financeiro) e longo prazo (financiamento do empreendimento da Fase C de Candiota), de outra banda, pelas mesmas razões, um aumento expressivo nos indicadores de endividamento (Grau e Relacionado ao Patrimônio Líquido), entretanto, tomou um perfil de mais longo prazo, com a redução do indicador Perfil de Endividamento.

11. Relatório de Recomendações/Determinações PRA/CGU/TCU. Recebido o relatório, o qual será analisado na próxima reunião.

12. Assuntos Gerais:

- a. Relatório de Auditoria nº 02/2008 – Informática - Segurança do Sistema/Processos. O Conselho apreciou o Relatório, recomendando que a Empresa envide esforços para atender a recomendação da Auditoria Interna, quanto à formalização de um Plano de Contingências.
- b. Relatório de Auditoria nº 04/2008 – Transportes - Serviços e Práticas. O Conselho apreciou o Relatório, recomendando que a Empresa envide esforços para atender as recomendações (itens 4.1 a 4.5 do Relatório) da Auditoria Interna.
- c. Ata da 19ª Assembléia Geral Extraordinária. O Conselho Fiscal recebeu cópia da Ata, anexada de cópia do novo Estatuto da CGTEE.

Próxima reunião ficou prevista para 22 de setembro de 2008.

Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todos, dando por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos Conselheiros presentes.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2008.

CELINA M. DE MACEDO BRINCKMANN
Presidenta do Conselho

ILDO WILSON GRUDTNER
Conselheiro

ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO
Conselheiro

**ATA DA 116ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2008**

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de 2008, as 09 horas e 30 minutos na sede da Companhia, situada na Rua 7 de Setembro, 539, 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre – RS, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE, sob a Presidência da Sra. **CELINA MARIA DE MACEDO BRINCKMANN**, com a participação dos Conselheiros **ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO** e **ILDO WILSON GRUDTNER**, que trataram da seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação da ata da 115ª reunião do Conselho Fiscal.** O Conselho aprovou a ata.

2. **Atas das Reuniões da Diretoria Executiva de nºs 413 a 415/2008 e Súmulas das Resoluções de 239 a 258/2008.** O Conselho Fiscal apreciou os relatórios, não apresentando destaques.
 3. **Fluxo de Caixa Móvel – Realizado/Reprogramado.** O Conselho Fiscal apreciou os relatórios, não apresentando destaques.
 4. **Saldo Médio Mensal de Bancos – agosto/2008.** O Conselho Fiscal apreciou os relatórios, não apresentando destaques.
 5. **Acompanhamento Orçamentário – 2008.** O Conselho Fiscal apreciou os relatórios, não apresentando destaques.
 6. **Relação de Contratos e Aditivos vigentes.** O Conselho Fiscal apreciou os relatórios, não apresentando destaques.
 7. **Pregões efetivamente contratados.** O Conselho Fiscal apreciou os relatórios, não apresentando destaques.
 8. **Demonstrações Contábeis agosto/08.** O Conselho Fiscal examinou as demonstrações, verificando que o prejuízo já atingiu o patamar de R\$ 125 milhões, mas uma vez tendo sido significativa para determinação do resultado a despesa com energia comprada para revenda.
 9. **Relatório de Recomendações/Determinações PRA/CGU/TCU;** O Conselho Fiscal apreciou o relatório, registrando que a Empresa deve envidar esforços para atender as recomendações e determinações constantes do mesmo, sejam da Auditoria, da CGU ou do TCU, especialmente algumas de ordem estratégica para a prevenção da formação de passivos trabalhistas, como as elencadas no tópico 2.13, ou para a operação da empresa, como as constantes do tópico 2.15, que dizem respeito a licenciamento, conformidades e compromissos ambientais. Em relação ao tópico 2.16, que trata do acompanhamento do atendimento às recomendações do Relatório PRA 12/2007, ao qual o Conselho Fiscal havia feito registro para acompanhamento, verificou-se que maioria de seus itens está atendido ou em implementação, reiterando o Conselho a necessidade de que a Empresa adote procedimentos e cautelas para a execução das licitações e supervenientes contratos atendam aos requisitos e normas legais e regulamentares.
10. **Assuntos Gerais:**
- a. **Relatório de Auditoria nº 03/2208 – Formalização e execução de Contratos Fase C;** O Conselho Fiscal apreciou o relatório, registrando que a Empresa deve envidar esforços para atender as recomendações propostas pela Auditoria Interna, no que diz respeito aos cuidados burocráticos na execução dos contratos e, especialmente, no controle e fiscalização da execução dos mesmos, averiguando a questão das subcontratações, devendo atentar para o fiel cumprimento pelas contratadas dos requisitos e exigências estipulados contratualmente.
 - b. **Acompanhamento do estágio da Candiota III, comparado com cronograma inicial e prazos em relação a compromissos assumidos em leilão.** O Engº Hermes Ceratti Marques informou que a obra esta com aproximadamente 4 meses atrasadas, por vários problemas, dentre os quais, destaca a demora das

entidades chinesas em aprovar o financiamento (em torno de 14 meses) e alguns problemas com disponibilidade de mão de obra. Na parte da construção civil, informa que houve problemas iniciais com a “tropicalização do projeto”, que tinha um atraso inicial de cerca de 3 meses, hoje está resolvido. Salientou sua percepção de que há um ritmo inadequado para ajustar o andamento da obra com o cronograma previsto, especialmente pela já referida deficiência no aporte de mão-de-obra pela CITIC. Alguns elementos externos, como as chuvas recorrentes, também contribuíram negativamente para o cumprimento do cronograma. Referiu que a fabricação dos equipamentos está ocorrendo praticamente dentro do previsto e estão chegando, quase diariamente, toneladas de equipamentos no canteiro de obras, mas aparecem alguns problemas relacionados à contratação da empresa para fazer a montagem eletromecânica, especialmente pela preferência da CITIC pela contratação de mão de obra da China, que encontra restrições na legislação brasileira. Nos últimos meses está havendo reuniões periódicas com a CGTEE, CITIC e Consórcio Sul Energia, e também algumas vezes com o Conselho de Administração junto, para adoção de medidas com vistas a minimizar o atraso.

- c. **Elaboração de estudo versando sobre as diferenças existentes entre a escrituração contábil atual e as práticas contábeis inseridas pela Lei nº 11638/07.** O Sr. José Luís, do Departamento de Contabilidade, fez um relato sobre essa situação, esclarecendo que: 1) a CGTEE, em conjunto com as demais empresas do Sistema Eletrobrás, está em fase de estudo das mudanças introduzidas pela legislação em questão, bem como está aguardando alguns regramentos que ainda não foram editados, como é o caso do tratamento tributário, que até o momento não houve edição de normas complementares pela Fazenda Federal; 2) visando desenvolver entendimento conceitual e prático de todos os Departamentos de Contabilidade das empresas do Sistema Eletrobrás, foi criado um grupo de estudos, que está analisando esta nova legislação e deverá adotar posicionamento e providências uniformes sobre o tema; 3) a Controladora está lançando um edital de licitação para contratação de consultoria especializada, visando posicionar-se e ajustar a contabilidade das empresas aos novos padrões que constam na Lei. 4) desta forma a verificação dos impactos sobre as empresas da Eletrobrás pendem das providências acima, estando impossibilitada a CGTEE de apresentar o referido estudo, isoladamente, no prazo solicitado por essa Coordenação-Geral. O Conselho Fiscal solicitou que tão logo haja disponibilidade dos estudos sobre esses impactos, os mesmos sejam apresentados a este Colegiado.
- d. **Apresentação do diagnóstico detalhado para a recuperação das Fases A e B e estudo com relatório de investimentos realizados de 2003 a 2008 com projeção para os próximos 10 anos.** O Diretor Schnor fez um relato das Unidades I, II, III e IV das Fases A e B, da UPME, informando que a revisão da Unidade IV termina em meados de outubro/08 e após entra em revisão a Unidade III com 60 dias de duração. Na Fase A, a Unidade II terminou a revisão e está gerando em média 40MW e a Unidade I está em revisão a Caldeira, devendo retornar nos próximos dias. Até o final de 2008 as 4 unidades deverão estar em condições de gerar. Após o Diretor Schnor passou às mãos dos Conselheiros apresentação sobre o tema.
- e. **Acordo Coletivo de Trabalho 2008/2009.** O Conselho recebeu cópia do acordo, não tendo apresentado destaques.
- f. **Resolução da Diretoria nº 205/2008.** O Conselho recebeu cópia da referida, juntamente com o respectivo Parecer Jurídico PRJ nº 213/2008, de 31/07/2008.

Não obstante o parecer jurídico favorável ao pagamento, o Conselho considerou anômalo o procedimento adotado pela Empresa, que, segundo o parecer jurídico, foi atendido “em desconformidade com o Direito e com os princípios constitucionais”, devendo a Companhia adotar cautelas para que situações como essa não se repitam.

Próxima reunião ficou agendada para 24 de outubro de 2008.

Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todos, dando por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos Conselheiros presentes.

Porto Alegre, 22 de setembro de 2008.

CELINA M. DE MACEDO BRINCKMANN
Presidenta do Conselho

ILDO WILSON GRUDTNER
Conselheiro

ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO
Conselheiro

**ATA DA 117^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE
REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2008**

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de 2008, às 09 horas e 30 minutos na sede da Companhia, situada na Rua 7 de Setembro, 539, 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre – RS, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE, sob a Presidência da Sra. **CELINA MARIA DE MACEDO BRINCKMANN**, com a participação dos Conselheiros **ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO** e **ILDO WILSON GRUDTNER**, que trataram da seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação da ata da 116^a reunião do Conselho Fiscal.** O Conselho aprovou a ata.
2. **Atas das Reuniões do Conselho Administração.** O Conselho Fiscal solicita o encaminhamento das cópias das atas das reuniões do Conselho de Administração no prazo de 10 dias contados da aprovação (§1º art. 163, Lei nº. 6.404/76), conforme legislação.
3. **Atas das Reuniões da Diretoria Executiva de nºs 416 a 420/2008 e Súmulas das Resoluções de 259 a 283/2008.** O Conselho Fiscal apreciou as atas e súmulas, destacando, na ata nº. 416, a Resolução nº. 259, para registrar a salutar medida de normatização da realização de horas-extras na empresa. O Conselho Fiscal destacou também, na mesma ata, a Resolução nº. 261, que trata da autorização para cessão da empregada da CGTE, Sra. Isabel Cristina Furquim, para a Defensoria Pública Geral da União, com ônus para a CGTEE, para examinar as razões da cessão nesses termos. A documentação

apresentada ao Conselho demonstra que a Empresa, inicialmente, negou a cessão e que a Defensoria Pública oficiou a Empresa afirmando que a cessão seria irrecusável, uma vez que aquele órgão teria prerrogativa de requisitar servidores de órgãos e entidades da Administração Federal. Esse Conselho, entretanto, entende que seria oportuno que a Empresa solicitasse uma avaliação jurídica mais profunda da questão, averiguando se a CGTEE e seus empregados estão efetivamente submetidos aos ditames do dispositivo legal trazido como fundamento pela Defensoria Pública (art. 4º da Lei nº. 9.020/95), que alcança apenas os servidores de órgãos e entidades da Administração Federal. Destaque para a Resolução nº. 276, que trata da autorização para instauração de processo licitatório para realização de concurso público. Na ata nº. 419, item 2.1 dos assuntos gerais, o Conselho Fiscal solicitou esclarecimentos acerca do que seria a notificação ali referida, obtendo informação do Assessor da Diretoria Financeira, Sr. Paulo Aymires, de se tratar de multa da ordem de R\$ 51 mil, pelo não atendimento de disponibilidade de geração mínima. No item 2.6 dos assuntos gerais da mesma ata e item 2.3 da ata nº. 420, há registro de que a Empresa deveria encaminhar à Superintendência Regional do Trabalho, até 20/10, o acordo operativo CGTEE-CRM para área de trabalho do manuseio e transporte de carvão, o Conselho Fiscal obteve informação de que o referido prazo foi cumprido. Na ata nº. 420, item 2.4, há informação de eventuais dificuldades para conclusão de processo licitatório para continuidade de serviços de limpeza e remoção de resíduos industriais da geração de energia a carvão em Candiota, com riscos de redução ou paralisação da geração, tendo havido autorização para procedimento de contratação por emergência. O Conselho Fiscal recomenda que haja adequada antecedência no planejamento das licitações, com vistas a evitar contratações emergenciais em situações-limite de risco.

4. **Fluxo de Caixa Móvel – Realizado/Reprogramado.** O Conselho Fiscal examinou o documento, verificando que há previsão de saldo negativo no fluxo de caixa em dezembro de 2008. O Conselho Fiscal solicitou informações da área financeira, tendo ouvido o Chefe do Departamento Financeiro e o Assessor da Diretoria Financeira, Srs. João Francisco Ferreira e Paulo Aymires, que informaram que a empresa conseguirá equacionar seus fluxos até o fim do ano, especialmente com o ingresso de recursos do financiamento do empreendimento de Candiota III.
5. **Saldo Médio Mensal de Bancos – setembro/2008.** O Conselho apreciou o relatório, tendo recebido informações adicionais do Chefe do Departamento Financeiro, que informou do novo cenário relativo à possibilidade de efetivação de aplicações financeiras, apresentando como fatores a serem considerados: a incidência de IOF em aplicações com prazo inferior a 30 dias; saques com valores elevados para custear as despesas do projeto de Candiota III; e a recomendação da BB DDVM que sejam planejadas e informadas operações de aplicação e resgate com antecedência de 15 dias.
6. **Acompanhamento Orçamentário – 2008.** O Conselho Fiscal apreciou o relatório, não apresentando destaques, pois permanecem as mesmas situações já levantadas nas atas anteriores.
7. **Relação de Contratos e Aditivos vigentes.** O Conselho Fiscal apreciou o relatório, não apresentando destaques.
8. **Planilhas de Dispensas e Inexigibilidades de Licitações, com Pareceres Jurídicos;** O Conselho Fiscal apreciou o relatório, não apresentando destaques.

9. Demonstrações Contábeis trimestrais - setembro/08. O Conselho Fiscal examinou as Demonstrações Contábeis encerradas em setembro de 2008 e constatou aumento no prejuízo em 222% (R\$ 147 milhões) quando comparado com 2007 (R\$ 46 milhões). O Conselho solicitou a presença do contador Sr. João Luiz, para apresentação das Demonstrações e após explicações o conselho concluiu que a empresa apresenta receita operacional líquida de R\$ 130 milhões e uma despesa operacional de R\$ 278 milhões, sendo que a maior despesa registrada é com energia comprada no valor de R\$ 146 milhões e, se ainda computarmos o resultado financeiro de R\$ 813 mil, bem inferior ao ano de 2007 que foi de R\$ 16 milhões, chegamos ao prejuízo apresentado até setembro de R\$ 147 milhões. A preocupação do Conselho é que o prejuízo aumente cada vez mais e que a empresa encerre o exercício de 2008 com um resultado substancialmente negativo. O Conselho registrou que os principais fatores que contribuíram para o citado resultado foram: desenvolvimento do projeto de Candiota III, onde a CGTEE aplicou os recursos financeiros reservados para tal fim, com isso a empresa apresentou um desencaixe financeiro de 32% e aumento extraordinário de seu passivo exigível a longo prazo que registrou empréstimo no valor de R\$ 371 milhões, contraído especificamente para construção de Candiota III. Outro ponto significativo é a baixa geração de energia com a consequente compra de energia no mercado, para suprir seus compromissos contratuais. O conselho solicitou ainda explicações sobre a elevação da despesa de pessoal e foi informado que no mês de setembro foram registrados pagamentos de gratificação de férias e contribuições para o FGTS.

10. Assuntos Gerais:

- a. **Relatório de Auditoria nº. 05/2008 – Contas a Pagar.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento do relatório e recomendou que a Administração da CGTEE atenda as constatações apresentadas no relatório da Auditoria Interna.
- b. **Acórdão do TCU nº.1996/2008 – Levantamento de Auditoria realizado pela SECEX/RS nas Obras de implantação de Candiota III.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Acórdão acima e solicitou que a Administração da CGTEE concentre seus esforços com o objetivo de cumprir as determinações, constantes dos itens 9.1 e 9.2 do referido Acórdão.
- c. **Acórdão nº. 3292/2008 – TCU – 2ª Câmara – PRESTAÇÃO DE CONTAS, Exercício 2005.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Acórdão acima, ressaltando o julgamento regular, com ressalvas, das contas do exercício de 2005, e solicitou que a Administração da CGTEE atente para o cumprimento das determinações, constantes do item 1.7 do referido Acórdão.
- d. **Ofício-Circular STN/COREF/GEFIS nº. 43, de 02/10/08, do Tesouro Nacional.** O Assessor da Diretoria Financeira, Sr. Paulo Aymires informou que a CGTEE não ultrapassou os limites de execução orçamentária. O Conselho Fiscal recomenda que a empresa se mantenha atenta à vedação de realizar despesas ou assumir obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, conforme disposto no art. 167, II, da Constituição Federal.

- e. Foi entregue aos Conselheiros o Relatório de Processos Trabalhistas por Escritório de Advocacia.

Próxima reunião ficou agendada para 28 de novembro de 2008.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos Conselheiros presentes.

Porto Alegre, 24 de outubro de 2008.

CELINA M. DE MACEDO BRINCKMANN
Presidente do Conselho

ILDO WILSON GRUDTNER
Conselheiro

ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO
Conselheiro

**ATA DA 118^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE
REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2008**

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de 2008, às 09 horas e 30 minutos na sede da Companhia, situada na Rua 7 de Setembro, 539, 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre – RS, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE, sob a Presidência da Sra. **CELINA MARIA DE MACEDO BRINCKMANN**, com a participação dos Conselheiros **ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO** e **ILDO WILSON GRUDTNER**, que trataram da seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da ata da 117^a reunião do Conselho Fiscal.** O Conselho aprovou a ata.
- 2. Atas das reuniões 134^a, 135^a e 136^a Reuniões do Conselho Administração, para conhecimento.** O Conselho apreciou as atas, destacando na Ata nº 134, item 2, sobre o andamento da obra de Candiota III, o aumento da defasagem entre o cronograma previsto e o realizado do projeto, indicando um atraso geral de 3,5 meses, tema que será enfrentado na seqüência desta reunião, no item assuntos gerais, quando será ouvido o gerente do projeto. No item 3 da mesma ata, verifica-se que foram diagnosticados ainda mais problemas nas unidades geradoras da Companhia no andamento das revisões, tendo sido constatadas trincas nos balões das caldeiras das unidades I e II da Fase A. Na Ata nº 135, item 1, verifica-se o acompanhamento do Conselho de Administração do projeto de Candiota III, tendo sido ouvidos representantes dos contratados sobre o andamento das obras, verificando-se as dificuldades enfrentadas, onde se faz referência aos esforços dos envolvidos para encontrar soluções para a minimização do atraso. No item 2 da mesma ata, verifica-se que foram diagnosticados problemas de furos nas tubulações da Fase B, tendo sido

autorizadas as aquisições de tubos novos para a manutenção. Na Ata nº 136, o Conselho constatou os desdobramentos, no item 5, do acompanhamento da obra de Candiota III e, no item 6, da manutenção das unidades geradoras da Companhia, tendo o Conselho de Administração solicitado a agilização dos reparos dessas unidades. No item 7, alínea “e”, da mesma Ata, quanto à solicitação de direito de retirada de acionista minoritário, a Secretaria do Conselho, Sra Rosemari Nunes da Silva, esclareceu que o conteúdo do parecer jurídico foi no sentido da inexistência do referido direito.

- 3. Atas das Reuniões da Diretoria Executiva de nºs 421 a 425/2008 e Súmulas das Resoluções de 284 a 327/2008.** O Conselho Fiscal apreciou as atas e súmulas. Na Ata nº 421, o Conselho indagou sobre a Resolução nº 284, que se refere à contratação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em diversas áreas, ao que a Secretaria do Conselho, Sra Rosemari Nunes da Silva, informou que se tratava de uma contratação para potencial contratação de serviços, que serão utilizados somente se necessário. Na mesma Ata, quanto à Resolução nº 287, o Conselho verificou a implementação de medida de contenção de custos, com a suspensão da possibilidade de abono de férias no exercício de 2009. Quanto à Resolução nº 293, o Conselho indagou sobre a necessidade da aquisição dos materiais em questão, ao que a Secretaria do Conselho, Sra Rosemari Nunes da Silva, informou tratar-se de materiais exigidos no âmbito da regularização das condições de trabalho prevista no acordo com a Superintendência Regional do Trabalho. Em relação à Resolução nº 296, que trata da contratação, com dispensa de licitação, de serviços contínuos de limpeza e remoção de resíduos industriais, o Conselho recomenda que a Direção da Companhia faça o adequado planejamento da realização de licitações, com vista a evitar a necessidade de contratações emergenciais em serviços de natureza continuada. Tal recomendação se estende também a situação em que ocorre a prorrogação de contratos, como no caso da Resolução nº 285. Na Ata nº 422, item 2.2, o Conselho Fiscal verificou a existência problemas quanto à execução da folha de pagamento, inclusive com risco de sua não realização no curto prazo, recomendando que a Companhia adote as providências para que a situação se resolva.
- 4. Fluxo de Caixa Móvel – Realizado/Reprogramado.** O Conselho apreciou o relatório, verificando que o fluxo de caixa foi ajustado, de forma que desapareceu o saldo negativo de caixa previsto para dezembro no último relatório, que passou a constar com um saldo positivo de R\$ 3,4 milhões.
- 5. Saldo Médio Mensal de Bancos – outubro/2008.** O Conselho apreciou o relatório, não apresentando destaques.
- 6. Acompanhamento Orçamentário – 2008.** O Conselho apreciou o relatório, constatando, como recorrentemente já tem sido evidenciado, que a execução orçamentária total tem ficado aquém do previsto (55,4% realizado vs. 87,3% previsto), situação que está fundamentalmente relacionada à baixa realização das receitas do financiamento de Candiota III (49,1% vs. 96,6%), bem como baixa realização na implementação desse projeto na rubrica de Investimentos (38,1% vs. 90,8%).
- 7. Relação de Contratos e Aditivos vigentes.** O Conselho apreciou o relatório, não apresentando destaques.
- 8. Planilha de Dispensas e Inexigibilidades de Licitações, com Pareceres**

Jurídicos. O Conselho apreciou o relatório, já tendo apresentado, quanto à DL08300391, conforme item 2 desta Ata, na manifestação acerca da Resolução nº 296, recomendação para que haja o adequado planejamento na realização de licitações, com vistas a evitar a necessidade de contratações emergenciais de serviços de natureza continuada.

- 9. Demonstrações Contábeis outubro/08.** O Conselho examinou as Demonstrações, verificando a manutenção, em linhas gerais, do cenário de prejuízo elevado para o exercício, já acumulando R\$ 160 milhões até outubro de 2008. Como já destacado em análises anteriores, esse prejuízo decorre essencialmente da baixa geração e da necessidade que a Companhia vem tendo de adquirir energia no mercado de curto prazo para atender seus contratos. Tal situação fica bem evidenciada no indicador de desempenho do custo médio (despesa operacional / suprimento de energia) cujo valor evoluiu de R\$ 128,73/MWh para R\$ 173,58/MWh, com uma variação de 35% no custo do suprimento de energia.

10. Assuntos Gerais:

- a. Relatório de Auditoria nº 007/2008 – Operação e Manutenção do Sistema de Geração.** O Conselho Fiscal examinou o Relatório, tendo verificado que a Auditoria Interna diagnosticou uma série de problemas na operação e manutenção dos sistemas de geração da empresa, merecendo destaque a constatação da não realização de revisões prescritas para os equipamentos e a existência de terceirização de cargos abrangidos pelo Plano de Cargos e Salários e/ou inerentes à atividade fim da Companhia. O Conselho Fiscal recomenda à Administração da CGTEE que atente às recomendações constantes nos itens 4.1 a 4.7 do Relatório da Auditoria Interna, adotando medidas céleres para o equacionamento das situações evidenciadas.
- b. Relatório de Auditoria nº 008/2008 - 03.004/Pessoal, Cálculo e Recolhimentos – 03.005/Pessoal, Inclusões, Exclusões e Alterações na Folha de Pagamento.** O Conselho Fiscal examinou o Relatório, tendo verificado que a Auditoria Interna apontou uma quantidade expressiva de problemas nos itens que foram objeto da verificação, que demonstrando fragilidades e dificuldades nos processos de registros, controles, autorizações e prestação de informações a órgãos oficiais relacionadas aos recursos humanos e à execução da folha de pagamentos da CGTEE. O Conselho Fiscal recomenda à Administração da CGTEE que atente às recomendações constantes nos itens 4.1 a 4.12 do Relatório da Auditoria Interna, adotando medidas céleres para o equacionamento das situações evidenciadas.
- c. Relatório de Auditoria nº 010/2008 – Caixa e bancos – Fundo de Caixa e Aplicações Financeiras.** O Conselho Fiscal examinou o Relatório, tendo verificado que a Auditoria Interna não identificou problemas de ordem geral nos procedimentos e controles associados à manutenção e movimentação de caixa e bancos, bem como das aplicações financeiras. A Auditoria Interna apontou apenas problemas específicos correlacionados ao pagamento indevido despesas de alimentação e transporte a terceiros e a divergência do favorecido consignado relatório de registro de cheques e na cópia do respectivo documento. O Conselho Fiscal sugere à Administração da CGTEE que observe as recomendações da Auditoria Interna expressas nos itens 4.1 e 4.2 do Relatório em questão.
- d. Relato das obras de Candiota III.** O Conselho recebeu o Engº Hermes

Ceratti Marques, gerente do projeto de Candiota III, que inicialmente se pronunciou sobre a indagação do Conselho Fiscal acerca da questão da conexão de Candiota III à rede básica de conexão, tendo informado que a CGTEE já obteve parecer de acesso, o qual já foi autorizado pelas autoridades competentes, estando, portanto, superada a questão. Relatou que já estão sendo tratados os contratos de conexão (CCT) e de uso do sistema de transmissão (CUST). Também estão em curso providências relativas ao concurso para contratação de empregados para a operação da nova unidade, tendo em vista, inclusive, a necessária capacitação do novo pessoal, com suporte de uma equipe de transição com componentes experientes do quadro da Companhia. Quanto à execução financeira do projeto, o Engº informou que a CGTEE necessitará de financiamento da Eletrobrás para arcar com as contrapartidas comprometidas com o investimento. Quanto ao andamento da obra, informou que já está sendo dado início à montagem da caldeira. Questionado sobre o cronograma, reportou que o atraso está na ordem de 4,3 meses (posição de 31/10/2008), especialmente na obra civil, que acaba repercutindo no cronograma de montagem de equipamentos. Em acréscimo, informou que está em curso a formatação de um conjunto de medidas com vistas a recuperar, pelo menos em parte, o atraso acumulado, que deverá estar concluída até meados de dezembro. O Conselho Fiscal solicitou ser informado das medidas formatadas para a recuperação do atraso.

Próxima reunião ficou agendada para 22 de dezembro de 2008.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos Conselheiros presentes.

Porto Alegre, 28 de novembro de 2008.

CELINA M. DE MACEDO BRINCKMANN
Presidente do Conselho

ILDO WILSON GRUDTNER
Conselheiro

ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO
Conselheiro

**ATA DA 119^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE
REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2008**

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 2008, às 09 horas e 30 minutos na sede da Companhia, situada na Rua 7 de Setembro, 539, 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre – RS, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE, sob a Presidência da Sra. **CELINA MARIA DE MACEDO BRINCKMANN**, com a participação dos Conselheiros **ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO** e **ILDO WILSON GRUDTNER**, que trataram da seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da ata da 118^a reunião do Conselho Fiscal.** O Conselho aprovou a ata.
- 2. Ata da reunião 137^a do Conselho Administração, para conhecimento.** O Conselho apreciou as atas, verificando, na Ata nº 137, item 2, que houve substituição de membros do Conselho de Administração, conforme decisão da 20^a Assembléia Geral Extraordinária. No item 3, sobre o andamento da obra de Candiota III, dada a existência de defasagem entre o cronograma previsto e o realizado do projeto, há uma determinação do Conselho de Administração que seja feito um cronograma de recuperação do atraso das obras civis, conforme já havia exposto o Gerente do Projeto, Engº Hermes , em nossa reunião anterior, o qual solicita, quando concluído, seja apresentado para o Conselho Fiscal para conhecimento deste Colegiado. Nesse mesmo item, consta referência à renegociação com a CITIC para revisão do valor do contrato para expurgo da CPMF, conforme determinação do TCU. O Conselho Fiscal sugere que seja agilizada a conclusão de tal negociação, com vistas a atender a demanda do TCU . No item 5, dos assuntos gerais, destacou-se o relato de que a CGTEE teve êxito em ação ordinária para restituição de PIS/PASEP e, ainda, da autorização do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST para aumento do efetivo da Companhia em 176 vagas, para atender a nova planta de Candiota III e a substituição de serviços terceirizados.
- 3. Atas das Reuniões da Diretoria Executiva de nºs 426 a 427/2008 e Súmulas das Resoluções de nºs 328 a 340/2008.** O Conselho Fiscal apreciou as atas e súmulas. Na Ata nº 426, o Conselho indagou sobre o item 2.2, que trata da repactuação de valores do contrato de prestação de serviços, tendo a Sra Rosemari Nunes da Silva informado que se trata de uma repactuação em função de dissídio coletivo, para a qual há previsão contratual de reajustamento dos valores. Na Ata nº 427, o Conselho verificou a aprovação de pagamento de indenização administrativa, pela Resolução nº 339, em prestação de serviço de caráter continuado, em que houve um intervalo de prestação do serviço sem cobertura contratual, reiterou a recomendação de que a Companhia planeje adequadamente a realização de suas contratações, de modo a evitar que situações como essas se repitam.
- 4. Fluxo de Caixa Móvel – Realizado/Reprogramado.** O Conselho apreciou o relatório, não apresentando destaques.
- 5. Saldo Médio Mensal de Bancos – novembro/2008.** O Conselho apreciou o relatório, não apresentando destaques.
- 6. Acompanhamento Orçamentário – 2008.** O Conselho apreciou o relatório, verificando que não houve alteração significativa no cenário da defasagem da realização orçamentária, já destacada em atas anteriores.
- 7. Aprovar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT/2009.** O Conselho examinou o Plano e constatou a inexistência de programação de verificação da regularidade fiscal e patrimonial dos imóveis da Companhia, que constava no PAINT/2008, mas que, até a presente data, não foi apresentada ao Conselho Fiscal. O Chefe da Auditoria, Sr. Anselmino Spessato, informou que irá averiguar a realização desse item, mas salientou que tal trabalho, em qualquer hipótese, deverá consistir de uma verificação amostral. O Conselho Fiscal, independentemente da realização do trabalho pela Auditoria Interna, solicita que a Direção da CGTEE apresente um relatório completo dos imóveis da CGTEE,

descrevendo as situações fiscais e patrimoniais de cada um deles, informando, quando for o caso, as medidas que estão sendo adotadas para a regularização de situações em que haja problemas. O Conselho concluiu o exame e aprovou o PAINT/2009.

- 8. Demonstrações Contábeis novembro/08.** O Conselho examinou as Demonstrações, verificando a manutenção, em linhas gerais, do cenário de prejuízo elevado para o exercício, já acumulando R\$ 175 milhões até novembro de 2008.

9. Assuntos Gerais:

- a. **Relatório de Auditoria nº 006/2008 – Meio Ambiente.** O Conselho Fiscal examinou o Relatório, tendo verificado que a Auditoria Interna identificou problemas de gestão e execução atinentes aos processos relacionados à área ambiental. O Conselho Fiscal recomenda à Administração da CGTEE que atente às recomendações constantes dos itens 4.1 a 4.4 do Relatório da Auditoria Interna, adotando medidas céleres para o equacionamento das situações evidenciadas, em especial aquelas que dão efetividade ao cumprimento do Termo de Compromisso firmado entre a CGTEE e o Ibama.
- b. **Relatório de Auditoria nº 009/2008 – Contenciosos Judiciais.** O Conselho Fiscal examinou o Relatório, recomendando que a Administração da Companhia atente para as recomendações da Auditoria Interna constantes dos itens 4.1 a 4.3.
- c. **Planejamento Estratégico CGTEE 2007/2015.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento do relatório acima citado.
- d. **Solicitações constantes do Ofício nº 11.181 STN/COREF/GEFIS.** Quanto à solicitação constante do parágrafo 2º do referido Ofício, onde são solicitadas informações sobre as medida adotadas pela Companhia referente aos apontamentos feitos pela SRT, relativos as condições de saúde e segurança no trabalho, que motivaram a interdição da area de transporte e manuseio do carvão na Unidade de Candiota, foi ouvida a Chefe de Gabinete da Presidência da CGTEE, Sra. Neuza de Azevedo, que coordena o Grupo de Trabalho que trata do tema na Companhia. A Sra Neuza relatou a detecção, pela Fiscalização do Trabalho, de inadequações ambientais na referida área de trabalho, especialmente quanto ao nível de ruídos e poeira. Lembra que a manutenção da área é de responsabilidade da CRM, empresa fornecedora do carvão, e que a CGTEE tem a responsabilidade de fazer melhorias e investimentos estruturais, por força de Contrato pactuado. Da ação da Fiscalização restaram compromissos emergenciais e outros de médio e longo prazo para a CRM e a CGTEE. Foram diagnosticados alguns problemas e lacunas no contrato que rege as relações da CGTEE e CRM, tendo resultado desse processo um Acordo Operativo firmado pelas duas empresas e pelos Sindicatos dos Trabalhadores, sob supervisão da Superintendência Regional do Trabalho, com ações que tem um horizonte de até 3 anos. Emergencialmente, foi efetuada a limpeza da área e foram estabelecidas novas rotinas de higienização do local e dos equipamentos. Também foram adquiridos novos equipamentos de proteção, especialmente novas máscaras. A área de Engenharia da CGTEE deverá coordenar e acompanhar a execução do Acordo Operativo, acompanhada pelo Departamento de Medicina e Segurança do Trabalho. A CGTEE assumiu o compromisso com a SRT e de pronto constituiu um Grupo de Trabalho, envolvendo as áreas de meio ambiente, medicina e segurança do trabalho e área técnica, com o objetivo de diagnosticar,

propor soluções e acompanhar a implementação de medidas, que gradativamente venham estabelecer ambientes de trabalho seguros e saudáveis na Companhia. Dentre outras medidas, a Companhia já desencadeou uma campanha de conscientização para o uso dos Equipamentos de Proteção Individual- EPI's. Quanto à solicitação constante do parágrafo 3º do Ofício, o Conselho Fiscal reitera a recomendação, já consignada na Ata da 116ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, para que a Companhia atenda as recomendações da Auditoria Interna, CGU e TCU, em especial, aquelas que possam gerar impacto na gestão e que foram apontadas em exercícios anteriores, como as a seguir destacadas na solicitação da Secretaria do Tesouro Nacional: I. Relatório de Auditoria Interna PRA 004/05, de 26/05/05: **a)** insuficiência do controle de furto ou roubo do patrimônio da empresa (item 2.6); **b)** insuficiência da política de consumo e movimentação dos estoques de carvão e transporte de cinzas (item 3.2); **c)** estoque de carvão acima da Licença Ambiental (item 3.4); **d)** multas por danos ambientais (item 3.6); **e)** não aplicação de multas pelo atraso de pagamentos de venda de cinzas (item 3.7); II. Relatório de Auditoria Interna PRA 012/05, de 29/12/05, no que refere a não implementação do sistema de gestão ambiental (item 3.2).

- e. **Ata 20ª AGE.** O Conselho Fiscal recebeu cópia da Ata, para conhecimento, constatando que versa exclusivamente sobre a eleição de novos membros para o Conselho de Administração.

Próxima reunião ficou agendada para 23 de janeiro de 2009.

Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todos, dando por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos Conselheiros presentes.

Porto Alegre, 22 de dezembro de 2008.

CELINA M. DE MACEDO BRINCKMANN
Presidente do Conselho

ILDO WILSON GRUDTNER
Conselheiro

ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO
Conselheiro

18.4 FUNDAÇÃO CEEE – ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA PELA CGTEE NO PLANO ÚNICO

A Auditoria Interna realizou, no exercício de 2008, trabalho de auditoria na Fundação CEEE, conforme planejado no PAINT – Plano de Atividades da Auditoria Interna, não tendo sido identificadas inconformidades relativas às operações executadas pela Administração da Fundação CEEE, conforme consta no Relatório nº 11/2008 – Fundos de Pensão da Auditoria Interna.

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento econômico da empresa depende da sua capacidade de realizar seus investimentos, sua visão estratégica e do planejamento de suas ações. As rápidas mudanças no cenário nacional e internacional vêm exigindo das organizações uma postura sistêmica e inovativa, não só para agregar valor, mas também visando a incorporação de práticas sociais combinadas com a preservação e qualidade do ecossistema. Dentro desse enfoque, a empresa vem desenvolvendo um modelo de gestão voltado para a construção de um futuro sustentável, baseado na busca de uma performance de qualidade superior, tanto no aprofundamento das relações com seus *stakeholders*, como melhorias e inovações em seus sistemas, processos, competências e produto.

Nessa perspectiva, a Companhia tem adotado em seu Planejamento Estratégico um conjunto de medidas para garantir sua sustentabilidade e cumprir seus objetivos e obrigações com a sociedade. Tais ações vão desde a realização de investimentos economicamente viáveis e que possam garantir a expansão da empresa com responsabilidade sócioambiental, até as ações que visem à redução dos valores do seu custeio e a economicidade.

A Companhia, no exercício de 2008, registrou um prejuízo na ordem de R\$ 292 milhões, prejuízo este ocasionado pela compra de energia para atender suas demandas contratuais de energia, além desta ainda se destaca as penalidades por insuficiência de lastro e consumo da cota combustível.

Neste exercício a geração da Companhia foi de 970GWh, representando uma redução de 22,4% em relação a igual período do ano anterior. Tal condição foi devido a ruptura de palhetas da turbina da unidade 1 e dos geradores de vapor das unidades 3 e 4 com elevada freqüência de furos dos tubos.

Este processo ocasionou a elevação da indisponibilidade de geração repercutindo na exposição da Companhia aos preços da energia praticados no mercado por preços muito superiores às médias históricas.

Como ações para solução dos problemas a empresa contratou o fabricante das unidades de produção para a realização de avaliação técnica quanto às causas e possíveis soluções, visando restabelecer a confiabilidade e melhoria de performance destas unidades para o ano de 2009.

Mesmo assim, entendemos que a CGTEE, apesar de todas as dificuldades, avançou na delimitação de sua identidade, afirmando-se e viabilizando-se como empresa pública federal de geração térmica de energia elétrica.

Porto Alegre, 15 de março de 2009.

SERENO CHAISE
Diretor Presidente